

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Wagner Guilherme Lenhardt

**LEGITIMAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: ANÁLISE DOS
ENQUADRAMENTOS CONSTRUÍDOS PELO JORNAL ZERO HORA**

Santa Maria, RS
2021

Wagner Guilherme Lenhardt

**LEGITIMAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: ANÁLISE DOS
ENQUADRAMENTOS CONSTRUÍDOS PELO JORNAL ZERO HORA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Comunicação**.

Orientadora: Dr.a Rejane de Oliveira Pozobon

Santa Maria, RS
2021

Ficha gerada com os dados fornecidos pelo autor

Lenhardt, Wagner Guilherme
Legitimação das Universidades Federais: análise dos enquadramentos construídos pelo
jornal Zero Hora / Wagner Guilherme Lenhardt.-2021.
171 p.; 30cm

Orientadora: Rejane de Oliveira Pozobon
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências
Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Santa Maria, RS, 2021.

I. Pozobon, Rejane de Oliveira II. Lenhardt, Wagner Guilherme III Legitimação das
Universidades Federais: análise dos enquadramentos construídos pelo jornal Zero Hora.



Este trabalho está licenciado pela [Creative Commons Attribution-ShareAlike 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/)
This work is licensed under the [Creative Commons Attribution-ShareAlike 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/)

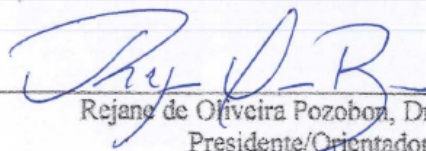
A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

LEGITIMAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: ANÁLISE
DOS ENQUADRAMENTOS CONSTRUÍDOS PELO JORNAL ZERO
HORA

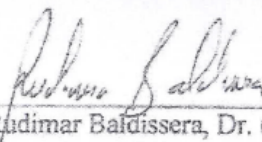
elaborada por
WAGNER GUILHERME LENHARDT

Como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Comunicação

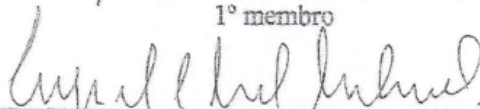
COMISSÃO EXAMINADORA:



Rejane de Oliveira Pozobon, Dra. (UFSM)
Presidente/Orientadora



Rudimar Baldissera, Dr. (UFRGS)
1º membro



Eugenia Maria Mariano da Rocha Barichello, Dra. (UFSM)
2º membro

Viviane Borelli, Dra. (UFSM)
Membro suplente

Santa Maria, 10 de fevereiro de 2021

Este trabalho é dedicado a todos os profissionais da Comunicação que atuam na divulgação da educação pública, seja no âmbito da comunicação institucional ou nas redações dos veículos de imprensa.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) por permitir, através do Plano de Educação Formal dos Servidores Técnicos-Administrativos (Pleduca), a concessão de horas necessárias para me dedicar ao Mestrado. Agradeço aos colegas da assessoria de comunicação do Campus Erechim, Juliana, Kelly e Dolisete, por me cobrirem na minha ausência e serem pacientes comigo nos momentos de cansaço. Jamais esquecerei do quanto me auxiliaram nesses últimos dois anos. Muito, muito obrigado.

Minha trajetória no POSCOM não teria sido a mesma se eu não tivesse, como professora orientadora, a Dra. Rejane Pozobon. Do primeiro contato, muito antes do processo seletivo, até o final do curso, Rejane me acolheu com muita empatia. Com ela nada foi complicado. Sua exímia capacidade de me fazer entender os conceitos mais complexos, sua postura em compreender meu contexto de “aluno que trabalha e mora em outra cidade” e suas orientações sempre ágeis da dissertação ficarão marcadas para sempre em minha memória. Obrigado por ser quem és, Rejane.

Agradeço também ao círculo afetivo responsável por deixar mais leve esses dois anos de intenso trabalho. Às colegas Ariadni e Lara, que se converteram em amigas e deixaram meus dias mais divertidos e amenos. Que nossa amizade ultrapasse para sempre todos os muros da academia! Mais uma vez, obrigado Juliana e Kelly por torcerem por mim nesses dois anos. Obrigado, Vivian, que mesmo *longe* está sempre *perto*.

Registro meus agradecimentos aos membros da banca, professora Dra. Eugenia Barichello e professor Dr. Rudimar Baldissera, pela disponibilidade em participar dessa jornada, tanto na qualificação quanto na defesa final. Agradeço também à professora Dra. Viviane Borelli, membro suplente, que ficará em minha memória pelo carinho e aprendizado nas duas disciplinas em que tive o privilégio de ser seu aluno.

Por fim, agradeço aos meus pais, Ari e Wilma, que, mais uma vez, torceram por mim, me motivaram, me fizeram mais forte. Eu os amo do fundo do meu coração.

E obrigado, Deus, por me guiar, me iluminar e ser meu melhor amigo - ontem, hoje e sempre.

RESUMO

LEGITIMAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: ANÁLISE DOS ENQUADRAMENTOS CONSTRUÍDOS PELO JORNAL ZERO HORA

AUTOR: Wagner Guilherme Lenhardt
ORIENTADORA: Rejane de Oliveira Pozobon

Esta dissertação tem como tema as estratégias de legitimação impressas nos enquadramentos jornalísticos das Universidades Federais (UFs) Brasileiras. Partimos do pressuposto de que a mídia participa de processos de (des)legitimação de instituições, como as universidades públicas. Frequentemente, as UFs têm sua existência ameaçada, devido principalmente aos cortes orçamentários que sofrem por parte dos diferentes governos que passam pelo Brasil. Ao mesmo tempo em que o jornalismo chama a atenção para este tema, vários questionamentos surgem sobre as UFs, gerando tensões e movimentos divergentes. Como objeto empírico, analisaremos o jornal Zero Hora. Nosso recorte temporal compreende o primeiro e o terceiro semestre do governo de Jair Bolsonaro, aglutinando, assim, os primeiros momentos de uma nova perspectiva política para as UFs e, também, os primeiros meses da pandemia de covid-19, quando as instituições científicas tiveram uma grande visibilidade nas ações de enfrentamento da doença. A pergunta norteadora deste estudo é “quais são os enquadramentos construídos pelo jornal Zero Hora no agendamento das Universidades Federais durante o primeiro semestre do governo Bolsonaro e durante o primeiro semestre da pandemia do novo coronavírus no Brasil?”. Como objetivo geral, nos propomos analisar os enquadramentos construídos pelo jornal Zero Hora que operam na (des)legitimação das UFs, considerando os seis primeiros meses do governo de Jair Bolsonaro e os seis primeiros meses da pandemia do novo coronavírus no Brasil. Nosso referencial teórico, primeiramente, busca verificar qual o papel das UFs a partir da tríade ensino, pesquisa e extensão, com base em autores da área da Educação (WANDERLEY, 2003; MARTINS, 2008; RAYS; 2003). Depois, utilizamos a noção de campo político, campo jornalístico e campo científico para verificar os atravessamentos que ocorrem entre tais esferas (BOURDIEU, 1989; COOK, 2011; RODRIGUES, 1990). Fazemos também uma articulação entre os conceitos de estratégias, legitimidade, legitimação e discurso jornalístico (BOURDIEU, 2004; RODRIGUES, 1990; SODRÉ, 2006; BARICHELLO, 2018). Como proposta teórico-metodológica, utilizaremos os estudos de enquadramento (GAMSON E LASCH, 1981; GAMSON E MODIGLIANI, 1989). Os resultados mostram uma preponderância do corpo docente das UFs enquanto fontes, em um enquadramento que coloca essas instituições como lugar em que estão os principais agentes capazes de analisar e explicar os acontecimentos. Outro enquadramento bastante saliente é o tensionamento entre os campos político e científico, fruto, principalmente, das críticas entre os campos com relação à crise epidemiológica causada pela covid-19.

Palavras-chave: Legitimação. Universidades Federais. Enquadramentos. Jornal Zero Hora.

ABSTRACT

LEGITIMATION OF FEDERAL UNIVERSITIES: ANALYSIS OF THE FRAMEWORKS CONSTRUCTED IN THE NEWSPAPER ZERO HORA

AUTHOR: Wagner Guilherme Lenhardt

ADVISOR: Rejane de Oliveira Pozobon

This dissertation has as its theme the legitimation strategies printed in the journalistic frameworks of Brazilian Federal Universities (UFs). We assume that the media participates in processes of (de) legitimization of institutions, such as public universities. Often, UFs have their existence threatened, mainly due to the budget cuts they suffer from the different governments that pass through Brazil. At the same time that journalism draws attention to this theme, several questions arise about UFs, generating tensions and divergent movements. As an empirical object, we will analyze the newspaper Zero Hora. Our time frame comprises the first and third semesters of Jair Bolsonaro's government, thus bringing together the first moments of a new political perspective for UFs and also the first months of the covid-19 pandemic, when scientific institutions had great visibility in the actions to fight the disease. The guiding question of this study is “what are the frameworks built by the newspaper Zero Hora in scheduling Federal Universities during the first semester of the Bolsonaro government and during the first semester of the new coronavirus pandemic in Brazil?”. As a general objective, we propose to analyze the frameworks built by the newspaper Zero Hora that operate in the (de) legitimation of UFs, considering the first six months of the Jair Bolsonaro government and the first six months of the new coronavirus pandemic in Brazil. Our theoretical framework, first, seeks to verify the role of UFs from the triad teaching, research and extension, based on authors in the field of Education (WANDERLEY, 2003; MARTINS, 2008; RAYS, 2003). Then, we used the notion of political field, journalistic field and scientific field to verify the crossings that occur between such spheres (BOURDIEU, 1989; COOK, 2011; RODRIGUES, 1990). We also articulate the concepts of strategies, legitimacy, legitimation and journalistic discourse (BOURDIEU, 2004; RODRIGUES, 1990; SODRÉ, 2006; BARICHELLO, 2018). As a theoretical-methodological proposal, we will use the framework studies (GAMSON AND LASCH, 1981; GAMSON AND MODIGLIANI, 1989). The results show a preponderance of the UF faculty as sources, in a framework that places these institutions as a place where the main agents capable of analyzing and explaining events are. Another very prominent framework is the tension between the political and scientific fields, mainly due to criticism between the fields regarding the epidemiological crisis caused by the covid-19.

Keywords: Legitimation. Federal Universities. Frameworks. Zero Hour Newspaper.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Trajetória das dez categorias mais salientes do 1º semestre de 2019.....	96
Gráfico 2 – Trajetória das dez categorias mais salientes do 1º semestre de 2020.....	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Protocolo de análise.....	89
Quadro 2 – Primeira análise do enquadramento prioritário de janeiro de 2019.....	102
Quadro 3 – Segunda análise do enquadramento prioritário de janeiro de 2019.....	104
Quadro 4 – Primeira análise do enquadramento prioritário de fevereiro de 2019.....	107
Quadro 5 – Segunda análise do enquadramento prioritário de fevereiro de 2019.....	109
Quadro 6 – Primeira análise do enquadramento prioritário de março de 2019.....	111
Quadro 7 – Segunda análise do enquadramento prioritário de março de 2019.....	113
Quadro 8 – Primeira análise do enquadramento prioritário de abril de 2019.....	116
Quadro 9 – Segunda análise do enquadramento prioritário de abril de 2019.....	117
Quadro 10 – Primeira análise do enquadramento prioritário de maio de 2019.....	120
Quadro 11 – Segunda análise do enquadramento prioritário de maio de 2019.....	122
Quadro 12 – Primeira análise do enquadramento prioritário de junho de 2019.....	123
Quadro 13 – Segunda análise do enquadramento prioritário de junho de 2019.....	127
Quadro 14 – Primeira análise do enquadramento prioritário de janeiro de 2020.....	128
Quadro 15 – Segunda análise do enquadramento prioritário de janeiro de 2020.....	131
Quadro 16 – Primeira análise do enquadramento prioritário de fevereiro de 2020.....	132
Quadro 17 – Segunda análise do enquadramento prioritário de fevereiro de 2020.....	134
Quadro 18 – Primeira análise do enquadramento prioritário de março de 2020.....	136
Quadro 19 – Segunda análise do enquadramento prioritário de março de 2020.....	139
Quadro 20 – Primeira análise do enquadramento prioritário de abril de 2020.....	141
Quadro 21 – Segunda análise do enquadramento prioritário de abril de 2020.....	144
Quadro 22 – Primeira análise do enquadramento prioritário de maio de 2020.....	148
Quadro 23 – Segunda análise do enquadramento prioritário de maio de 2020.....	150
Quadro 24 – Primeira análise do enquadramento prioritário de junho de 2020.....	152
Quadro 25 – Segunda análise do enquadramento prioritário de junho de 2020.....	153

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabulação dos textos de 2019.....	95
Tabela 2 – Tabulação dos textos de 2020.....	95
Tabela 3 – Enquadramentos preponderantes em 2019, por mês.....	101
Tabela 4 – Enquadramentos preponderantes em 2020, por mês.....	101

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	13
1	O CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS.....	23
1.1	A CONJUNTURA POLÍTICA E SOCIAL NOS PRIMEIROS ANOS DO GOVERNO BOLSONARO.....	23
1.2	A UNIVERSIDADE: BREVES ASPECTOS HISTÓRICOS E SUA FUNÇÃO SOCIAL EM DIFERENTES CONTEXTOS.....	33
1.3	ATRAVSSAMENTOS ENTRE OS CAMPOS POLÍTICO, JORNALÍSTICO E CIENTÍFICO.....	40
2	ESTRATÉGIAS LEGITIMADORAS NO/DO DISCURSO JORNALÍSTICO	55
2.1	ESTRATÉGIAS, LEGITIMIDADE E LEGITIMAÇÃO.....	55
2.1.1	Lyotard e a deslegitimação do saber na pós-modernidade.....	66
2.2	DISCURSO JORNALÍSTICO.....	71
2.3	ZERO HORA E AS ESPECIFICIDADES DO JORNAL IMPRESSO.....	78
3	PERSPECTIVA METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	83
3.1	A TEORIA DO ENQUADRAMENTO.....	83
3.2	SISTEMATIZAÇÃO DO MÉTODO DE ANÁLISE.....	89
3.3	SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CORPUS.....	90
4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	93
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
	REFERÊNCIAS.....	165

INTRODUÇÃO

A criação das Universidades Federais (UFs) no Brasil e a relação com os governos que presidiram o país nos remonta, inicialmente, ao período entre 1920 a 1963, quando foram criadas 20 instituições. Dentre estas, 10 coincidem com o governo de Juscelino Kubitschek. Nos anos de ditadura militar, de 1964 a 1985, foram 16 novas UFs. Depois, entre 1986 e 2002 foram 9 novas universidades, sendo 6 delas no governo de Fernando Henrique Cardoso¹. O momento mais recente de expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Superior, porém, foi a partir de 2003, no governo Lula. Daquele ano até 2011 foram criadas pelo menos 14 novas Universidades Federais (UFs) (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010). Atualmente são 69 instituições.

Ao lado dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (os IFs), as Universidades Federais apresentam-se como as únicas instituições mantidas pelo Poder Executivo brasileiro que ofertam educação de nível superior. Tais instituições cresceram, se expandindo para localidades que ainda estavam desassistidas por essa modalidade de ensino público. Em um curto espaço de tempo, porém, tiveram sua existência ameaçada, devido principalmente aos cortes orçamentários que sofreram por parte dos diferentes governos que passaram pelo Brasil².

A partir de 2014, os contingenciamentos de ordem financeira fizeram com que muitas universidades se vissem com dificuldades para manter suas atividades³. Ano a ano, medidas de contenção de recursos foram anunciadas, problematizadas e, muitas vezes, até revistas pelo governo federal.

1 Levantamento feito por Wilson Valentim Biasotto. Disponível em <https://www.douradosnews.com.br/noticias/brasil/linha-do-tempo-das-universidades-publicas-brasileiras-f13d0874d15d95a3/379957/>. Acesso em 12 fev. 2021.

2 Levantamento feito em 2018 pelo portal de notícias G1 mostra que as UFs tiveram, em 2017, o menor repasse de verbas desde 2013. Tal período engloba os governos de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), e de Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em abril de 2019, nos primeiros meses do governo de Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), o Ministério da Educação reduziu novamente o orçamento para essas instituições, operando um contingenciamento de R\$ 1,7 bilhão. Disponível, respectivamente, em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/90-das-universidades-federais-tiveram-perda-real-no-orcamento-em-cinco-anos-verba-nacional-encolheu-28.ghtml> e <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/entenda-o-corte-de-verba-das-universidades-federais-e-saiba-como-sao-os-orcamentos-das-10-maiores.ghtml>. Acesso em 30 out. 2019.

3 Necessário registrar que este mal-estar nas instituições públicas de ensino superior da Rede Federal está presente não apenas nas universidades, mas também nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nossa opção por tratar especificamente das universidades justifica-se por dois fatores: primeiro, porque os conceitos e modelos da instituição universitária são mais antigos do que os Institutos Federais; segundo, pelo fato de que esta delimitação do objeto possibilita uma investigação mais qualificada, considerando o tempo de realização do curso de Mestrado.

No final de abril de 2019, as UFs sofreram a primeira redução orçamentária no governo do presidente Jair Bolsonaro. Assim como nos anos anteriores, a imprensa deu visibilidade ao fato. Desta vez, porém, o contexto político era outro: o Brasil passou a ser governado por um presidente da extrema-direita, conservador e alinhado ao neoliberalismo econômico. Entre seus principais adversários políticos está o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), responsável pela implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI, em 2007.

Como consequência aos cortes, os desdobramentos no espaço público incluíram a revolta da comunidade acadêmica, manifestações populares e campanhas de fortalecimento da imagem institucional das UFs. Na imprensa, o debate tomou outros rumos, para além da questão do contingenciamento operado pelo governo. A expansão do ensino superior público foi colocada em pauta aglutinando questões de ordem diversa, como a viabilidade das políticas de acesso e permanência para os grupos historicamente excluídos das universidades, o sucateamento da infraestrutura das instituições, a possibilidade de cobrança de mensalidades nos cursos, os recursos destinados à ciência e à pesquisa, etc. Os veículos de comunicação deram voz a autoridades políticas, especialistas em educação, reitores, docentes e acadêmicos para compreender, por exemplo, como estão estruturadas as UFs, quais seus desafios, suas falhas, suas qualidades, entre outras questões⁴. Diante deste contexto, consideramos que as UFs foram inseridas em uma arena de questionamentos sobre sua legitimidade – arena esta que inclui os veículos de comunicação –, o que resultou em um cenário de dúvidas sobre o papel da instituição universitária na atualidade. Os cortes orçamentários, acreditamos, não foram a causa de toda a problemática – mas apenas o seu estopim, considerando todo o cenário político, econômico e social.

Em 2020, a pandemia do novo coronavírus trouxe novos desdobramentos para a legitimidade das UFs. O assunto começou a tomar vulto após a detecção de diversos casos de pneumonia, em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Em janeiro de 2020, as autoridades sanitárias anunciaram que o epicentro do novo vírus era um mercado de frutos do mar na cidade chinesa⁵. Ao mesmo tempo, com a detecção do código genético do vírus, soube-se tratar de uma nova cepa do coronavírus. A doença decorrente das

4 Sobre esta questão, ver nosso capítulo no livro “Métodos e técnicas para pesquisas em comunicação e política” (Editora FACOS-UFSM, 2019), em que analisamos os enquadramentos de Zero Hora acerca dos cortes orçamentários. Disponível em <https://bit.ly/2TkD1mb>.

5 Disponível em <https://coronavirus.saude.gov.br/linha-do-tempo/>. Acesso: 07 jul. 2020.

complicações foi nomeada de covid-19. Ainda em janeiro, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou emergência internacional, e, em poucas semanas, o vírus espalhou-se rapidamente pelo mundo, ao passo que pesquisadores de todo o planeta iniciaram a busca por vacinas e protocolos de tratamento.

No Brasil, o acontecimento provocou tensionamentos entre os campos político, científico e jornalístico. O presidente Bolsonaro, por exemplo, relativizou os danos provocados pela pandemia, que a todo momento eram validados por pesquisas de diversas instituições, incluindo Universidades Federais. Enquanto as instituições orientavam para que toda a população adotasse o isolamento social, o presidente saiu às ruas cumprimentando pessoas e demonstrando que sua preocupação maior estava relacionada aos impactos da pandemia na economia brasileira. Enquanto as instituições científicas chamavam a atenção para a proliferação de casos e a imprensa conferia visibilidade a isto, o principal governante do país ignorava o crescimento do número de casos e de mortes. Divergências com o então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, levaram à saída do titular da pasta no dia 16 de abril. O novo ministro, Nelson Teich, pediu demissão pouco tempo após ser empossado, no dia 15 de maio. Por quatro meses, a pasta foi comandada interinamente por Eduardo Pazuello, até que Bolsonaro o nomeou ministro no dia 16 de setembro. Em 17 de janeiro de 2021 a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou o uso emergencial de duas vacinas. Três dias depois, o número de pessoas mortas pela covid-19 no país passava de 212 mil, com 8.639.868 de infectados⁶. Com a pandemia, novas oportunidades de análise surgiram para pensarmos a presença das UFs no campo jornalístico.

Assim, este é o **tema** desta dissertação: as estratégias de legitimação impressas nos enquadramentos jornalísticos das Universidades Federais Brasileiras. Com o início de uma nova conjuntura política no país a partir de Jair Bolsonaro, e considerando os desdobramentos provocados em virtude da pandemia do novo coronavírus, torna-se premente identificar os enquadramentos que o jornalismo constrói ao abordar as Universidades Federais. Partimos do pressuposto de que a mídia participa do processo de legitimação de projetos políticos, econômicos e sociais, de atitudes, de crenças, valores, e também de instituições centenárias como as que analisamos aqui.

A motivação inicial deste trabalho surgiu de experiências profissionais no jornalismo, primeiro na assessoria de comunicação do Instituto Federal Catarinense (IFC) Campus

⁶ Disponível em <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/01/20/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-20-de-janeiro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>. Acesso em 21 jan. 2021.

Luzerna e, atualmente, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus Erechim. Trabalhando nessas instituições, foi possível problematizar as pautas mais exploradas pela mídia no que refere-se às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Nesta pesquisa, investigaremos os enquadramentos construídos sobre as Universidades Federais construídos pelo jornal Zero Hora (ZH), que, acreditamos, configura-se como um recorte analítico que exemplifica a maneira que o jornalismo participa da legitimação de tais instituições. A escolha por este tipo de mídia (jornal impresso) justifica-se por ser um suporte em que “a atividade de conceitualização é muito mais analítica do que na oralidade ou na iconicidade” (CHARAUDEAU, 2015, p. 113), configurando-se, assim, em um veículo de comunicação que pode dar conta, com uma amplitude maior, da complexa “comunidade do saber” - utilizando a expressão com que Barichello (2001) se refere às instituições de ensino superior.

Mesmo com o advento da imprensa na ambiência digital, um conjunto de fatores ainda nos instiga a analisar o jornal impresso. Primeiro, a simples existência desse tipo de mídia, que segue com seu público e seu espaço, como é o caso, por exemplo, de jornais centenários como o Diário de Pernambuco, fundado em 1825; O Estado de São Paulo, fundado em 1875; e O Fluminense, fundado em 1878⁷: todos eles continuam com suas versões em papel. Em segundo lugar, é preciso considerar os números que refletem a circulação: no ano de 2019, a soma de vendas avulsas e de assinaturas das versões impressas dos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo foi de 303.037 exemplares por dia⁸.

Finalmente, acreditamos que a notícia construída pelo jornal impresso repercute na opinião pública e, muitas vezes, a imprensa online é abastecida pelo que essa mídia produz. Ressalta-se também que o jornal impresso lança temas de debate e a dinamização desses temas é foco de tensões da instância política. Os recentes casos envolvendo os ataques do governo Bolsonaro aos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo são provas disto⁹.

7 Dados da Associação Nacional de Jornais (ANJ), disponíveis em <https://www.anj.org.br/site/servicos/menindjornalistica/109-jornais-no-brasil/744-jornais-centenarios.html>. Acesso em 03 mar. 2020.

8 Dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), conforme matéria publicada em 20/01/2020 e disponível em <https://bit.ly/38mP8U3>. Acesso em 04 mar. 2020.

9 Após a colunista Vera Magalhães, do Estado de S. Paulo, divulgar a notícia de que o presidente havia repassado por WhatsApp um vídeo que convocava para uma manifestação nacional contra o Congresso e o Supremo Tribunal Federal, o Movimento Avança Brasil publicou uma montagem com uma falsa troca de mensagens entre Vera e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sugerindo um acordo entre ambos para repercutir a notícia. Já a repórter Patrícia Campos Mello, da Folha, foi vítima de agressões verbais do próprio presidente após a jornalista fazer uma série de apurações sobre o disparo de mensagens em massa.

Optamos pelo jornal Zero Hora por ser este o diário de maior circulação no estado do Rio Grande do Sul (PODER 360, 2018). Como recorte temporal para a análise do veículo, temos os dois primeiros semestres dos anos de 2019 e 2020. A justificativa para este recorte está embasada por integrar o primeiro e o terceiro semestre do governo Bolsonaro e, também, o primeiro semestre da pandemia de covid-19 no Brasil.

Isto posto, colocamos como **pergunta norteadora** desta pesquisa: quais são os enquadramentos construídos pelo jornal Zero Hora no agendamento das Universidades Federais durante o primeiro semestre do governo Bolsonaro e durante o primeiro semestre da pandemia do novo coronavírus no Brasil?

Nossa **justificativa** está ancorada no fato de que a investigação evidenciará as UFs em dois momentos históricos, considerando o cenário exposto anteriormente – que, se não coloca em xeque a própria sobrevivência destas instituições, nos faz questionar qual o entendimento sobre a relevância das mesmas. E, para isso, se faz necessário compreender a forma como o jornalismo aborda as Universidades Federais. Uma vez que defendemos a comunicação e a educação enquanto agentes da transformação social, é preciso que ambas as áreas estejam atentas a este processo.

A relevância do estudo aqui empreendido também está centrada no fato de que existem poucas pesquisas no Brasil que se propuseram a investigar a legitimação das UFs a partir das perspectivas por nós adotadas, conforme observamos no exercício de Estado da Arte, feito com buscas nos seguintes bancos de dados da internet: Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBT), La Referencia (portal que reúne publicações de toda a América Latina) e também na Edubase (banco de dados com publicações da área de Educação).

Nossas buscas aglutinaram palavras-chaves que dialogam com o tema e com o objeto de nossa pesquisa. Assim, fizemos vários encadeamentos de palavras e termos: legitimação; legitimidade; Universidades Federais (UFs); universidades e mídia e/ou imprensa; Zero Hora, entre outros.

No que tange aos conceitos de legitimação e legitimidade, verificamos a recorrência com que Berger e Luckmann (2014) e Max Weber são acionados nas pesquisas – como na de Sena (2017), que fez uma relação entre a pretensão da legitimidade do discurso e o patrimonialismo no jornalismo online de política, e também na dissertação de Carvalho (2010), que analisou o Twitter do jornal Zero Hora para verificar a legitimação institucional

do jornalismo nas redes sociais. Outro destaque é um artigo de reflexão teórica sobre universidades e legitimidade, escrito por Rodrigues (2001). Apesar de se articular mais com nosso tema, a autora não olha para a crise de legitimidade das UFs mais especificamente, e também não utiliza um veículo da imprensa.

A intersecção entre mídia e universidades é observada na tese de Santos (2018). Ocorre que a autora centrou-se em um acontecimento específico para sua análise: as greves de 2015. Além deste recorte, ressaltamos que o estudo foi feito considerando, como um dos veículos analisados, um portal de notícias da internet – e, mais importante, no momento em que o contexto político brasileiro era completamente distinto do nosso. Setton (2002) também fez a articulação entre universidades e mídia, mas sem especificar as UFs e sem conectar com o campo político. Já Silva (2018) centrou-se apenas em uma seção dos jornais: os editoriais. Diferente do nosso estudo, em que analisamos todos os textos do veículo.

Além desses, verificamos também outras pesquisas, como as de Thomé (2018); Trevizan (2019) e Pontelli (2019). Ao final deste exercício, a lacuna que observamos diz respeito a estudos e obras que conectem os temas da legitimidade e da legitimação com o caso das Universidades Federais, a política brasileira, a metodologia do enquadramento e a análise embasada em único veículo jornalístico, o que confere um detalhamento mais aprofundado. Esta aproximação é a que faremos em nosso trabalho. As poucas pesquisas que abordam as Universidades Federais e a imprensa perfazem outros contextos da política brasileira, quando o governo federal era, ao menos teoricamente, mais articulado a questões relativas aos direitos sociais, como a educação superior pública para todos.

A aproximação que fazemos neste trabalho evidencia a comunicação midiática, de forma alinhada à área de concentração do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM, mais especificamente à linha de pesquisa Mídias e Estratégias Comunicacionais.

O **objetivo geral** desta pesquisa é analisar os enquadramentos construídos pelo jornal Zero Hora que operam na (des)legitimação das Universidades Federais, considerando os seis primeiros meses do governo de Jair Bolsonaro e os seis primeiros meses da pandemia do novo coronavírus no Brasil.

Como objetivos específicos, temos:

a) verificar os cruzamentos entre campo político, campo jornalístico e campo científico no contexto político brasileiro dos primeiros semestres de 2019 e de 2020;

- b) identificar quais são os enquadramentos centrados na cobertura sobre Universidades Federais no jornal Zero Hora, a partir da articulação com a função social dessas instituições;
- c) mapear as fontes que o jornal aciona para compor os enquadramentos identificados;
- e
- d) fazer uma relação entre os principais enquadramentos identificados e a política para a área educacional brasileira

O **primeiro capítulo** é destinado ao contexto político, social e econômico das Universidades Federais. Para delinear aspectos que permeiam tais instituições, iniciamos nosso percurso tratando dos dois primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro, desde sua chegada à presidência até as ações de enfrentamento à pandemia de covid-19. Abordaremos algumas situações que nos dão pistas de como o governo Bolsonaro tratou a educação pública nos seus primeiros meses de mandato, principalmente no que se refere ao ensino superior.

Na segunda seção abordaremos alguns aspectos históricos da universidade, bem como os principais modelos de instituição universitária que se espalharam pelo mundo. Em seguida, tratamos da tríade ensino, pesquisa e extensão para melhor compreendermos cada um desses conceitos, que acreditamos significarem o papel da universidade pública hoje. Mesmo não querendo adentrar com maior profundidade na área da Educação, é importante buscarmos autores que falem sobre esses termos a fim de auxiliar-nos na sua correta aplicação.

Rays, por exemplo, destaca que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um “princípio fundante para a articulação concreta das atividades-fins do ensino superior” (RAYS, 2012, p. 1). Moraes, por sua vez, afirma que a tríade se traduz como “serviços decisivos” e “centrais” da universidade (MORAES, 1998, p. 3).

A partir da conceituação desses termos, com o acionamento dos autores acima, ficará mais fácil identificarmos nos textos jornalísticos de Zero Hora se a mídia está dando visibilidade ao que as Universidades Federais produzem. Não é nosso intuito enquadrar determinada notícia como sendo ou sobre ensino, ou sobre pesquisa ou sobre extensão (mesmo porque, dentro da prática acadêmica, há ações que integram as três áreas). O que queremos é verificar se o campo jornalístico está colocando em suas páginas ações das UFs que as possam legitimar, ou se as temáticas evidenciadas sobre tais instituições são oriundas de outros debates que nada têm a ver com o trabalho que elas desenvolvem.

Na terceira seção do primeiro capítulo abordaremos as Universidades Federais enquanto instituições atravessadas por interesses dos campos político, jornalístico e científico

a partir, principalmente, de Bourdieu (1989; 2004). Auxiliando nossa reflexão sobre o campo jornalístico, nos amparamos também em Cook (2011), que propõe uma percepção sobre o jornalismo enquanto instituição política.

A noção de campo exclui a possibilidade de pensarmos em uma área (ou universo) como uma estrutura fechada e intransponível de atravessamentos. Citando como exemplo a questão do campo intelectual, Bourdieu (1989) afirma que “as relações imediatamente visíveis entre os agentes envolvidos na vida intelectual [...] tinham disfarçado as relações objetivas entre as posições ocupadas por esses agentes, que determinam a forma de tais interações” (BOURDIEU, 1989, p. 67).

Para cada campo, podemos pensar em agentes que disputam sentidos em determinado universo – é possível citar o campo político como exemplo disto. Ao mesmo tempo, adentrando no tema de nosso estudo, temos o campo científico sendo tensionado na atualidade por agentes que não lhe são genuínos. No caso das Universidades Federais, elas são questionadas por agentes do campo empresarial, político e religioso, só para ficarmos em alguns exemplos.

Nossa análise relativa aos atravessamentos dos campos tem, assim, o objetivo de exercitar o que o autor coloca como imprescindível.

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo da linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir (BOURDIEU, 1989, p. 73).

No **segundo capítulo** trataremos das estratégias legitimadoras no/do discurso jornalístico. Acionaremos os conceitos de estratégias, legitimidade e legitimação a partir de autores como Bourdieu (2004), Rodrigues (1990), Sodré (2006), Pérez (2013), Lyotard (1988) e Berger e Lukmann (2014).

Berger e Luckmann dizem que a legitimação é um processo que *explica e justifica* a ordem institucional. “A legitimação implica também ‘conhecimento’. [...] É preciso primeiro haver ‘conhecimento’ dos papéis que definem *tanto* as ações ‘certas’ *quanto* as ‘erradas’, no interior da estrutura” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 124, grifo do original). Seguindo

este raciocínio, podemos prever como *ações certas* das Universidades Federais o seu trabalho na tríade ensino, pesquisa e extensão, abordadas anteriormente.

O próximo tópico do qual trataremos é o discurso jornalístico, com base em Rodrigues (1990), Benetti (2010), Marques (2008), Gomis (2004) e outros pesquisadores.

Em seguida, abordaremos nosso objeto empírico, o jornal Zero Hora. A ideia é entender como seu projeto editorial está estruturado na atualidade, para compreender como ele se apresenta ao seu público leitor. Nesta seção trataremos também das especificidades do jornal impresso: as principais características que o diferem dos demais veículos de comunicação, e também as transformações pelas quais esta mídia tem passado nos últimos anos.

O **terceiro capítulo** versará sobre a perspectiva metodológica da pesquisa, que é o enquadramento. Acionaremos Matthes e Kohring (2008), Entman (1993) e Scheufele (1999). Nossa intenção é trazer os entendimentos desses diferentes autores para identificar como eles são ricos para a análise da mídia.

De acordo com Entman os estudos de enquadramento abordam elementos que “diagnosticam, avaliam e prescrevem” os acontecimentos, selecionando aspectos da realidade (ENTMAN, 1993, p. 52). Essas premissas começaram a ser abordadas a partir da década de 1970. Sua aplicação na análise da mídia veio depois, em meados dos anos 1980. Matthes e Kohring (2008) identificaram alguns métodos de aplicação desses estudos, nomeando-os com as seguintes classificações: hermenêutica, linguística, holística manual, assistida por computador e dedutiva. Essas perspectivas apresentam poucas diferenças entre si, uma vez que culminam sempre com a mesma ideia de método: a construção de quadros de sentido a partir de determinadas categorias de referência.

No nosso caso, trabalharemos com o método de Gamson e Lasch (1981) e Gamson e Modigliani (1989), que se baseia na verificação de dispositivos de enquadramento e de justificação, levando em conta os seguintes elementos dos textos jornalísticos: metáforas, exemplos, frases de efeito, representações, imagens visuais, causas, consequências e apelos a princípios.

O **quarto capítulo** será a análise e interpretação dos dados, verificando os enquadramentos das Universidades Federais em Zero Hora, com todos os dispositivos simbólicos identificados, destacando também as fontes que são acionadas pelo jornal ao colocar em pauta as UFs. Finalmente, apresentaremos as conclusões às quais chegamos com a

investigação, retomando os objetivos da pesquisa e apontando possibilidades de continuidade em investigações posteriores.

1 O CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Este capítulo é destinado ao contexto político, social e econômico das Universidades Federais, de forma a entendermos a conjuntura dessas instituições na atualidade. Esta análise se faz necessária uma vez que “é da máxima importância ter com clareza presente o pano de fundo social, político, econômico e ideológico, já que, como instituição, *[a Universidade]* participa ativamente destas variáveis” (MOSQUERA, 1997, p. 29).

A Constituição brasileira diz que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”¹⁰. No caso das Universidades Federais, elas são mantidas pelo Governo Federal e se constituem legalmente em autarquias. Por isso, ao enquadrarmos as UFs como órgãos públicos, é importante entendermos que as premissas educacionais que as sustentam são passíveis de outras implicações, oriundas da administração pública mas, especialmente, da esfera política que lhe é inerente.

Este capítulo está estruturado da seguinte forma: primeiro, abordamos o cenário político e social considerando a nova onda neoliberal no mundo e o descrédito nas instituições, adentrando no governo de Jair Bolsonaro no Brasil e em como as medidas empreendidas pelo presidente afetam as instituições universitárias. Nesta parte, falamos também do início da pandemia do novo coronavírus e a atitude do governo para enfrentar o problema. Na segunda seção, apresentamos aspectos históricos da universidade, destacando seus principais modelos no mundo. Fazemos este retrospecto também para identificar a missão das universidades públicas brasileiras considerando a tríade do ensino, da pesquisa e da extensão – pilar que estabelece seu trabalho e que investigaremos na análise de Zero Hora. Já na terceira seção do capítulo, acionamos os conceitos de campo para tratar dos atravessamentos entre a política, a ciência e o jornalismo.

1.1 A CONJUNTURA POLÍTICA E SOCIAL NOS PRIMEIROS ANOS DO GOVERNO BOLSONARO

10 Disponível em https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_207_.asp. Acesso em 26 jul. 2020.

Desconfiança, descrença, colapso: estas são as palavras que permeiam o debate público sobre a crise de representatividade das instituições. Abordaremos esta questão, ainda que brevemente, uma vez que este cenário foi essencial para a chegada de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil. No momento em que o país passava pelas eleições de 2018, Manuel Castells lançava o livro *Ruptura: a crise da democracia liberal*, tratando exatamente de uma nova ordem de tensionamentos em escala global, permeados pelo descompasso entre governantes e governados, ou entre instituições e cidadãos. Ao longo do livro, o autor escrutina a chegada de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, a saída do Reino Unido da União Europeia, os embates entre a região da Catalunha e o resto da Espanha, entre outros casos. Conforme o escritor, “a globalização da economia e da comunicação solapou e desestruturou as economias nacionais e limitou a capacidade do Estado-nação de responder em seu âmbito a problemas que são globais na origem” (CASTELLS, 2018, p. 18).

Castells defende que as desigualdades sociais, a corrupção e o desemprego levaram os países, neste século, a flexibilizarem a condição de “Estado-nação” para se converterem em “Estado-rede” (idem, p. 19). Alianças globais foram construídas a custo de uma parcela da soberania nacional, mesmo que pequena. Neste movimento, destaca-se a ascensão de grandes empresas de comunicação e tecnologia, sobretudo as plataformas de redes sociais digitais, como Facebook, WhatsApp, Instagram, entre tantas outras.

Diversas pesquisas do campo da comunicação têm se debruçado sobre as mídias sociais digitais, e não nos aprofundaremos neste tema por não ser este o intento de nossa investigação. Porém, é pertinente considerar que a troca comunicacional entre pessoas do mundo inteiro, possibilitada por tais plataformas de modo instantâneo, resultou em movimentos sociais que alimentaram o debate público sobre governos e instituições. No caso brasileiro, os protestos de junho de 2013, que assinalaram o descontentamento da população perante diversas questões nacionais, são exemplo disto. Inicialmente, os movimentos se caracterizavam pelo desconforto, por parte da população, com o aumento das tarifas de transporte público. O debate, porém, aglutinou outros interesses – e por todas as regiões do país. É possível observar a “indignação difusa que alimentou os protestos, a ambivalência dos discursos, a heterogeneidade das demandas e a ausência de mediação de terceiros e de atores tradicionais” (BRINGEL, 2016 *apud* REZENDE, 2018, p. 5), como, por exemplo, partidos políticos, centrais sindicais e organizações de trabalhadores e da juventude.

As Jornadas de Junho também marcaram o surgimento de movimentos sociais de direita, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem pra Rua, alavancados pela até então emergente capacidade das mídias sociais no que se refere à convocação de seus usuários para a reunião e organização política. Rezende (2018) aponta que tais movimentos não foram articulados na espontaneidade de cidadãos indignados com a política nacional, pois tiveram forte financiamento de “*think tanks* liberais nacionais e estrangeiros” (REZENDE, 2018, p. 5). O autor conclui que, ao fim, as Jornadas de Junho tiveram o papel de auxiliar na polarização política entre esquerda e direita, representados no campo político-institucional, até então, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), respectivamente. Este roteiro abriu caminho para a queda da presidente Dilma Rousseff (PT) e a consequente chegada de Michel Temer, do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ao principal cargo político do país. O governo de Temer, com históricos índices de reprovação¹¹, representaria, antes das eleições de 2018, os últimos resquícios de um longo processo de polarização e rupturas, marcado principalmente pelas disputas entre PT e PSDB – partidos que estiveram no poder desde a eleição de Fernando Henrique Cardoso até o impeachment de Dilma.

Rezende (2018) resume em três pontos a excepcionalidade das eleições presidenciais de 2018: o impedimento legal do ex-presidente Lula (PT), que tentava candidatar-se ao pleito e já estava apontado pelas pesquisas como o candidato favorito; o sentimento generalizado de aversão aos políticos tradicionais; e a influência das redes sociais. O autor salienta que, mesmo com a população tendo um acesso maior aos seus direitos, a falta de atendimento às mais básicas demandas gerou uma repulsa em relação aos atores já conhecidos da política nacional. Em relação às redes sociais, estas tiveram papel central na comunicação eleitoral, tanto pelo advento dessas novas tecnologias como pelo fato de que muitos candidatos tinham um tempo quase insignificante na propaganda eleitoral no rádio e na TV.

Desta forma, Rezende (2018, p. 10) defende a ideia de que Bolsonaro ganhou as eleições “porque aproveitou uma janela de oportunidades e forjou um populismo verde e amarelo alinhado a uma tendência internacional antissistêmica de direita”, a mesma destacada por Castells (2018). Figura até então quase desconhecida da maioria dos brasileiros, Bolsonaro valeu-se de tudo aquilo já tratado por nós até aqui, incluindo o antipetismo e a

11 Pesquisa divulgada pelo Ibope em 28 de junho de 2018 mostrou que 79% das respostas apontavam a gestão de Temer como ruim ou péssima. Conforme o instituto, este foi o pior percentual de avaliação de um presidente desde o início da pesquisa, em 1986, no governo de José Sarney. Fonte: <https://bit.ly/2oN8lOa>, acesso em 19 out. 2019.

insatisfação com políticos tradicionais. A violência urbana é outro ponto que Rezende destaca para o sucesso de Bolsonaro, capitão reformado do Exército, a favor da posse de armas e com um discurso ligado em demasia aos valores familiares e cristãos.

Gagliardi (2018, p. 2), em artigo sobre o comportamento da grande imprensa durante o pleito de 2018 e, mais especificamente, analisando Bolsonaro, aponta para o discurso adotado pelo candidato do PSL: “simples, violento, antipetista, contrário às minorias, ao feminismo e simpatizante da ditadura militar”. Entre as propostas da campanha estavam questões atraentes aos conservadores, como, por exemplo, a liberação do porte de armas e a defesa do projeto Escola Sem Partido¹². A ideia de moralização da política, com a proposta de criar uma equipe centrada em critérios técnicos e sem viés ideológico, vinha ao encontro do que a sociedade brasileira queria, conforme as demandas observadas nos movimentos das ruas.

Essas características foram reverberadas nas estratégias de campanha de Bolsonaro, centradas nas redes sociais, principalmente por meio de vídeos. A falta de carisma e de articulação oral, que ficaram evidentes nos poucos debates em que participou durante o primeiro turno, foram resolvidas, assim, por esses canais. A limitação física gerada pelo ataque a faca que sofreu em um comício¹³, conforme Rezende (2018), lhe foi útil também para contornar seu fraco desempenho nos debates com os demais candidatos.

Para Gagliardi (2018, p. 8), a chegada de Bolsonaro à presidência representa, para a sociedade, o “desafio de lidar com um governo de direita e a ameaça de retrocessos em conquistas sociais”. Compreendendo o acesso ao Ensino Superior público como uma dessas conquistas sociais, sobretudo a partir da criação e expansão das Universidades Federais nos últimos anos, entendemos a importância de observar as leituras que o novo governo faz desta área e, mais especificamente, destas instituições.

Os tensionamentos do governo Bolsonaro com a educação iniciaram ainda no primeiro mês de sua gestão, em janeiro de 2019. Em entrevista ao jornal Valor Econômico, o então ministro da pasta, Ricardo Vélez Rodríguez, disse: “as universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual, que não é a mesma elite econômica” (OLIVEIRA, 2019, p. 7). Rodríguez teria chegado ao cargo por indicação do escritor Olavo de Carvalho, *guru* de Jair Bolsonaro para assuntos referentes, sobretudo, ao campo educacional e científico. Nos poucos

12 Iniciativa que tem por base a proibição de professores em manifestar percepções políticas em sala de aula.

13 No dia 6 de setembro de 2018, durante comício nas ruas de Juiz de Fora, em Minas Gerais, Jair Bolsonaro foi golpeado com faca por um homem identificado como Adélio Bispo. O candidato teve que passar uma cirurgia de reversão do trânsito intestinal e posterior uso de bolsa de colostomia, fazendo com que se ausentasse, pelo menos presencialmente, de diversas atividades da campanha.

meses em que esteve a frente do Ministério da Educação (MEC), Rodriguez se envolveu em diversos problemas, conforme noticiado por Zero Hora em 29 de março.

Em janeiro, o ministro recuou sobre mudanças em edital de compra de livros que suprimia o compromisso com a agenda da não violência contra mulheres e permitia obras sem referências e com erros. Em fevereiro, o MEC enviou carta a escolas com slogan da campanha de Bolsonaro e pedido de filmagem de alunos cantando o hino. O episódio causou grande desgaste e provocou novo recuo.

Um novo capítulo da crise começou no dia 8 deste mês, com uma dança das cadeiras e críticas de Olavo no Twitter ao ministro e a integrantes do MEC. [...]

Nos bastidores, a saída do ministro seria uma questão de tempo. O nome mais forte até agora é do senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que tem apoio do bloco cristão desde o ano passado (PARA, 2019).

Ao lado desta notícia, ZH publicou outro texto, em que falava que as divergências dentro do MEC já acarretavam problemas nos preparativos do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), organizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep) – autarquia vinculada à pasta. Paulo Roberto Cesar Teixeira, diretor de Avaliação de Educação Básica, pediu demissão do cargo. Marcus Vinicius Rodrigues, então presidente do instituto, foi exonerado.

Muitas das crises dentro do MEC seriam oriundas de conflitos ideológicos entre o governo Bolsonaro e aqueles que ocupavam os cargos. Sobre este assunto, um dos acontecimentos bastante emblemáticos, ainda que não circunscrito ao ministério, foi o pronunciamento da deputada estadual Ana Caroline Campagnolo, eleita em Santa Catarina pelo mesmo partido de Bolsonaro. A parlamentar publicou em suas redes sociais um contato telefônico para alunos enviarem vídeos de professores em sala de aula que estivessem fazendo “manifestações político-partidárias ou ideológicas”¹⁴. O caso exemplifica a onda conservadora que começava a ditar os rumos da política educacional do novo governo.

Ricardo Vélez Rodriguez deixou o MEC e, no dia 9 de abril, um novo ministro foi empossado: Abraham Weintraub, economista, docente da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Weintraub não tardou a se envolver em polêmicas. Ainda na cerimônia de posse, questionou Paulo Freire, considerado o Patrono da Educação no Brasil: “Se temos uma filosofia de educação tão boa, Paulo Freire é uma unanimidade, por que temos resultados tão ruins?”¹⁵. No mesmo mês, disse que o Brasil reduziria “os investimentos de cursos como

14 Disponível em <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/eleicoes/2018/noticia/2018/10/29/deputada-estadual-do-psl-eleita-por-sc-incita-alunos-a-filmar-e-denunciar-professores.ghtml>. Acesso: 02 jun. 2020.

15 Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/educacao/na-posse-weintraub-ataca-paulo-freire-e-faz-analise-rasa-sobre-gastos/>. Acesso: 02 jun. 2020.

Filosofia e Sociologia”, redirecionando-os para “áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, citando como exemplo os cursos de Enfermagem, Veterinária, Engenharia e Medicina”¹⁶. A fala do novo ministro gerou comparações com movimentos contrários às áreas das Humanidades pelo mundo, como o caso japonês. Este mal-estar perdurou durante todo o ano de 2019 e deu novos sinais em 2020, por exemplo, a partir de publicação, no Diário Oficial da União, da Portaria Nº 1.122 de 19 de março. O documento, assinado pelo ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Cesar Pontes, exclui as ciências humanas das prioridades de projetos de pesquisa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) até o ano de 2023¹⁷.

Ao final de abril de 2019, Weintraub anunciou o corte orçamentário que seria aplicado às Universidades e Institutos Federais. Este acontecimento marcou o início dos tensionamentos entre o novo governo e as instituições afetadas. Dali por diante, diversos desdobramentos ocorreram e reverberaram no campo jornalístico, com os veículos escrutinando as UFs, o campo científico e salientando os custos de todo o investimento na educação superior pública. Na materialidade dos textos ou nas entrelinhas, a pergunta dos veículos de comunicação era: as Universidades Federais, instituições que demandam tanto investimento público, estão cumprindo o seu papel no desenvolvimento social?

Essas inquietações perduraram todo o ano de 2019, inclusive no limiar de 2020. No dia 24 de dezembro, o governo federal publicou uma Medida Provisória (MP) que garantia ao presidente da República a prerrogativa de nomear os reitores das UFs, mesmo se os escolhidos não fossem os primeiros colocados na lista tríplice encaminhada pelas instituições¹⁸. Registramos, porém, que mesmo antes de a MP entrar na pauta pública, algumas instituições já tiveram seus reitores indicados pelo Executivo¹⁹.

Muitas dessas polêmicas eram ensejadas pelo ministro Abraham Weintraub. Outro exemplo foi a publicação de uma portaria, em março de 2020, em que são explicitadas as condições para o fomento dos cursos de mestrado e doutorado no país, limitando o investimento em programas com notas baixas (conforme avaliação do próprio MEC, por meio

16 Disponível em <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/por-que-reduzir-investimento-na-area-de-humanas-nao-faz-sentido-no-brasil/>. Acesso: 02 jun. 2020.

17 Disponível em <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.122-de-19-de-marco-de-2020-249437397>. Acesso: 02 jun. 2020.

18 Disponível em <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2019/12/25/bolsonaro-impoe-novas-regras-para-escolha-de-reitores-de-universidades-federais.htm>. Acesso: 20 ago. 2020.

19 Como exemplo é possível citar o caso da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que teve como reitor nomeado por Bolsonaro, o candidato que não figurou no topo da lista tríplice. Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/apoiador-de-bolsonaro-terceiro-nome-da-lista-triplice-da-uffs-nomeado-reitor-23918123>. Acesso: 20 ago. 2020.

da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes)²⁰. Weintraub seguiu no MEC até a metade do mês de junho, após ameaçar os membros do Supremo Tribunal Federal (STF) durante reunião ministerial no Planalto²¹. Ele foi substituído por Milton Ribeiro. Este, por sua vez, envolveu-se em novas polêmicas, como quando disse que “o adolescente que muitas vezes opta por andar no caminho do homossexualismo vêm, algumas vezes, de famílias desajustadas”²².

Com a emergência da pandemia do novo coronavírus, novos desdobramentos surgiram no contexto global, afetando todos os campos sociais e suas relações. Com as orientações epidemiológicas para a população adotar o isolamento social, as economias de todos os países estão sofrendo recuos históricos e preocupando, principalmente, os governos liberais. No Brasil, com Bolsonaro, a situação não é diferente.

No momento de escrita desta dissertação, os estudos que tentam entender tantos acontecimentos decorrentes da pandemia, todos de magnitude incomensurável, seguem em desenvolvimento. Acionaremos algumas destas pesquisas que tratam, mais especificamente, dos tensionamentos do governo Bolsonaro em decorrência do novo coronavírus, sobretudo no que diz respeito ao negacionismo e à incredulidade do presidente e seus seguidores em relação à covid-19.

A primeira investigação trata-se de uma pesquisa que tem olhado para a infodemia neste contexto político. As autoras caracterizam infodemia como “uma quantidade e variedade excessiva de informações de diferente qualidade e credibilidade (algumas falsas, outras imprecisas, outras baseadas em evidências)” (KALIL; SANTINI, 2020, p. 5), e chamam atenção para a repercussão e para o impacto deste fenômeno quando produzido por governantes, devido à visibilidade destes enquanto líderes de opinião. As autoras tratam da infodemia como uma estratégia comunicacional que exige operações táticas, tal como nas forças armadas. No estudo, os campos de batalha são as plataformas de mídias sociais, como o Twitter.

Para compreender o posicionamento do governo Bolsonaro e seus impactos em processos de informação e desinformação, foram analisadas mais de 3 milhões de postagens no Twitter no mês de março. Foi neste período, mais exatamente no dia 24, que o presidente

20 Disponível em <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-34-de-9-de-marco-de-2020-248560278>. Acesso: 20 ago. 2020.

21 Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/weintraub-em-video-botava-esses-vagabundos-na-cadeia-comecando-pelo-stf.htm>. Acesso: 04 out. 2020.

22 Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/24/ministro-da-educacao-diz-que-gays-vem-de-familias-desajustadas-e-que-acesso-a-internet-nao-e-responsabilidade-do-mec.ghtml>. Acesso: 11 nov. 2020.

fez um pronunciamento no rádio e na TV²³ questionando as medidas de isolamento propostas por governadores e prefeitos; caracterizou o trabalho da imprensa como histeria; e incentivou o uso da cloroquina no combate à covid-19 – indo na contramão do que preconizava o campo científico²⁴. Na semana do dia 27 de março o governo ainda veiculou, em seus canais nas redes sociais, uma campanha intitulada *O Brasil não pode parar*, também contrária às medidas de isolamento²⁵.

[a campanha] foi distribuída, em forma de teste, primeiramente para as redes bolsonaristas no WhatsApp e depois veiculada pela Secom no Instagram e por Flavio Bolsonaro no Facebook e Twitter. [...] criou um ambiente de controvérsia e contribuiu para a transformação da pandemia em “infodemia” (KALIL; SANTINI, 2020, p. 7).

A testagem com os apoiadores do presidente, assim, serviu de parâmetro para a veiculação da campanha nos canais oficiais do governo. Criticadas pelas autoridades da saúde e proibidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), as peças foram excluídas das redes momentos depois, quando já estavam disseminadas.

Kalil e Santini (2020) afirmam que Bolsonaro atua em uma lógica de campanha permanente, como se ainda estivesse em período eleitoral. A agenda dessa campanha inclui “o enfraquecimento das instituições democráticas como STF e Congresso, a [sua] reeleição [...] em 2022 e a eleição de um de seus filhos em 2026” (idem, p. 10). Uma das estratégias dessa campanha foi a criação da hashtag *#bolsonaroday*, relativa ao movimento do dia 15 de março, ou 15M.

Conforme o estudo, mais de 50% das postagens com esta hashtag foram postadas no Twitter por perfis automatizados ou robôs. A campanha permanente de Bolsonaro, ao incentivar a participação das pessoas nas manifestações nas ruas, ia contra a orientação de isolamento social como forma de proteção ao coronavírus, enaltecendo “a figura do ‘patriota’ como alguém que poderia ‘morrer pelo Brasil’” (idem, p. 11).

Esta lógica de campanha permanente pode ser compreendida também se levarmos em consideração um estudo de Tavares, De Oliveira Júnior e Magalhães (2020), que verificou, a partir da análise crítica do discurso, cinco pronunciamentos de Bolsonaro. Além do discurso

23 Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>. Acesso: 05 out. 2020.

24 Disponível em <https://sbi.org.br/2020/05/18/parecer-da-sociedade-brasileira-de-imunologia-sobre-a-utilizacao-da-cloroquina-hidroxicloroquina-para-o-tratamento-da-covid-19/>. Acesso: 05 out. 2020.

25 Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/03/27/governo-lanca-campanha-brasil-nao-pode-parar-contramedidas-de-isolamento>. Acesso: 05 out. 2020.

do dia 24 de março, foram observados os pronunciamentos do dia 9, 20 e 26 do mesmo mês, e também do dia 12 de abril.

[...] o presidente desde o início minimizou a crise mundial, destacando que a preocupação e os esforços para combater o coronavírus eram uma histeria coletiva e que o assunto vinha sendo superdimensionado pela mídia. É o que ele relata em seu primeiro discurso sobre o tema, proferido em 9 de março de 2020, durante uma comitiva do governo brasileiro em Miami, no Estados Unidos. Na ocasião, o líder político também afirmou que uma das intenções da mídia é causar pânico na população. (TAVARES; DE OLIVEIRA JÚNIOR; MAGALHÃES, 2020, p. 7)

No segundo discurso, do dia 20 de março, o presidente disse “que apenas uma ‘gripezinha’ não iria derrubá-lo nem fazer o Brasil parar” (idem). No dia 24, Bolsonaro ressaltou que “devemos sim voltar à normalidade” e que por causa do seu “histórico de atleta” teria no máximo “uma gripezinha ou um pequeno resfriado”²⁶. No dia 26, defendeu novamente a cloroquina e a hidroxicloroquina. Finalmente, no discurso do dia 12 de abril, disse que o vírus já estava desaparecendo, em contraponto com os dados oficiais, que indicavam o aumento dos casos de covid-19. Os autores, por fim, concluem que a circulação dos discursos do presidente, contrários às orientações do campo científico, pode ter estimulado seus seguidores a negar os riscos da pandemia, aumentando, assim, o número de contágios em território brasileiro.

Outro estudo baseado na circulação de desinformação sobre o coronavírus no Twitter foi realizado por Recuero e Soares (2020). Foram analisadas 57.295 postagens relacionadas a uma possível cura para a covid-19, no período de 20 a 29 de março. Os autores observaram disputas discursivas que “indicam que a participação de políticos na circulação desses discursos pode ter efeitos importantes no alcance dessa desinformação na rede” (RECUERO; SOARES, 2020, p. 3). Assim como Tavares, De Oliveira Júnior e Magalhães (2020), a ideia de “guerrilha informativa” também é acionada, no sentido da hegemonia de sentidos em relação àquilo que circula nas mídias.

Recuero e Soares (2020) verificaram que nos dias 23, 24 e 25 de março houve uma circulação maior de desinformação sobre a cura do coronavírus em relação aos dias 20, 21 e 22. Por outro lado, observaram uma redução das postagens que desmentem as desinformações. Entre os atores que mais influenciaram a desinformação destacam-se

26 Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>. Acesso: 05 out. 2020.

usuários “associados a partidos políticos de direita, apoiadores do presidente” (RECUERO; SOARES, 2020, p. 15).

O período de 27 a 29 de março teve um aumento na circulação de desinformação em relação ao período anterior. No dia 27, Bolsonaro fez novamente um pronunciamento em desconformidade com as medidas de isolamento. Conforme os autores, nota-se “um alinhamento dos dois discursos (desinformação e apoio ao presidente) quando se fala da ‘cura’” (RECUERO; SOARES, 2020, p. 20).

[...] há uma disputa discursiva entre a ciência e o que é factual e o discurso político. Finalmente, observamos que a figura do presidente foi central para o espalhamento dos discursos desinformativos, bem como o uso do capital político dos líderes de opinião para tal fato (RECUERO; SOARES, 2020, p. 22).

Os três estudos apontam para novos episódios de discrepância entre o discurso político de Bolsonaro e as evidências comprovadas pelo campo científico. Nesse cenário, redes de enfrentamento à pandemia foram criadas, incluindo a participação das Universidades Federais. Ainda no mês de maio, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) divulgou um relatório com ações desempenhadas pelas UFs em diferentes frentes de estudo.

A pesquisa aponta que existem 823 estudos sobre coronavírus em andamento; 96 ações para produção de álcool e produtos sanitizantes; sendo produzidos até o momento 992.828 litros de álcool em gel e 912 mil litros de álcool líquido. Foram realizadas 104 iniciativas de confecção de EPIs, com a execução de 162.964 protetores faciais, 85.514 máscaras de pano, 20.200 unidades diversas, 6 mil aventais e 2 mil capuzes. As ações de testagem do coronavírus chegam a 53, com número incipiente de 2.600 testes diários e de 55.001 testes realizados. As universidades desenvolveram 697 campanhas educativas; 341 ações solidárias; 198 parcerias com prefeituras e 79 com governos estaduais. Além disso, o estudo ainda mostrou que os Hospitais Universitários do país estão disponibilizando 2.228 leitos normais para tratamento da pandemia e 489 leitos de UTI, sendo que o número total inclui leitos próprios e outros viabilizados graças a parcerias para a construção e a operacionalização de hospitais de campanha (PESQUISA, 2020).

Um dos estudos epidemiológicos mais importantes não apenas no território brasileiro mas em todo o mundo é o Epicovid-19-BR, coordenado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e realizado em parceria com outras instituições. A pesquisa, dividida em diversas fases, indica a prevalência da infecção do novo coronavírus. Até o momento de escrita desta

dissertação, seus resultados seguem visibilizados pelos principais veículos da imprensa nacional. Dois episódios negativos marcaram o andamento do estudo: no mês de maio, os pesquisadores foram recebidos com hostilidade em pelo menos 40 municípios, o que atrasou o cronograma da investigação²⁷. Em julho, o Ministério da Saúde decidiu interromper o financiamento da pesquisa. Alguns envolvidos chegaram a dizer que o governo federal estava discordando dos resultados que eram divulgados (que naquele momento ainda apontavam para a possibilidade de crescimento do número de casos e óbitos por covid-19)²⁸.

A pesquisa da UFPel é talvez a mais ampla tratando-se de estudos sobre a covid-19 desenvolvidos por UFs, mas diversas outras poderiam ser citadas. Atualmente, as instituições estão trabalhando na testagem das vacinas, como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)²⁹, a Universidade de Brasília (UnB)³⁰ e a UFSM³¹. Entre os imunizantes testados pelas UFs estão as duas primeiras vacinas aprovadas no dia 17 de janeiro de 2021 para uso emergencial no Brasil.

1.2 A UNIVERSIDADE: BREVES ASPECTOS HISTÓRICOS E SUA FUNÇÃO SOCIAL EM DIFERENTES CONTEXTOS

Para verificar as estratégias de legitimação das Universidades Federais, é necessário conhecer as finalidades dessas instituições, a fim de encontrarmos subsídios para a análise que será feita do jornal Zero Hora. Nesta seção, abordaremos alguns aspectos históricos das universidades e seus diferentes modelos para, em seguida, nos centrarmos nos princípios mais basilares da universidade pública brasileira, e que dão conta dos objetivos que colocamos para nossa pesquisa.

Nossa abordagem inicia trazendo elementos dos estudos de Barichello (2001), que investiga a instituição universitária em articulação com suas práticas comunicacionais. No livro *Comunicação e comunidade do saber*, fruto de sua tese de doutorado, a autora resgata os diferentes modelos de universidade que propiciaram a atual concepção de instituição de

27 Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/pesquisadores-sao-impedidos-de-analisar-evolucao-da-covid-19>. Acesso: 02 nov. 2020.

28 Disponível em <https://www.opovo.com.br/coronavirus/2020/07/20/governo-corta-financiamento-a-maior-pesquisa-mundial-sobre-coronavirus.html>. Acesso: 02 nov. 2020.

29 Disponível em <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/faculdade-de-medicina-iniciara-testes-da-vacina-contracovid-19>. Acesso: 02 nov. 2020.

30 Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-08/universidade-de-brasilia-e-hub-iniciam-teste-de-vacina-contracovid-19>. Acesso: 02 nov. 2020.

31 Disponível em <https://www.ufsm.br/2020/10/06/ufsm-iniciou-aplicacao-de-vacina-contracovid-19-em-pessoas-com-alta-exposicao-a-doenca/>. Acesso: 02 nov. 2020.

ensino superior brasileira, especialmente a universidade pública. Criada na Idade Média, a universidade tinha, a princípio, a função “de guardar e transmitir um saber estabelecido” (BARICHELLO, 2001, p. 14), em articulação com o que a Igreja queria para a época. De instituição guardiã do conhecimento estanque, a universidade passou, com o decorrer do tempo, a abrir-se para novas perspectivas, à medida que a noção do *real* também se tornava menos concreta e mais fluida.

A autora destaca que os tensionamentos envolvendo a universidade passaram a ser mais evidentes quando o Estado-Nação assumiu para si a gestão dessas instituições, em um movimento semelhante ao dos tempos atuais. O modelo francês e o modelo russo são talvez os primeiros a deixarem claros os atravessamentos que os governos provocariam – e ainda provocam – naquela que seria considerada a instituição primordial do conhecimento científico. No caso francês, “Napoleão, como Chefe de Estado e militar, visava restaurar uma autoridade central forte” (BARICHELLO, 2001, p. 43). Para tanto, o imperador não tardou em impor um modelo de instituição em que os professores estivessem a serviço não do saber, mas do próprio governo. De forma semelhante, na Rússia (então União Soviética), o conhecimento difundido pela universidade deveria estar alinhado ao comunismo e ao poder político, com a gestão centralizada em Moscou - esta última característica, da primazia da Capital, ressoaria depois na história da universidade brasileira.

A fundação da Universidade de Berlim em 1810 marcou de forma decisiva a concepção de ciência, tendo Wilhelm von Humboldt como protagonista do modelo alemão de instituição universitária. Destaca-se nesse modelo o ideal de autonomia e o espaço ocupado pelo poder governamental, semelhante ao que temos hoje no Brasil, no caso das universidades públicas.

Na “universidade orgânica” alemã, a liberdade acadêmica teria os seguintes aspectos: o aluno é responsável por si mesmo; o professor não é um funcionário do governo, mas um membro da corporação; a liberdade acadêmica significa autonomia administrativa, liberdade para a corporação administrar a si mesma, mas sob a tutela do Estado, o qual não deveria temer as descobertas e defender a universidade contra as pressões políticas (BARICHELLO, 2001, p. 42).

Outro modelo pontuado pela autora é o da universidade norte-americana, em que se destaca a hegemonia da economia para ditar os rumos do ensino superior. Nos Estados Unidos, a universidade surgiu muito mais para atender as demandas da sociedade, o que no

Brasil ficou situado como o pilar da extensão universitária, conforme veremos mais adiante. De qualquer modo, Barichello (2001) observa que os parâmetros para o nascimento da universidade brasileira aglutinou aspectos de todos esses modelos, principalmente da concepção alemã.

Os primeiros cursos superiores brasileiros surgiram no Rio de Janeiro (quando a cidade ainda era a capital), em Salvador e em São Paulo, a partir de faculdades isoladas, notadamente criadas para formar os filhos da elite, que antes tinham que se deslocar a Portugal se quisessem uma formação de nível superior (BARICHELO, 2001). Desde o início, tal como no modelo russo e mesmo no modelo francês, as instituições sofriam uma dependência administrativa muito grande da capital. A primeira universidade oficial, não à toa, foi a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920. Mais de dez anos depois, em 1931, a “Lei Francisco Campos estendeu a todo o Brasil o processo de criação de universidades (Estatuto das Universidades), por intermédio do aproveitamento da estrutura organizacional de faculdades previamente existentes” (BARICHELO, 2001, p. 51). Importante dizer que, conforme a autora, mesmo as universidades *oficiais* eram pagas.

Foi nas décadas de 1950 e 1960 que o modelo brasileiro de universidade se solidificou com maior ênfase. Barichello (2001) destaca a criação da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) como exemplos de projetos distintos, porém, alinhados à concepção humboldtiana. A USP “visava à preparação de elites intelectuais que pudessem construir alternativas para o país” (idem, p. 54); a UnB firmou-se como uma universidade construída para a liderança brasileira no contexto mundial; enquanto a UFSM foi a primeira instituição pública de nível superior no interior do país, voltada para o desenvolvimento regional. Essas três instituições representam como as universidades brasileiras foram (re)adequando seus objetivos conforme o contexto social e espacial – mesmo em uma época quando o acesso aos bancos universitários ainda não atendia camadas minorizadas da sociedade, como a população de baixa renda.

Sobre o papel da instituição no contexto brasileiro, Wanderley (2003) destaca os seguintes pontos de vista: “a universidade como o lugar historicamente apropriado para a criação e divulgação do saber”; a universidade como promotora da “luta universitária no conjunto das lutas sociais”; a universidade “como mola propulsora da mudança social e do desenvolvimento”; e a universidade como grupo de resistência “contra o poder dos tecnocratas e dos sistemas políticos autoritários” (WANDERLEY, 2003, p. 9-10).

Diante de tantos entendimentos, diz o autor:

Para mim, a universidade é um lugar – mas não só ela – privilegiado para conhecer a cultura universal e as várias ciências, para criar e divulgar o saber, mas deve buscar uma identidade própria e uma adequação à realidade nacional. Suas finalidades básicas são o ensino, a pesquisa e a extensão. Ela é a instituição social que forma, de maneira sistemática e organizada, os profissionais, técnicos e intelectuais de nível superior que as sociedades necessitam. Situa-se na esfera da superestrutura, dentro da Sociedade Civil, mantendo vínculos com a Sociedade Política e a base econômica. (WANDERLEY, 2003, p. 11)

Essas diferentes acepções da universidade são o pano de fundo de muitos embates travados dentro e fora da academia (ao contrário da finalidade da tríade ensino, pesquisa e extensão, que parece unânime a todos os pontos de vista). Tanto para Barichello (2001) quanto para Wanderley (2003), as problemáticas envolvendo a instituição universitária estão situadas nesta relação entre ela, a política e a economia. Assim, se considerarmos que “a finalidade da universidade é a de formar profissionais para as diversas carreiras de base técnica, científica e intelectual” (WANDERLEY, 2003, p. 42), é preciso dizer que a questão da formação é permeada pelas diversas visões da missão universitária, algumas mais propensas a ter a universidade como o único lugar possível para resistência aos sistemas políticos e econômicos em vigor e, por outro lado, a visão de que a instituição forma o profissional para atuar nesses mesmos sistemas vigentes e, por isso, deve estar alinhada a eles.

Independente da ótica que se queira partir, é consenso que o desenvolvimento de programas, projetos e ações dentro da tríade ensino, pesquisa e extensão é o que difere as universidades das demais instituições de ensino superior (como os centros universitários) e também expressa o compromisso social no caso das universidades públicas, constituindo-se inclusive como parâmetro para medir a excelência de cada instituição (MARTINS, 2008).

Os elementos da tríade, mais que simplesmente existirem, carregam também a premissa de serem indissociáveis. Rays (2003) caracteriza a indissociabilidade “como um processo multifacetado de relações e de correlações que busca a unidade da teoria e da prática” (RAYS, 2003, p. 1). Desta forma, não há a primazia do ensino sobre a pesquisa ou sobre a extensão: cada elemento depende obrigatoriamente do outro e, para as instituições, esse enlace é o grande desafio para a supremacia do projeto universitário.

Martins (2008) afirma que esse modelo tríplice pode ser considerado como a grande metodologia para a ensino superior no Brasil, sendo cada elemento um processo. O primeiro

processo refere-se ao “saber historicamente sistematizado”, que é o ensino; o segundo, o processo “de construção do saber”, que é a pesquisa; e terceiro, os “processos de objetivação ou materialização desses conhecimentos”, que seria “a intervenção sobre a realidade”, ou seja, a extensão (MARTINS, 2008, p. 5).

Esta visão da tríade se assemelha com o que descreve Moraes (1998), que utiliza a ideia de modelos que devem coexistir dentro da estrutura universitária. O ensino seria o modelo que considera a “universidade como prestador de serviços”, ofertando à comunidade na qual está inserida cursos de capacitação, formação continuada, colégios de aplicação (educação básica), entre outros. Já a pesquisa refere-se ao lugar “onde se produz conhecimento novo e onde se ensina a perseguir tal tipo de conhecimento”. Finalmente, sobre a extensão, temos a universidade como lugar “de preparação para o exercício de profissões” (MORAES, 1998, p. 5).

Chama atenção a acepção de Moraes (1998) em relação às atividades de ensino e pesquisa, pois o autor menciona que seriam estas as formas de a universidade *devolver* à sociedade o investimento dos contribuintes. Tal entendimento abre brechas para uma visão assistencialista da universidade, criticada por Martins (2008). Quando isso ocorre, a universidade acabaria por condicionar um importante elemento de sua estrutura formativa aos ditames do mercado, empobrecendo seus fins. Ao contrário, para Mosquera (1997), a universidade tem a função “crítica e de participação, tomando como base o conhecimento da realidade social e produzindo conhecimentos que possam influir sobre os modelos sociais, econômicos, políticos e culturais” (MOSQUERA, 1997, p. 31).

Produção de conhecimento é um dos termos que permeia os três elementos da tríade - Moraes (1998) cita isto quando se refere ao **ensino**. Para o autor, os componentes curriculares mais teóricos e basilares dos cursos conferem a sustentação de toda a ação formativa. Assim, não adianta o currículo enfatizar áreas e especializações da moda. O ensino deve estar focado em “gerar o conhecimento analítico e versátil que possa dar conta de situações diferentes e novas” (MORAES, 1998, p. 11), e não em solucionar problemas momentâneos.

A **pesquisa**, por sua vez, é apresentada como “locus privilegiado de produção do conhecimento e de atualização dos cursos” (RAYS, 2003, p. 3) e “base de legitimação da excelência universitária”, mas sem preterir que “um dos fundamentos da pesquisa é o ensino de qualidade” (MARTINS, 2008, p. 3). Pesquisa e ensino andam juntos principalmente na oferta de programas de pós-graduação, situados por Moraes (1998) como o espaço em que se

dá a produção científica de excelência. Outro autor que aponta o elo entre ensino e pesquisa é Wanderley (2003):

[...] das necessidades de cultivo e difusão [dos saberes] enfatizou-se o ensino como meta fundamental; das necessidades de ampliação e descoberta enfatizou-se a pesquisa. Os corpos universitários foram se dando conta, então, que se tornava imperiosa a integração destas finalidades, ensino enriquecido pela pesquisa, que lhe municiava novos temas, proposições, métodos etc., pesquisa que trazia do ensino problemas, hipóteses, interpretações etc. (WANDERLEY, 2003, p. 38)

Ressalta-se também que a pesquisa demanda liberdade de pensamento e experimentação. A produção científica converte, por meio do método científico, a reflexão abstrata em novos saberes. Por isso, o imediatismo e as lógicas produtivistas não podem contaminar a produção científica. Modelos que promovem “a mercantilização do conhecimento gerado na pesquisa em nome de uma produtividade equidistante das reais funções da universidade” (MARTINS, 2008, p. 6) devem ser combatidos. Sobre este assunto, Morin (1997) coloca que a questão da liberdade científica pode estar relacionada com “a pressão superadaptativa que força a conformar o ensino e a pesquisa às demandas econômicas, técnicas, administrativas do momento” (MORIN, 1997, p. 18). Para o autor, trata-se de uma maneira de desprestigiar a educação de forma geral, principalmente a cultura humanista. Wanderley afirma que os países desenvolvidos, ao perceberem que a pesquisa poderia ser estratégica para a “produção e reprodução das relações sociais, na influência que ela tem na manutenção do sistema” (WANDERLEY, 2003, p. 39), passaram a investir recursos em iniciativas convenientes ao governo – desde investigações sobre o comportamento das mentes dos consumidores até na descoberta de novos modelos para os arranjos industriais. Relações como essas, entre a política e a ciência, muitas vezes acabaram por colocar na berlinda a questão da autonomia universitária – Wanderley (2003), aliás, coloca que a autonomia “é sempre tensa e tem de ser conquistada permanentemente, caso a caso” (WANDERLEY, 2003, p. 71).

As relações entre a universidade e a comunidade são o âmago da **extensão**, possibilitando que “professores e alunos interfiram direta e indiretamente sobre a realidade social a partir de necessidades nela identificadas” (MARTINS, 2008, p. 6-7). Trata-se de um processo que permite constantes reelaborações para a produção do conhecimento, à medida que a academia entende o seu entorno não como um local para a simples aplicação do que

desenvolveu, mas como o ambiente que lhe fornecerá subsídios necessários para qualificar os outros dois elementos da tríade (o ensino e a pesquisa). Ou seja: “a extensão ocupa lugar tão importante quanto ensino e pesquisa, pois é sobretudo por meio dela que os dados empíricos imediatos e teóricos se confrontam” (MARTINS, 2008, p. 7-8). O entendimento de Wanderley (2003) é similar, pois o autor considera que a extensão “tem levado a redefinir os conteúdos de programas e cursos, reorientar as pesquisas, prestar serviços profissionais e outros que redescobrem o sentido a ser dado à ciência e ao conteúdo da formação profissional” (WANDERLEY, 2003, p. 46).

A Política Nacional de Extensão Universitária conceitua a extensão como “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 15). Entre as ações de extensão, pode-se citar cursos de aperfeiçoamento, assessoria a órgãos públicos e privados, atendimento a instituições profissionais, programas de alfabetização de adultos, entre outros (RAYS, 2003, p. 2-3).

Considerando as concepções acerca da tríade ensino, pesquisa e extensão, podemos entender que tal modelo, na educação brasileira, concebe o trabalho das universidades como um “fator estratégico de desenvolvimento social” (MARTINS, 2008, p. 3). Desenvolvimento este que só pode ser alcançado quando a própria instituição universitária promover, na sociedade, valores como “a autonomia da consciência, a problematização (com sua consequência que é a manutenção da pesquisa aberta e plural), o primado da verdade sobre a utilidade, a ética do conhecimento” (MORIN, 1997, p. 18). Para Martins (2008), cabe à universidade legitimar-se como promotora do conhecimento sistematizado, mas sem fechar os olhos para os processos educacionais vigentes a sua volta. A relevância social da universidade a impele a olhar para além de suas portas. Como diz Wanderley (2003), “uma política de ensino superior deve considerar a complementaridade indispensável com toda a política de ensino do país, e com a política cultural em sentido amplo” (WANDERLEY, 2003, p. 41).

Um ponto de vista interessante sobre as problemáticas que as universidades têm passado diz respeito à questão do poder e do conhecimento. Para elucidar essa compreensão, podemos recorrer às três dimensões do poder apresentadas por Mosquera (1997). Primeiro temos o poder político, que “se caracteriza pelo forte estatismo, luta de interesses de grupos ou pessoas”; segundo, o poder econômico, que “se caracteriza pela forte concentração do controle dos meios de produção de bens e serviços”; e, terceiro, o poder cultural, que “se

caracteriza pela importação acrítica e modéstica do conhecimento com forte mandarinato” (MOSQUERA, 1997, p. 30).

Conforme o autor, estes três tipos de poder

têm raízes históricas e ideológicas claramente detectáveis, o que nos leva a pensar nas falácias dos múltiplos discursos de cunho aparentemente libertador e crítico, quando na realidade em seu fundo pulsa bem nítida a fonte da luta pelo poder e apropriação indevida dos espaços questionadores (MOSQUERA, 1997, p. 30).

Na perspectiva de Barichello (2001), a ideia da universidade enquanto lugar do pensamento crítico ficou na modernidade. Hoje, o que prevalece é a racionalização mercadológica. O surgimento dos rankings de desempenho é sinal desse movimento, semelhante ao que na organização privada entende-se por qualidade total. Este contexto nos faz refletir sobre os discursos críticos quanto à universidade pública. Um exemplo disto é a assertiva de que elas são instituições caras e onerosas aos cofres públicos, e com baixo retorno à sociedade.

O pensamento de Barichello e de Mosquera quanto às disputas de poder no contexto das instituições universitárias nos faz refletir sobre os atravessamentos que as Universidades Federais passam, considerando os campos político, científico e jornalístico.

1.3 ATRAVESSAMENTOS ENTRE OS CAMPOS POLÍTICO, JORNALÍSTICO E CIENTÍFICO

Ao falarmos em campo, estamos adentrando na conceituação elaborada pelo francês Pierre Bourdieu (1989). A partir desta noção, podemos pensar em nosso tema do seguinte modo: o atual cenário das Universidades Federais é resultado das ações tomadas pelos diferentes mandatários que passaram pelo governo federal nas últimas décadas, que compõem o campo político. Esses acontecimentos são reconfigurados quando passam a ser agendados pelo campo jornalístico³². Uma vez que as instituições universitárias estão aglutinadas no

32 Nossa escolha pelo conceito de campo jornalístico, em detrimento ao de campo midiático, leva em consideração as especificidades de nossa pesquisa, que tem por objeto empírico o jornal Zero Hora e a necessidade de averiguarmos, também, as fontes acionadas por tal veículo na cobertura das UFs. O campo midiático seria um conceito mais amplo que o de campo jornalístico. Resumidamente, destacamos aqui as seguintes características do campo midiático: “objetivação técnica do discurso, enquanto modalidade estratégica de mediação” e “aceleração da velocidade de circulação da informação, enquanto estratégia siderante, através, nomeadamente, da instantaneidade da realização mediática das mensagens” (RODRIGUES, 1990, p. 188).

campo científico, percebe-se a possibilidade de interfaces e atravessamentos entre esses três universos: o campo político, o campo jornalístico e o campo científico. Seria possível pensarmos em elementos comuns aos três campos, ou esses universos têm especificidades incompatíveis? Ou, mais do que isso, como um campo incide sobre o outro? A que estratégias recorre para isso?

Para responder a esta pergunta, coloca-se como objetivo desta seção refletir sobre os cruzamentos entre campo político, campo jornalístico e campo científico a partir de Bourdieu (1989; 2004). Auxiliando nossa reflexão sobre o campo jornalístico, nos amparamos também em Cook (2011), que propõe uma percepção sobre o jornalismo enquanto instituição política. A interface entre o jornalismo e a política se insere no escopo das pesquisas que tratam a utilização da mídia pelo campo político, que, conforme Weber (2020), analisam o “movimento destes processos, que agregam e rechaçam opiniões e apoios” (WEBER, 2020, p. 8).

A noção de campo foi articulada por Bourdieu (1989) a partir do entendimento preliminar de que a constituição de um universo objetivo e específico seria um caminho para solucionar o dilema das diferentes interpretações que indivíduos possam ter sobre determinado tema. Sob tal perspectiva, somente os agentes que pertencem a tal campo teriam propriedade suficiente para dar a última palavra sobre qualquer temática inerente a este universo específico. Esses campos seriam “espaço das relações objetivas (estrutura) de que são manifestação as permutas comunicacionais diretamente observadas (interação)” (BOURDIEU, 1989, p. 54). Deste modo, o conceito está ancorado na ideia de que o discurso de um indivíduo só poderá ser legitimado se aquele que fala integra o espaço que lhe é peculiar. No caso das instituições universitárias, componentes do campo científico, podemos imaginá-las como esferas que aglutinam docentes, discentes, técnicos de áreas de apoio, só para citarmos alguns exemplos. Conforme a ótica de Bourdieu, seriam estes os atores capazes de produzir discursos e enquadramentos legítimos acerca do trabalho efetuado por tais instituições.

Rodrigues (1990) é outro autor que também contribui para a conceituação de campo, articulando seu raciocínio com as instituições sociais e as estratégias promovidas por estas.

Um campo social constitui uma instituição social, uma esfera de legitimidade. O religioso, a família, o militar, o político, o científico, o econômico são indiscutivelmente campos sociais. Por isso os designamos quase sempre com um artigo definido. Definem esferas de legitimidade que impõem com autoridade

indiscutível atos de linguagem, discursos e práticas conformes, dentro de um domínio específico de competência (RODRIGUES, 1990, p. 143-144).

Essa **imposição de atos** de cada campo dialoga com Bourdieu (1989), uma vez que este entende que a sociedade é composta por uma imensa e variada gama de agentes que operam **interações e estratégias** para fazer valer suas próprias análises, palavras e discursos acerca das situações do cotidiano. Trata-se de uma “luta simbólica” acionada por “relações de força” (BOURDIEU, 1989, p. 55), que faz com que cada campo se posicione como uma “esfera de legitimidade”, conforme Rodrigues (1990). Ocorre que cada indivíduo, porém, pertence a diferentes campos: podemos considerar em determinado discurso a palavra do jornalista, do cientista, do político, etc., cada um falando a partir do espaço que lhe é natural.

Esses espaços constituem-se em campos hierarquizados: seus agentes “ocupam posições mais ou menos elevadas”, precisam “compreender o que pode ser dito e sobretudo *o que não pode ser dito*” e estão em uma composição social onde precisam “saber quem é excluído e quem se exclui” (BOURDIEU, 1989, p. 55, grifos do original). Porém, ao mesmo tempo que Bourdieu (1989) apresenta a noção de campo como um universo objetivo, composto por instituições e agentes que lhe são genuínos, o autor considera que há espaços de confronto. Logo, percebe-se a impossibilidade de tratar a questão do campo sem falarmos das disputas existentes dentro de cada estrutura e, mais ainda, dos embates entre os agentes pertencentes a campos diversos.

Os campos atuam através de “processos rituais”, ou “gestos publicamente visíveis”, necessários para sua afirmação social (RODRIGUES, 1990, p. 146). As lutas que permeiam as relações entre os campos sustentam-se em jogos simbólicos e de linguagem que buscam o triunfo de suas autonomias e de suas verdades, o que explica muitos dos atravessamentos que observamos entre os campos político, jornalístico e científico. Para Bonnewitz (2003, p. 59), jogos, disputas e atravessamentos estão no âmago da teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu. No seu entendimento, a evolução das sociedades acabou por gerar um movimento de “diferenciação progressiva” entre as classes existentes, cada uma lutando pela sua autonomia legitimadora.

Por outro lado, temos a concepção de que “um campo social não funciona em permanência e em toda a parte com o mesmo ritmo e idêntica intensidade. Podemos dizer que possui diversos regimes de funcionamento” (RODRIGUES, 1990, p. 148). Isto se torna

bastante claro ao considerarmos os embates entre o campo político e as Universidades Federais, duas instâncias que têm estruturas bastante distintas, se levarmos em conta a dimensão do poder governamental, legitimado pelo exercício do voto, e a noção da autonomia científica, um dos pilares das instituições universitárias.

A autonomia de cada campo está em sua gênese social, e ao analista cabe compreender “as necessidades específicas da crença” que sustentam cada campo (BOURDIEU, 1989, p. 69). Concomitante a isto, quanto maior a autonomia de determinado campo, maior serão os atravessamentos e provocações dos agentes pertencentes a outros universos.

Dizemos que quanto mais autônomo for um campo, maior será o seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, frequentemente, de se tornarem perfeitamente irreconhecíveis. O grau de autonomia de um campo tem por indicador principal seu poder de refração, de retradução. Inversamente, a heteronomia de um campo manifesta-se, essencialmente, pelo fato de que os problemas exteriores, em especial os problemas políticos, aí se exprimem diretamente (BOURDIEU, 2004, p. 22).

Este raciocínio de Bourdieu dialoga com Rodrigues (1990), uma vez que “qualquer campo social que não preserve um determinado ritmo de aceleração do seu modo de funcionamento tende a diluir-se” (RODRIGUES, 1990, p. 148). O que nos leva a pensar que autonomia e legitimidade nunca serão alcançadas sem algum tipo de tensionamento.

Se pensarmos apenas na questão do campo científico, podemos verificar que há embates entre as áreas de conhecimento dentro da própria estrutura do campo: cada área luta por colocar-se como superior às demais. Ao mesmo tempo, o campo como um todo também luta pela sua legitimidade dentro do espaço social: ciência versus política, ciência versus religião, e assim por diante. Para Rodrigues (1990), “um campo é aliás tanto mais forte quanto mais conseguir impor aos outros campos a sua axiologia e quanto maior for o número de campos em que conseguir projetá-la” (RODRIGUES, 1990, p. 149).

Neste enfrentamento, as armas de cada campo são “as particularidades das suas funções e do seu funcionamento” (BOURDIEU, 1989, p. 67), que, quando em discurso, operam estratégias capazes de produzir efeitos retóricos em prol da sua supremacia em relação aos demais campos em órbita. Essas estratégias visam a “fachada de objetividade” (BOURDIEU, 1989, p. 56) que cada campo aciona para colocar-se como neutro e, por conseguinte, manter-se livre de questionamentos ou deslegitimação no espaço social. Os participantes do campo devem apresentar seus trunfos de maneira a vencer qualquer luta

simbólica dentro das variadas relações estabelecidas, interna ou externamente. A busca pela autonomia, assim, faz-se incessante.

Na realidade, o espaço social é um espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos direto ao campo de produção econômica: no interior de cada um dos subespaços, os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas (sem por isso se constituírem necessariamente em grupos antagonistas) (BOURDIEU, 1989, p. 153).

Neste sentido, a “realidade oculta” (BOURDIEU, 1989, p. 54) de cada campo está circunscrita nas interações e atravessamentos operados em órbita com os demais campos, sendo que é esta realidade que apresentará ao observador as particularidades e elementos capazes de manter agentes e instituições como órgãos essenciais para sua própria manutenção e sobrevivência. Dentro do campo político, as decisões tomadas por governos baseiam-se em plataformas eleitorais alinhadas às crenças e sentimentos daqueles que os elegeram. Considerando que um governante é o responsável por construir diretrizes para áreas como educação, saúde e segurança, ele estará em constante interface com os agentes e instituições que compõem cada uma dessas esferas – provocando tensionamentos que podem, inclusive, colocar em xeque a legitimidade de direitos conquistados, como é o caso, no Brasil, do acesso à educação superior pública.

A problemática da legitimação das Universidades Federais Brasileiras não pode ser abordada de forma isolada em relação aos movimentos recentes que ocorreram no campo político do país. Como instituições financiadas pelo governo federal, elas dependem dos recursos que vêm desta esfera. Neste sentido, o último grande projeto de fortalecimento das UFs ocorreu em 2007, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI, instituído durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). O programa teve por objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2019). O REUNI foi o programa mais recente de expansão das UFs, ao passo que, nos anos que se seguiram, a situação dessas instituições passou por um revés, com desdobramentos que culminariam nos atuais questionamentos sobre as UFs.

Em abril de 2019, o ministro da Educação do governo de Jair Bolsonaro, Abraham Weintraub, anunciou os cortes orçamentários aplicados às UFs. Como Bolsonaro e Lula são adversários na política, é interessante pensarmos este contexto de disputa também a partir da visada simbólica, colocando as UFs como instituições pertencentes ao campo científico, porém atravessadas pelo campo político.

O problema do financiamento das UFs está situado, assim, como resultante de uma série de atitudes promovidas pelo agente *governo federal* no campo político.

Conforme Bourdieu,

o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 1989, p. 164).

As relações que permeiam a estrutura do campo político determinam as atitudes por ele acionadas. Essas relações englobam ocupantes de todas as posições dentro e fora do campo, como, por exemplo, os partidos políticos, aqueles que os financiam (que por sua vez integram outros espaços, como o empresarial), seus eleitores, o campo jornalístico, dentre outros agentes. As interações advindas destes atravessamentos é que culminarão nas “tomadas de posição” ou na “oferta de produtos políticos” (BOURDIEU, 1989, p. 155). Assim, a escolha por reduzir – ou cortar - investimentos em áreas sociais como a educação pública, é fruto de conexões que não se limitam apenas ao campo político. No caso de governos liberais como o de Jair Bolsonaro, o alinhamento com as diretrizes mercadológicas provocam lutas simbólicas com outros campos. Conforme essas disputas se desenham, elas deixam marcas para os embates que ainda estão por vir.

O presidente, principal representante do campo político no contexto do governo federal, está para o que Bourdieu coloca como mandante. Aqueles que executam as tomadas de posição do *mandante* são os *mandatários*, como os ministros da Educação e demais agentes que compõem o governo. A relação entre mandantes e mandatários é um *campo de forças*, que gera efeitos externos às organizações e instituições que integram ou não o campo político, como no caso das Universidades Federais. Há uma “distância diferencial em relação

aos instrumentos de produção política” (BOURDIEU, 1989, p. 163) e entre os espaços ocupados por mandantes, mandatários e instituições ou indivíduos (como o cidadão comum).

Bourdieu (1989, p. 55) ainda menciona que os “homens políticos” produzem “interpretações interessadas” conforme as posições que ocupam no campo. O presidente de um país tem notoriedade suficiente para chamar para si os embates com instituições que até então nunca tiveram sua eficiência e eficácia colocadas em questionamento na arena pública, tomando posições que visibilizem sua total contrariedade às plataformas políticas de seus adversários ou de governos anteriores.

Trata-se, conforme o autor, da

necessidade de provar a sua representatividade ou a preocupação de mobilizar o maior número possível de votos ou de mandatos sem deixarem de afirmar a irredutibilidade do seu projeto ao dos outros mandatários, vendo-se assim obrigados a pôr o problema do mundo social em termos de lógica tipicamente substancialista das fronteiras entre os grupos e do volume do grupo mobilizado (BOURDIEU, 1989, p. 155)

Desde que chegou ao poder, a *interpretação* do governo Bolsonaro é de que as UFs são onerosas. Esse discurso não é inédito na história das universidades, o que faz com que recordemos o que Barichello (2001) já havia pontuado em épocas anteriores ao atual governo.

[...] as imposições do mercado evidenciam e clarificam a questão do financiamento da universidade. Se ele não cabe mais ao Estado, estamos diante de duas perspectivas: a incerteza cada vez maior quanto aos recursos públicos e o despertar do interesse do mercado (e das organizações transnacionais) pela educação em geral e pela universidade em particular, como centros de investimento (BARICHELLO, 2001, p. 68).

O alinhamento de Bolsonaro com o mercado mistura-se com o campo de produção simbólica, que é necessário para reverberar e exprimir seu ponto de vista conforme as lutas travadas no espaço social. A opinião do presidente sobre as universidades, no universo do discurso político, é ampliada devido ao poder que ele ocupa enquanto mandatário da nação. Assim, aquilo que é “dizível ou indizível”, “pensável ou impensável”, é definido conforme os interesses da classe política (BOURDIEU, 1989, p. 165) – no contexto atual, somados aos interesses do mercado. Ao mandatário cabe aglutinar esses interesses e fazê-los factíveis a

partir da reprodução de discursos em outros campos (como o militar, o empresarial e o religioso).

O campo jornalístico também serve a este fim, promovendo a visibilidade e os enquadramentos das intenções políticas, uma vez que estas necessitam de espaços de expressão para se oficializar e se legitimar no espaço social. Para Bourdieu (1989, p. 55), “o jornalista exerce uma forma de dominação (conjuntural não estrutural) sobre um espaço de jogo que ele construiu, e no qual ele se acha colocado em situação de árbitro, impondo normas de ‘objetividade’ e de ‘neutralidade’”.

Aglutinando uma linha de raciocínio que comporta a política e o jornalismo, Cook (2011) defende que este último “deve ser considerado não só como uma instituição, mas também como instituição política; em outras palavras, os jornalistas são atores políticos” (COOK, 2011, p. 203). Os princípios da objetividade e da neutralidade, ainda que colocados como inexistentes pelos próprios profissionais, seguem no imaginário social. Tanto é que ainda são defendidos pelos setores comerciais e de marketing dos veículos de comunicação, especialmente em campanhas publicitárias do meio.

Esse ideário dificulta a percepção do papel político do jornalismo, no sentido de estabelecê-lo como um campo capaz de disseminar e impor valores. Assim como no espectro do campo político, o campo jornalístico também possui atravessamentos em sua própria constituição. A questão da independência jornalística ora é assumida, ora é maquiada. Da mesma forma a sua influência, por vezes relativizada como também enaltecida.

Para Cook (2011, p. 205), “o jornalismo compartilha um destino semelhante com os três poderes constitucionais, sendo parcialmente independente e parcialmente dependente de outras instituições para cumprir sua própria tarefa”. Podemos visualizar esta reflexão com maior clareza no âmbito do rádio e da TV, em que as concessões passam por decisões da instituição política e governamental e podem suscitar determinadas negociações e debates relativos à democratização da mídia.

Essa negociação entre campo político e campo jornalístico impacta a produção das notícias – que por sua vez demandam atitudes de seleção dos jornalistas, visto que os veículos não dão conta da cobertura total do que acontece no mundo. O jogo do campo jornalístico é uma constante troca de negociações entre aqueles que estão imbricados na produção do noticiário e os sujeitos que atuam como fontes para que o veículo possa chegar a determinada

história. A seleção, quando posta em discurso noticioso, aglutina enquadramentos, saliências e silenciamentos – tal como no discurso político.

Ao campo jornalístico cabe a construção de histórias, uma vez que precisam-se de heróis e vilões inseridos na lógica começo, meio e fim. Neste processo, é possível “criar importância e certificar” tais personagens (COOK, 2011, p. 207) na rotina dos veículos. Seguindo também a lógica política, o campo jornalístico salienta eventos e temas *dignos* de serem visibilizados ao público.

Assim, enquanto os políticos ditam as condições e regras de acesso e indicam certos eventos e questões como importantes criando uma arena para eles, os repórteres podem tomar esse material (e o fazem) para decidir se algo é suficientemente interessante para ser coberto e depois construído como narrativa coerente. Os jornalistas contribuem com suas concepções específicas do que é digno de ser noticiado quando abordam seu trabalho (COOK, 2011, p. 209).

Considerando as Universidades Federais, questionamos, a partir do trabalho que essas instituições desenvolvem na tríade ensino, pesquisa e extensão, de que forma a configuração da narrativa daria conta de legitimar o campo científico. Melhor: onde estaria o conflito em uma revelação científica quando esta fosse transfigurada em narrativa jornalística?

Cook (2011, p. 211) afirma que as questões visibilizadas pelo campo jornalístico “devem estar vinculadas a poderosas ‘fontes de autoridade’”.

Os jornalistas precisam cuidar, é claro, de quem ou o que tem suficiente autoridade para aparecer no noticiário, uma vez que a credibilidade dessas fontes se transmite a toda a reportagem. Consequentemente, os repórteres gravitam constantemente na direção de “pessoas na posição de saber”, por meio do que poderão então se defender de críticas potenciais por terem dado tempo no ar ou espaço impresso a alguém que não o merecia (COOK, p. 211-212).

Podemos refletir que uma autoridade do campo científico, assim, ocuparia tal posição no discurso jornalístico por possuir, dentro da própria comunidade da qual é genuína, a relevância necessária para falar em outras arenas que não a acadêmica. Essa relevância é legitimada pelo campo científico, uma vez que este se baseia em procedimentos de verificação, contra qualquer hipótese de subjetividade. Assim como na utopia do campo jornalístico, a subjetividade também não é bem-vinda no campo científico.

(...) o que faz a especificidade do campo científico é aquilo sobre o que os concorrentes estão de acordo acerca dos princípios de verificação da conformidade ao 'real', acerca dos métodos comuns de validação de teses e de hipóteses, logo sobre o contrato tácito, inseparavelmente político e cognitivo, que funda e rege o trabalho de objetivação (BOURDIEU, 2004, p. 33).

A reflexão nos leva a considerar a fonte científica como a ideal para o campo jornalístico: a fonte baseada na objetividade, na realidade bruta, ou a que mais se aproxima dessas noções. O cientista busca a investigação máxima, confronta hipóteses através de métodos. Enquanto isso, o jornalista dá voz a quem está qualificado a dizer sobre os acontecimentos. Seria um casamento perfeito.

Mas pensemos na questão da separação que o jornalismo faz em editorias, a setorização. “Os setores não só favorecem uma produção confiável de notícias sobre uma variedade de assuntos, mas também lhes dá certa variedade por meio das fontes citadas” (COOK, 2011, p. 213). Esta variedade, salienta-se, pode aglutinar “pontos de vista particulares” (idem), uma vez que repórteres de editorias são alvo de pressões como aquelas advindas das assessorias de imprensa das diferentes organizações e instituições de determinado segmento. O repórter de política, assim, tem sua própria agenda de fontes *qualificadas* sobre um tema específico. Da mesma forma o repórter que cobre a editoria de ciência (ou educação, ensino, etc.). Logo, esta variedade de fontes pode ser relativizada se considerarmos que as vozes presentes no discurso jornalístico também apresentam uma diversidade limitada de opiniões.

Setoristas interagem com colegas de outras organizações jornalísticas e fontes, mas, em geral, na base de termos de acesso estabelecidos por atores políticos. Há então uma forte tentação a identificar-se com a fonte, adotando os valores e normas da instituição sob cobertura. Afinal, os repórteres devem tentar descobrir o que faz com que os atores institucionais ajam, e vender a história aos editores e produtores significa não só pôr aqueles indivíduos como protagonistas importantes, mas também adotar uma visão daquela instituição como parte central do jogo (COOK, 2011, p. 214).

Cook (2011) apresenta também a questão das fontes políticas (como os funcionários políticos/públicos) e as fontes chamadas de ativistas. Os primeiros seriam os agentes do governo, integrantes do campo político. Os ativistas, por sua vez, seriam aqueles que lutam por colocar na pauta midiática suas causas – um exemplo, as ONGs ambientais. Os ativistas, em comparação aos funcionários, têm uma dificuldade maior em acessar os veículos de

comunicação. Isto considerando as complexas estruturas dos setores de comunicação institucional do campo político.

Assim, podemos levantar a seguinte problemática: as UFs são instituições financiadas pelo governo federal, e contam (ou deveriam contar) com setores de comunicação institucional responsáveis por apresentar à mídia aquilo que é desenvolvido na ciência. Porém, se pensarmos em um cenário de questionamentos sobre essas instituições, como os que ocorrem na atualidade, é possível imaginar que o descrédito às UFs advém da ideia de que são instituições que não apresentam resultados do investimento que o governo e/ou o cidadão comum faz (este último enquanto pagador de impostos). Voltando à ideia que os setores de comunicação (funcionários) das UFs têm condições de articular a visibilidade institucional na pauta jornalística dos veículos de imprensa, o que nos parece é que, para o campo jornalístico, as UFs estão mais para *ativistas* do que para instituições científicas.

Em geral, ativistas só conseguem ser considerados dignos de figurar no noticiário sob certas circunstâncias. Primeiro, se cruzarem seus caminhos com os setores estabelecidos da mídia, nos quais os padrões do que vale a pena noticiar favorecem a especialização ditada pelo senso comum sobre como uma história no setor se desenrola. Os movimentos sociais muitas vezes recebem cobertura notavelmente diferente dependendo da percepção de seu alinhamento com as fontes oficiais (COOK, 2011, p. 217).

Há ainda outra possibilidade de raciocínio que podemos acionar sobre este ponto, considerando a intersecção entre os três campos que estamos debatendo. Mesmo se situarmos os cientistas como *fontes alternativas*, é preciso lembrar que os setores de comunicação das UFs são responsáveis pela articulação entre os professores e a imprensa. Sem o trabalho de jornalistas e relações públicas, as possibilidades de uma pesquisa científica ser agendada pela mídia são muito pequenas, o que por sua vez prejudica a legitimação das instituições. Diante disso, temos o fato de que, em 20 de dezembro de 2019, o governo Bolsonaro publicou o Decreto N.º 10.185, que “extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica”³³. Olhando especificamente para os cargos do plano de carreiras dos técnicos administrativos em educação (TAEs), que comporta os servidores das universidades e dos institutos federais, 68 cargos ficaram vedados

33 Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10185.htm#:~:text=Extingue%20cargos%20efetivos%20vagos%20e,para%20os%20cargos%20que%20especifica. Acesso: 16 nov. 2020.

para abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais em relação ao previsto nos editais. Deste corte de vagas, destacamos diversos cargos da área da comunicação: Jornalista; Relações Públicas; Publicitário; Redator; Roteirista; Programador Visual; Editor de Publicações; Diretor de Produção; Diretor de Fotografia; Locutor; Técnico em Audiovisual; Técnico em Artes Gráficas; Editor de Imagens; entre outros. A atitude do governo Bolsonaro, defendemos, impacta de forma significativa a divulgação científica das UFs – mais que isso, abre brechas para o discurso de improdutividade das instituições mantidas pelo governo. A universidade depende de estruturas profissionalizadas de comunicação, sem as quais o campo científico não consegue atravessar os muros que o separa da comunidade e, mais ainda, dos veículos de comunicação.

Dizemos isto porque o campo científico é tratado pelo campo jornalístico enquanto uma “fonte autorizada” (COOK, 2011, p. 219). O cientista, conforme Bourdieu (1989), “deve objetivar a ambição de objetivar, de classificar objetivamente, do exterior, agentes que lutam para classificar e para se classificarem” (BOURDIEU, 1989, p. 151). Logo, os agentes do campo científico ocupariam um “papel oficial na hierarquia” (COOK, 2011, p. 219) que o campo jornalístico faz em relação as suas possíveis fontes.

Tratando das Universidades Federais e suas atuais problemáticas, a reflexão acima nos faz questionar quem são as autoridades acionadas pelo campo jornalístico quando estas instituições estão em pauta no noticiário. As UFs, ainda que detenham autonomia científica em relação ao governo federal, dependem dos investimentos que este faz – a existência das UFs está condicionada a isto. Dito isto, quem é a fonte autorizada a falar sobre o contexto dessas instituições em uma pauta? O presidente? O ministro da Educação? Os reitores? O corpo docente e o corpo discente?

Trata-se de um atravessamento que não pode ser abordado sem considerarmos, novamente, o fator econômico. No contexto que analisamos, o financiamento promovido pelo Estado impacta a ciência e sua legitimidade.

A atividade científica implica um custo econômico, e o grau de autonomia de uma ciência depende, por sua vez, do grau de necessidade de recursos econômicos que ela exige para se concretizar (...). Mas depende sobretudo, também do grau em que o campo científico está protegido contra as instituições (...) (BOURDIEU, 2004, p. 34-35).

A proteção, neste caso, poderia ser a autonomia das UFs, conforme consta na legislação. Não queremos operar aqui conceitos do campo do direito, mas consideramos que esta autonomia é bastante relativa no contexto atual. Se a instituição universitária é enquadrada como palco de balbúrdia³⁴, ou como um ambiente de festa e de pouca produção acadêmica, e se esta saliência é acionada pelo próprio campo político, o que resta para a universidade pública para se proteger?

O campo jornalístico é uma esfera de validação de autoridades, temas, agentes, instituições. Mas como colocar expectativas nele para que as UFs sejam legitimadas se o próprio jornalismo está atravessado pelo campo político, algo do campo científico em nosso contexto?

Diz Cook (2011, p. 220): “enquanto o processo governamental fornece o palco, os atores e as falas para os relatos criados pelos jornalistas, cabe a estes cortar e colar esses elementos segundo seus próprios padrões de qualidade e interesse (...)”. O que nos leva a indagar, mais uma vez, que, se o jornalismo reclama a autonomia universitária apenas em momentos de conflito acionados primeiramente pelo campo político, aquilo que se faz nas Universidades Federais em dias que não há tensionamentos deveria estar na pauta dos veículos de comunicação para que tais instituições sejam legitimadas pela sociedade.

Isto porque “mesmo que as fontes possam restringir o acesso e dirigir a atenção para tópicos específicos, a mídia noticiosa tem a última palavra sobre o produto final – levantando outras questões e dúvidas, questionando motivos e procurando fontes críticas” (COOK, 2011, p. 228).

Se pensarmos as UFs como ativistas (não oficiais), seu acesso ao campo jornalístico “é escasso no tempo e limitado no alcance. Os funcionários [*públicos*] têm maior acesso em bases regulares para chamar a atenção” (COOK, 2011, p. 232-233). E aqui retornamos a Bourdieu (1989), considerando as lutas travadas entre os campos como processos de legitimação.

Cook (2011) ainda chama atenção para o fato de que os veículos de comunicação constituem-se em empresas privadas – e este entendimento diz muito sobre a articulação do jornalismo com as esferas comerciais e de poder. O campo político, como vimos, está emaranhado em atravessamentos com o campo empresarial, por exemplo.

34 “MEC cortará verba de universidade por ‘balbúrdia’ e já enquadra UnB, UFF e UFBA”. Disponível em <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral/mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>. Acesso em 18 dez. 2019.

Há elementos comuns entre todos esses campos, como o poder e a economia. O campo científico, por si só, sempre tentou firmar-se como autônomo, independente e livre de questionamentos por lidar com a questão da verificabilidade.

Um dos grandes paradoxos dos campos científicos é que eles devem, em grande parte, sua autonomia ao fato de que são financiados pelo Estado, logo colocados numa relação de dependência de um tipo particular, com respeito a uma instância capaz de sustentar e de tornar possível uma produção que não está submetida à sanção imediata do mercado (...). Essa dependência na independência (ou o inverso) não é destituída de ambiguidades, uma vez que o Estado que assegura as condições mínimas da autonomia também pode impor constrangimentos geradores de heteronomia e de se fazer de expressão ou de transmissor das pressões de forças econômicas (...) das quais supostamente ele libera (BOURDIEU, 2004, p. 55).

Concluindo o raciocínio acima, resta acionarmos o campo jornalístico. E aí, nos ancoramos em Cook (2011), que diz:

Na base, os meios noticiosos são associações privadas e, portanto, pelo menos parcialmente independentes do governo. Mas, como vimos, eles são profundamente afetados pelo patrocínio, subsídios e proteção oficial e reconhecimento legal. Muito disso vale também para os partidos políticos e grupos de interesse (COOK, 2011, p. 234).

Logo, assim como o campo científico, o campo jornalístico também está atrelado aos ditames do campo político. Este, por sua vez, precisa da imprensa para aumentar a adesão do cidadão comum às suas tomadas de decisão. Aqui, cabe pensarmos na questão da *comunicação política*, tratada por Weber (2020) como “espaço interdisciplinar entre as ciências sociais, ciência política e os estudos da comunicação, assim conformado na salutar tensão entre teorias, métodos, posições de agentes e seus capitais simbólicos” (WEBER, 2020, p. 8-9).

Para Weber (2020), a relação entre mídia e política pode ser vista como uma troca, com cada um dos campos nutrindo-se do outro. O jornalismo serve-se da política enquanto “matéria prima das relações entre Estado e sociedade”. Por outro lado, a política precisa dialogar com a comunicação devido à “necessidade de visibilidade e credibilidade” (WEBER, 2020, p. 8). Essa troca, no entanto, não é livre de tensionamentos, principalmente se levarmos em consideração o papel do campo jornalístico enquanto uma esfera que age em processos de legitimação: o que importa para determinada comunidade é aquilo que está nas páginas do

jornal. E esta presença, conforme vimos, precisa estar em uma narrativa com papéis bem definidos – o que nem sempre agrada às estratégias pré-definidas dos agentes do campo político.

A noção dos campos sociais de Bourdieu (1989) e de Rodrigues (1990) apresenta uma possibilidade para refletirmos sobre como diferentes esferas da sociedade disputam espaços através de lutas simbólicas. O conceito segue atual, suscitando diferentes acionamentos nas pesquisas. Para o nosso caso, acreditamos que pensar os cruzamentos dos campos que operamos no presente trabalho revela uma interface teórica essencial para refletir sobre a problemática das Universidades Federais.

O campo político é estruturado por uma complexa rede de relações e interações, aglutinando partidos políticos, mandatários e mandantes, que operam tomadas de decisões a partir das posições que ocupam. Essas posições não consideram o cidadão comum, que não tem a oportunidade de escolher aquilo que julga essencial para sua sobrevivência na sociedade.

O campo jornalístico, por sua vez, possui uma autoridade relativa. Considerando que integram grupos empresariais com interesses capazes de lhe garantir sua sobrevivência, precisam estar no jogo político. Ao mesmo tempo, utilizam as noções de objetividade e de neutralidade para se defender e colocar em discurso aquilo que julgam digno de ser abordado em seus veículos.

O campo científico, por fim, tem sua autonomia defendida pelos pares e legitimada legalmente pelo próprio campo político. Porém, é alvo das disputas que ocorrem no campo político, em mais um contexto de atravessamento.

A partir das questões abordadas acima, podemos perceber que os campos político, jornalístico e científico estão em constante interface e conexão. Ousamos colocar que a sobrevivência de cada uma dessas esferas depende dessa articulação, que não se dá em posições de igualdade e autonomia. Monopólios discursivos, acreditamos, estão evidentes no interior de cada campo. As Universidades Federais, nesta luta, buscam sua legitimidade apoiando-se nos outros dois campos, mas também fazendo valer o espaço que entendem lhe ser único e genuíno dentro do contexto científico – mesmo em um cenário que insiste apontar para a mercantilização da educação, em um claro atravessamento com o poder econômico.

2 ESTRATÉGIAS LEGITIMADORAS NO/DO DISCURSO JORNALÍSTICO

Partindo do pressuposto de que o campo jornalístico atua no processo de legitimação do campo científico, mais exatamente nas Universidades Federais (UFs), neste capítulo refletimos sobre os conceitos de estratégias, legitimidade e legitimação, em articulação com o discurso jornalístico. Dissertamos também sobre as especificidades do jornalismo impresso e o atual contexto deste tipo de mídia. O correto acionamento destas noções justifica-se para a análise dos enquadramentos que faremos no veículo analisado. Ao final, trazemos algumas visadas sobre o jornal analisado, Zero Hora, para entendermos melhor como ele se apresenta ao seu público leitor.

2.1 ESTRATÉGIAS, LEGITIMIDADE E LEGITIMAÇÃO

Um fazer e um dizer direcionados a um determinado fim: esta é a base do conceito de estratégias. Seja no campo jornalístico ou no campo político, sempre há um pensar com vistas a uma ação. Os campos sociais, as instituições e os sujeitos necessitam de jogos operacionais para atingirem seus objetivos. É desta forma que terão um lugar de destaque no espaço público, calcando seu agir como um processo de legitimação.

Através do discurso jornalístico, o campo político e o campo científico buscam visibilizar suas ações. No entanto, para chegar a um veículo de comunicação, as instituições e os agentes destes campos operam raciocínios calculados, pensando nos efeitos de sentido que querem construir. Estratégias reestruturam, reavaliam e reconstroem sentidos. Trata-se de um jogo que articula e define o modo como os sujeitos devem participar das atividades sociais. Bourdieu (2004), em sua crítica ao estruturalismo objetivista, diz que “o bom jogador, que é de algum modo o jogo feito homem, faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige” (BOURDIEU, 2004, p. 81). As estratégias dizem respeito, segundo o autor, a “colocar-se ao lado do direito, em agir de acordo com interesses, mas mantendo as aparências de obediência às regras” (idem). Verón (2004), tratando mais especificamente das estratégias dos veículos de comunicação, refere-se a “fenômenos de concorrência interdiscursiva próprios do campo da discursividade enquanto mercado de produção de discurso” (VERÓN, 2004, p. 245). Esse raciocínio contextualiza a *imprensa enquanto empresa*: uma instituição comercial que utiliza estratégias para demarcar o seu modo de

veiculação dos acontecimentos, tentando, assim, se diferenciar das empresas jornalísticas concorrentes, em disputa pelo público leitor.

A analogia com o jogo de xadrez é outra perspectiva muito utilizada por autores que tratam do conceito de estratégias. Em 1953, o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein falou em *jogos de linguagem* no livro *Investigações Filosóficas*³⁵. Conforme Lyotard (1988), a expressão remetia aos efeitos de sentidos discursivos: os enunciados são determinados por “regras que especificam suas propriedades e o uso que delas se pode fazer, exatamente como o jogo de xadrez se define como um conjunto de regras que determinam as propriedades das peças, ou o modo conveniente de deslocá-las” (LYOTARD, 1988, p. 16-17). Já Rodrigues (1990) destaca a questão da temporalidade (passado, presente e futuro) como essencial para as estratégias tomadas: “as oportunidades permitidas pelas jogadas precedentes, com a expectativa em relação às oportunidades eventualmente aproveitadas pelo adversário e com as oportunidades que se pretende reservar ou subtrair aos lances subsequentes” (RODRIGUES, 1990, p. 16).

Essa ideia de oportunidade estratégica pode ser articulada com o intento de nossa pesquisa de diversas formas. De um lado, podemos elaborar que o discurso jornalístico, ao visibilizar as diferentes problemáticas das Universidades Federais, oportuniza a tais instituições que elas acionem estratégias a fim de contrapor as críticas de que o campo científico no Brasil é oneroso, ineficaz ou ineficiente. Por outro lado, podemos supor que o campo político vê na crise das contas públicas a oportunidade para efetuar cortes orçamentários - não apenas nas UFs como também nas instituições de fomento científico, por exemplo, a Capes. Logo, temos aí uma disputa de sentidos, conforme a proposição de Lyotard. Os tensionamentos entre os campos ocorrem por meio de *golpes* e *contragolpes*:

Cada parceiro de linguagem sofre por ocasião dos “golpes” que lhe dizem respeito um “deslocamento”, uma alteração, seja qual for o seu gênero, e isto não somente na qualidade de destinatário e de referente, mas também como remetente. Estes “golpes” não podem deixar de suscitar “contragolpes”; ora, todo mundo sabe pela experiência que estes últimos não são “bons” se forem apenas reacionais. Pois, então, eles não são senão efeitos programados na estratégia do adversário; eles a realizam e vão assim a reboque de uma modificação da relação das respectivas forças. Daí a importância que existe em agravar o deslocamento e mesmo em desorientá-lo, de modo a conduzir um “golpe” (um novo enunciado) que não seja esperado. (LYOTARD, 1988, p. 30)

35 Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Ludwig_Wittgenstein, acesso em 25 set. 2020.

Porém, de acordo com Rodrigues (1990), diferente de um jogo de xadrez em que a disputa tem começo e fim, os tensionamentos operados no discurso são infundáveis, pois ele “compreende uma multiplicidade indefinida de mundos, de peças e de regras, elevando a um número incalculavelmente elevado as figuras prováveis e as derivas possíveis” (RODRIGUES, 1990, p. 17). As características de mediação e de elaboração de sentido que o discurso tem, incluindo o fato de ele nunca se encerrar devido ao seu potencial de ressonância na sociedade, fazem dele um campo bastante singular. As percepções que temos do mundo e dos indivíduos são construídas por uma infinidade de discursos, que nos direcionam por um determinado caminho de leitura, de afetamentos. Tal direcionamento também pode ser definido como uma estratégia.

Os campos sociais e as instituições sabem das ressonâncias provocadas pelo discurso jornalístico. Para Rodrigues (1990), a comunicação tornou-se um “campo estratégico de natureza instrumental ao serviço da necessária reelaboração axiológica imaginária suscetível de legitimar [...] diferentes campos e domínios da experiência” (RODRIGUES, 1990, p. 60). A existência das assessorias de comunicação nas instituições é um exemplo de como os campos se preocupam em ter seus valores legitimados pela sociedade, utilizando o jornalismo como mediador entre organizações e indivíduos.

As estratégias acionadas pelos campos sociais visam estabelecer um lugar para as instituições dentro da infundável teia de acontecimentos. Tanto as Universidades Federais como o governo precisam deixar claras suas intenções, seu trabalho. É o desejo de criar, na vida dos sujeitos, uma relação de pertença e de adesão social às atitudes tomadas por essas instituições. Um governo que não opera estratégias dificilmente será legitimado pelo povo. Da mesma forma, uma instituição de ensino que não saiba valer-se de estratégias para comunicar seu papel no desenvolvimento científico e social, terá problemas para fazer-se legítima na sociedade.

Para Sodré (2006), estratégias têm a ver com “cálculos” ou “manobras” feitas a partir dos “mapeamentos” de situações, exigindo “a escolha racional a se fazer” (SODRÉ, 2006, p. 10). Diz o autor:

Para ser efetiva, ela [*a estratégia*] tem de calcular os aspectos de começo e de fim da ação e não se confinar ao detalhamento concreto da manobra a que se dispõe. Esta última cabe à *tática*, responsável pela contingência do agir e confinada ao tempo presente. [...]

São muitas as estratégias discursivas no jogo da comunicação. Cabe-lhes jogar, segundo as circunstâncias da situação interlocutória, com a forma inicial do sistema,

visando à comunicação com um outro, como é bem o caso de uma estratégia de discurso social para a vulgarização de uma ciência (SODRÉ, 2006, p. 10).

As táticas utilizadas pelas instituições são elaboradas com o desenrolar do jogo no exato momento. No primeiro semestre de seu governo, Jair Bolsonaro acionou os cortes orçamentários às UFs como uma tática para a redução dos investimentos públicos. O jornal Zero Hora chegou a publicar que o bloqueio era uma atitude do governo para a aprovação da reforma da previdência, que estava em debate naquele momento (KOSACHENKO; MELO, 2019). Assim, temos uma tática produzindo afetamentos para os agentes que constituem as instituições universitárias, visibilizadas pelo discurso jornalístico.

Sodré (2006) denomina esses afetamentos provocados pelo discurso como “estratégias sensíveis”, uma vez que a dinâmica comunicacional compreende o outro, o *sujeito humano*. Por essa perspectiva, toda relação discursiva pode causar algum **sentimento**. “É um caminho teórico que privilegia o emocional, o sentimental, o afetivo e o mítico” (SODRÉ, 2006, p. 13). Ainda no exemplo do parágrafo anterior, poderíamos pensar no **medo** de não haver mais dinheiro para as UFs caso a reforma previdenciária não fosse aprovada. Esse raciocínio se aproxima de Rodrigues quando este afirma que “as modalidades de composição entre as diferentes estratégias dos campos sociais são, sobretudo, a cooperação e o conflito” (RODRIGUES, 1990, p. 150), semelhantes aos atravessamentos entre os campos político, científico e jornalístico que vimos no capítulo anterior.

Dito isto, a problemática envolvendo as Universidades Federais e o governo Bolsonaro demandam também uma ampliação do conceito de estratégias, para além das estratégias do âmbito discursivo. Rememoramos que o presidente e seus apoiadores associam as UFs a ambientes tomados pela esquerda, alinhados ao comunismo e que fornecem pouca ou nenhuma mão de obra para a economia brasileira. Mais que uma estratégia discursiva, esses tensionamentos nos fazem refletir sobre estratégias econômicas ou de mercado, que dialogam com o viés liberal de Bolsonaro.

Examinamos as proposições do espanhol Rafael Augusto Pérez (1942-2019), pesquisador que se debruçou sobre as diferentes acepções do conceito de estratégias. O autor é considerado o precursor da Nova Teoria Estratégica (NTE), desenvolvida a partir de encontros internacionais sobre o tema e que tiveram a participação de diferentes especialistas ibero-americanos (PÉREZ, 2013). A NTE propõe uma ruptura com o paradigma neoclássico

da economia, que, resumidamente, entendia a estratégia como algo linear, centrada em sistemas previsíveis de causa-efeito e que buscavam o equilíbrio e a estabilidade das organizações. A nova teoria, ao contrário, baseia-se na complexidade: as estratégias precisam considerar o entorno a partir de uma perspectiva relacional, deixando de lado a ideia do jogo, da competição fechada em si mesma. Enquanto a teoria anterior primava pela “previsão de resultados (enfoque quantitativo)”, a NTE busca a “descrição de situações (enfoque qualitativo)”. Enquanto a primeira considerava a “hierarquia; estruturas verticais; planejamento e controle”, a segunda consiste na “interação entre os elementos do sistema; redes; estruturas colaborativas; aprendizagem” (idem, p. 28).

As instituições tradicionais do conhecimento, como as universidades públicas, hoje disputam espaço com grandes organizações privadas, até mesmo com as gigantes de tecnologia. O crescimento dos cursos universitários à distância, operados por grupos empresariais, é apontado por críticos como sinal da mercantilização da educação. Todo esse cenário abriu caminhos para a estratégia de tensionamento do governo Bolsonaro face às UFs.

Pérez (2013) aponta um outro momento dos estudos de estratégias que também pode ser articulado com os tensionamentos do atual governo e as UFs: o paradigma militar. Sob tal perspectiva, as estratégias dizem respeito “ao uso inteligente da força (em um confronto de exércitos)” e ao “uso da inteligência para resolver o conflito” - respectivamente, no Ocidente e no Oriente (PÉREZ, 2013, p. 9). O conflito de Bolsonaro pode ser pensado como uma estratégia econômica, justificada pelo enxugamento da máquina pública, em que a *tática* para as UFs seriam os cortes orçamentários. Este raciocínio, assim, precede ao das estratégias discursivas, visibilizadas pelo campo jornalístico.

As estratégias operadas pelos campos, agentes e instituições são disputas que visam sua legitimidade – conceito que muitas vezes é confundido com o de legitimação. Para um correto entendimento desses dois conceitos, recorremos a Barichello (2018).

Legitimação consiste na ação de conferir legitimidade a algo, de modo que se torne aceitável para a sociedade. Enquanto legitimidade pressupõe um consenso mais ou menos generalizado, a legitimação refere-se ao processo de obtenção desse consenso entre os membros da sociedade (BARICHELLO, 2018, p. 79).

O entendimento da autora sobre legitimidade articula-se com o raciocínio de Rodrigues (1990), à medida que este nos diz:

A legitimidade é assim o critério fundamental de um campo social. Reconhece-se pelo fato de poder ocupar o lugar de sujeito de enunciação: ‘a família exige’, ‘a economia deve e exige’, ‘a política impõe’ são enunciados que colocam instituições sociais no lugar de sujeito de um dizer ou de um fazer e remetem para a capacidade de impor com legitimidade indiscutível algo ao conjunto do tecido social. [...]

A legitimidade de um campo social, quer se afirme formal quer informalmente, incide sobre todo o processo de institucionalização dos valores que lhe são próprios, desde a sua criação e gestão até a sua inculcação e sanção (RODRIGUES, 1990, p. 143-145).

O *lugar legítimo* que uma instituição ocupa no espaço público é conquistado pela sua capacidade de colocar-se como referência dentro daquilo a que se propõe, mediante sua missão institucional e o alcance dos seus objetivos. Esse entendimento nos leva a pensar que as Universidades Federais, devido aos inúmeros tensionamentos provocados sobretudo pelo campo político, passam por uma *crise de legitimidade*. Ao serem questionadas sobre qual o papel delas no desenvolvimento social ou mesmo se os seus objetivos institucionais estão sendo alcançados ou não, defrontam-se com uma dúvida, um ponto de interrogação sobre o seu trabalho. Rodrigues (1990) afirma que a visibilidade de um campo é o que institui a sua legitimidade, e, para mantê-la, cada campo precisa disputar o monopólio da visibilidade, por meio de estratégias. Essa disputa é também um processo: o processo de legitimação. Como um trajeto a ser percorrido, a legitimidade é construída.

É justamente a ideia de construção social que está por trás do conceito de legitimação, conforme Berger e Luckmann (2014) em seu tratado sobre a sociologia do conhecimento. Segundo os autores, é entre as relações dos indivíduos que “todo ‘conhecimento’ humano desenvolve-se, transmite-se e mantém-se” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 13), solidificando-se, assim, em realidade. E é a sociologia do conhecimento, junto à sociologia construtivista, que vai se debruçar sobre o que o homem conhece por realidade. Conhecimento e realidade, como veremos adiante, são conceitos que estão conectados à legitimação.

Prosseguindo em nosso raciocínio, colocamos que as Universidades Federais, simplesmente pelo fato de existirem, constituem-se em uma “facticidade objetiva”. No entanto, os autores argumentam que uma sociedade só é de fato construída a partir de atividades que expressam “um significado subjetivo” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 33). Considerando que há um atravessamento entre os campos sociais, como no caso dos campos

científico, político e jornalístico, e considerando a complexidade das relações entre os agentes de cada campo, fica evidente que as linhas que separam a realidade da subjetividade e o conhecimento cotidiano do conhecimento teórico também são muito tênues. Isto porque “a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (idem, p. 35). Este raciocínio nos leva a questionar quais os fundamentos do conhecimento e da realidade que o homem constrói.

A ideia de que as Universidades Federais são instituições onerosas e que pouco colaboram para o desenvolvimento do Brasil, se não for sustentada por dados e argumentos que a validem como verdadeira, pode ser compreendida como uma interpretação não-científica sobre a realidade, o que Berger e Luckmann (2014) chamam de senso comum. Esta ideia só é estabelecida, porém, por meio da linguagem - elemento essencial para a construção que fazemos da realidade.

A linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado para mim. Vivo num lugar que é geograficamente determinado; uso instrumentos, desde os abridores de latas até os automóveis de esporte, que têm sua designação no vocabulário técnico da minha sociedade; vivo dentro de uma teia de relações humanas, de meu clube de xadrez até os Estados Unidos da América, que são também ordenadas por meio do vocabulário. Desta maneira a linguagem marca as coordenadas de minha vida na sociedade e enche esta vida de objetos dotados de significação. (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 38)

Assim, a linguagem tem o aspecto de nos conectar com a realidade da vida que “não se esgota nessas presenças diárias, mas abraça fenômenos que não estão presentes ‘aqui e agora’” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 39). O discurso jornalístico e as estratégias de enquadramentos operados por ele colaboram para isto, a medida que nos oferecem um manancial de informações que serão transformadas em significações subjetivas. Há uma transição de realidades neste processo da linguagem, e o discurso jornalístico inclui-se como produtor de campos de significação.

Cada indivíduo opera como um agente que luta para solidificar sua teoria sobre a realidade. Berger e Luckmann (2014) apresentam o caso dos intelectuais, que nos é bastante útil em nossa articulação com o campo científico e com as instituições universitárias. Para os autores, a teoria, quando comparada à vida cotidiana, tem uma capacidade limitada de

persuasão por não ser *experimentada* na práxis dos indivíduos. Este raciocínio pode ser melhor exemplificado com o atual descrédito na ciência e nas instituições que a promovem. Dizem os autores: “a consciência sempre retorna à realidade dominante como se voltasse de uma excursão” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 42).

As pessoas traduzem “as experiências não pertencentes à vida cotidiana na realidade suprema da vida diária” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 43), e o jornalismo também tem esse papel de tradução, que se dá ao observarmos alguns paradigmas do texto jornalístico, como a simplificação e a objetividade. No processo de socialização secundária, cabe ao indivíduo apreender o conhecimento visibilizado pela imprensa e conferir (ou não) algum crédito aos temas expostos nas páginas do jornal. Uma vez que “a linguagem também tipifica as experiências, permitindo-me agrupá-las em amplas categorias, em termos das quais tem sentido não somente para mim, mas também para meus semelhantes” (idem, p. 57). Outro aspecto da linguagem é que ela auxilia a estabilizar “um contexto de ordem, direção” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 73), que é caro à própria existência humana. É assim que o homem constrói a sua realidade: enquadrando o conhecimento em determinados encadeamentos, lógicas, explicações e estratégias.

Outra noção abordada por Berger e Luckmann (2014) refere-se à ideia de institucionalização. Este conceito parte do pensamento de que os indivíduos têm hábitos que se convertem em tipificações, que vão se solidificando tanto quanto mais pessoas aderem aos hábitos já existentes. A reprodução do hábito, por sua vez, tem a ver com uma certa “economia de esforço” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 75). É do hábito, sempre recíproco e sempre partilhado por determinados atores, que ocorre o processo da institucionalização. Em coletividade, esses atores convertem o processo em instituições que “controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis” (idem, p. 77). Este controle que as instituições exercem é experienciado pelos indivíduos: é uma realidade objetiva. O que nos leva ao raciocínio de que a instituição universitária tem seus hábitos, enraizados nas práticas e metodologias do ensino, da pesquisa e da extensão, construídos pelos seus agentes (estudantes, professores e demais servidores) e que esta integração apresenta-se ao mundo como uma realidade objetiva.

É importante ter em mente que a objetividade do mundo institucional, por mais maciça que apareça ao indivíduo, é uma objetividade produzida e construída pelo

homem. O processo pelo qual os produtos exteriorizados da atividade humana adquirem o caráter de objetividade é a objetivação. O mundo institucional é a atividade humana objetivada, e isso em cada instituição particular (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 84).

A questão é que esta mesma atividade humana que objetiva o mundo institucional pode agir em um percurso contrário. Em outras palavras, qualquer pessoa pode construir a sua própria realidade, distorcendo ou ressignificando o que outro grupo de indivíduos institucionalizou. É por isso que “o mundo institucional exige legitimação, isto é, modos pelos quais podem ser ‘explicado’ e justificado” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 85).

É provável que haja desvios dos cursos de ação institucionalmente ‘programados’, uma vez que as instituições passam a ser realidades divorciadas de sua importância original nos processos sociais concretos dos quais surgiram. Dito de maneira mais simples, é mais provável que o indivíduo se desvie de programas estabelecidos para ele pelos outros do que de programas que ele próprio ajudou a estabelecer. [...] As instituições devem pretender, e de fato pretendem ter autoridade sobre o indivíduo, independentemente das significações subjetivas que este possa atribuir a qualquer situação particular. A prioridade das definições institucionais das situações deve ser coerentemente preservada das tentações individuais de redefinição (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 86).

Mais uma vez, retornamos à questão da linguagem. É ela que define as situações, aciona enquadramentos e torna lógico o mundo social objetivado. Os autores dizem que “o edifício das legitimações é construído sobre a linguagem e usa-a como seu principal instrumento” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 89). A linguagem proporciona o conhecimento e nos mostra o caminho para apreender o que as instituições entendem por verdadeiro. Ao mesmo tempo, ela também tem a capacidade de nos mostrar outras possibilidades de verdade, diferentes daquelas operadas pelas instituições.

Conforme Berger e Luckmann (2014), a linguagem opera estratégias de sedimentação, isto é, mecanismos que fazem com que as experiências humanas fiquem retidas na nossa consciência. Um indivíduo, ao ingressar em uma universidade, terá experiências que serão sedimentadas na sua consciência: o contato com a pesquisa e a ciência, as diversas trocas de saberes com seus colegas e professores, enfim. Tudo isso será experienciado por meio da linguagem, proporcionando ao estudante um acervo de conhecimento que será incorporado ao que ele já entendia por universidade.

Da mesma forma, é por meio da linguagem que o leitor de um jornal entrará em contato com os enquadramentos que determinado veículo faz da universidade pública. Assim como no caso do estudante que está experienciando a universidade no seu cotidiano, o leitor do jornal também terá acesso, mesmo que indiretamente, ao trabalho desenvolvido por esta mesma universidade. A linguagem torna a experiência acessível para quem não a teve, passando a ser significativa também para esses indivíduos.

Outro aspecto importante da ordem institucional tem a ver com os papéis desempenhados pelos atores. “Os papéis representam a ordem institucional. [...] Somente mediante esta representação em papéis desempenhados é que a instituição pode manifestar-se na experiência real” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 100-101). Em outras palavras, os papéis exercidos pelas pessoas em determinada instituição fará com que os indivíduos experienciem esta mesma instituição, sejam eles integrantes ou não do grupo institucional. No caso das Universidades Federais, podemos citar como exemplos os papéis do professor, dos técnicos-administrativos, dos estudantes, etc. Acreditamos que são estes os indivíduos capazes de falar com propriedade sobre a ordem institucional da qual fazem parte.

Berger e Luckmann (2014) dizem que “*todos* os papéis representam a ordem institucional, [...] *alguns* papéis, contudo, representam simbolicamente esta ordem em sua totalidade mais do que outros” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 102). No caso das universidades, acreditamos que o professor assume esse papel, uma vez que é a partir do seu trabalho diário que o ensino, a pesquisa e a extensão se solidificam. Por isso, em nossa pesquisa, torna-se importante também identificar as fontes abordadas pelo jornal analisado.

Chegamos, finalmente, ao conceito de legitimação: um processo que, assim como os papéis desempenhados pelos atores, também concede à instituição “uma objetivação de sentido” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 122).

A legitimação produz novos significados, que servem para integrar os significados já ligados a processos institucionais díspares. A função da legitimação consiste em tornar objetivamente acessível e subjetivamente plausível as objetivações de ‘primeira ordem’, que foram institucionalizadas. Embora definamos a legitimação por esta função, sem levar em conta os motivos específicos que inspiram qualquer processo particular legitimador, deveríamos acrescentar que a ‘integração’, de uma forma ou de outra, é também o propósito típico que motiva os legitimadores (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 122).

Neste sentido, a integração tem a ver com tornar plausível, para todas as pessoas possíveis – e não somente àquelas que fazem parte de uma instituição específica – o reconhecimento global do sentido de uma determinada instituição. Não basta que somente a comunidade acadêmica tenha noção do trabalho da universidade, é preciso que toda a sociedade tenha esse mesmo entendimento. A legitimação, assim, é o processo que tornará inteligível o sentido das Universidades Federais. Conceituam os autores:

A legitimação é este processo de ‘explicação’ e justificação. [...] A legitimação ‘explica’ a ordem institucional outorgando validade cognoscitiva a seus significados objetivados. A legitimação justifica a ordem institucional dando dignidade normativa a seus imperativos práticos. É importante compreender que a legitimação tem um elemento cognoscitivo assim como elemento normativo. Em outras palavras, a legitimação não é apenas uma questão de ‘valores’. Sempre implica também ‘conhecimento’ (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 124).

Berger e Luckmann (2014) argumentam também sobre “teorias explícitas pelas quais um setor institucional é legitimado em termos de um corpo diferenciado de conhecimentos” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 125). Aplicando esta noção em nossa pesquisa, podemos pensar em toda a gama de teorias e estudos que tratam da importância do ensino superior público para o desenvolvimento da sociedade brasileira. A área educacional, assim, é aquela que apresenta como a instituição universitária é necessária. Por isso, esta área de estudos atuará também no processo de legitimação das Universidades Federais.

O processo de *explicação* e de *justificação* de uma ordem institucional, porém, não pode ocorrer somente no bojo das teorias. Ainda mais se pensarmos na instituição universitária: teríamos acadêmicos e cientistas explicando e justificando a universidade unicamente para os seus pares. A legitimação enquanto processo precisa ir para além dos muros da instituição, em um universo simbólico mais amplo e global. “O universo simbólico é concebido como a matriz de todos os significados socialmente objetivados e subjetivamente reais” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 127).

Nosso raciocínio é de que o jornalismo se constitui em uma parte do processo de legitimação. Ainda que na atualidade observemos uma onda de descrédito do campo jornalístico (principalmente pelo campo político), enquanto universo simbólico, ele enquadra os acontecimentos e os dota de significações que poderiam ser ininteligíveis para os indivíduos. O discurso jornalístico estabelece, ou tenta estabelecer, uma ordem ao caos, estruturando os acontecimentos em uma hierarquia de sentidos. Por isso, é um universo

simbólico que participa do processo de legitimação. “[...] o universo simbólico ordena e por isso mesmo legitima os papéis cotidianos, as prioridades e os procedimentos operatórios, colocando-os [...] no contexto do quadro de referência mais geral concebível” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 131).

Ocorre que, ao mesmo tempo que o universo simbólico atua no processo de legitimação, ele também pode apresentar versões divergentes da ordem institucional. Conforme os autores, “a versão divergente corporifica-se em uma realidade por sua própria conta, a qual, ao existir no interior da sociedade, desafia a condição de realidade” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 139). A isso chamamos de *deslegitimação*: quando há ameaça às explicações e justificações definidas por determinada instituição. Trata-se de um “problema de poder, a saber, qual das definições da realidade em conflito ficará ‘fixada’ na sociedade” (idem, p. 142).

Os tensionamentos que envolvem a legitimação das Universidades Federais apresentam características que ratificam a ideia de confronto. Basta lembrarmos quando o ministro da educação Abraham Weintraub afirmou que as UFs são locais de “balbúrdia”³⁶. A fala do ministro, por si só, já apresenta a intenção de desqualificar as instituições. Berger e Luckmann (2014) classificam este processo como “aniquilação”: um mecanismo capaz de “liquidar conceitualmente” a ordem institucional – ao contrário da legitimação, que “conserva a realidade do universo socialmente construído” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 149). O exemplo do ministro é interessante também para pensarmos que “aqueles que ocupam as posições decisivas de poder estão prontos para usar seu poder a fim de impor as definições tradicionais da realidade à população submetida à sua autoridade” (idem, p. 157). O discurso jornalístico é uma das interfaces pelas quais ocorrem essas imposições de definições. A imprensa, enquanto arena de visibilidade para as diversas instituições sociais, deve ser observada como campo de legitimações e deslegitimações.

Sobre a deslegitimação do saber científico, Lyotard (1988) fala sobre a crise dos relatos, da qual trataremos a seguir.

2.1.1 Lyotard e a deslegitimação do saber na pós-modernidade

36 Disponível em <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2019/04/30/mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba.htm>. Acesso: 16 nov. 2020.

Antes de adentrarmos na questão do discurso jornalístico, convém explorarmos um pouco mais a obra *O Pós-moderno*³⁷, de Lyotard (1988), uma vez que neste livro o autor entra em aspectos bastante caros ao tema de nossa pesquisa, como a deslegitimação do saber e de suas instituições no contexto da pós-modernidade. Não dissertaremos sobre este último conceito por não ser o tema de nosso estudo – se o fosse, recorreríamos também a outros autores para uma discussão mais aprofundada. De qualquer forma, colocaremos a seguir o que Lyotard entende por pós-modernidade, já conectando à questão das universidades:

Simplificando ao extremo, considera-se “pós-moderna” a incredulidade em relação aos metarrelatos. É, sem dúvida, um efeito do progresso das ciências; mas este progresso, por sua vez, a supõe. Ao desuso do dispositivo metanarrativo de legitimação corresponde sobretudo a crise da filosofia metafísica e a da instituição universitária que dela dependia. (LYOTARD, 1988, p. XVI)

Lyotard (1988) exemplifica, com a metanarrativa científica, a crise dos relatos (ou dos discursos de justificação). No caso do saber científico, cai por terra o relato da ciência enquanto instância capaz de elucidar a verdade das coisas, *iluminar as trevas do desconhecido* e engrandecer ou emancipar o homem por meio da razão - pilares da Universidade de Berlim, esta considerada modelo para a construção de muitas outras instituições. Esses relatos, diz Lyotard, são dispositivos de legitimação que não funcionam mais no contexto da pós-modernidade. Com a informatização da sociedade capitalista, o critério do desempenho passou a ditar o rumo das instituições. Com as universidades não foi diferente: “sua legitimação em matéria de justiça social e de verdade científica seria a de otimizar as performances do sistema, sua eficácia” (LYOTARD, 1988, p. xvi). Assim, na pós-modernidade, quanto mais as instituições servirem aos sistemas produtivos, mais elas poderão ter sua existência justificada.

O autor, que considera o saber científico uma “espécie de discurso” (idem, p. 3), chama atenção para dois lugares da instituição universitária bastante afetados pela lógica *performática*: a pesquisa e o ensino. Em relação à pesquisa, Lyotard aborda a questão dos investimentos necessários para custear as técnicas que servirão para “administrar as provas” dos estudos.

37 O título original do livro é *La Condition Postmoderne*. No Brasil, as primeiras edições, publicadas em 1986, receberam o título de *O pós-moderno*. A edição por nós utilizada foi a de 1988. Em 1998, as edições brasileiras passaram a ter como título *A condição pós-moderna*.

[...] os aparelhos que otimizam as *performances* do corpo humano visando administrar a prova exigem um suplemento de despesa. Portanto, nada de prova e de verificação de enunciados, e nada de verdade, sem dinheiro. Os jogos de linguagem científica vão tornar-se jogos de ricos, onde os mais ricos têm mais chances de ter razão. Traça-se uma equação entre riqueza, eficiência, verdade. (LYOTARD, 1988, p. 81)

É interessante notar que já naquela época Lyotard nos oferecia a noção de *produto* gerado a partir da pesquisa científica, que ressoa na atualidade a partir de medidas adotadas pelo governo federal³⁸. Mais que isso, o autor já antevia a maneira pela qual a pesquisa poderia ser inviabilizada, tal como nos cortes orçamentários aplicados às universidades nas últimas décadas:

E pode-se bloquear o sistema da seguinte maneira: uma parte do produto desta venda é absorvida pelo fundo de pesquisa destinado a melhorar ainda mais a *performance*. É neste momento preciso que a ciência torna-se uma força de produção, isto é, um momento na circulação do capital. (LYOTARD, 1988, p. 81-82)

Em relação ao ensino, ou *ao que se difunde por meio da instituição universitária*, temos a noção de “conhecimentos aceitos” (LYOTARD, 1988, p. 88), que se conecta à teoria dos sistemas. Aqui, o ensino superior é um subsistema direcionado à solução dos problemas sociais – leia-se “encarar a competição mundial” (idem) e “fornecer ao sistema os jogadores capazes de assegurar convenientemente seu papel junto aos postos pragmáticos de que necessitam as instituições” (p. 89). Em outras palavras, o ensino é direcionado a formar trabalhadores, e não intelectuais como desejava o modelo da Universidade de Berlim. Este raciocínio é percebido na atualidade tendo em vista alguns relatos que circulam na esfera pública por sujeitos e instituições ligados ao mercado econômico.

Como exemplo, citamos o caso do empresário brasileiro Luciano Hang, dono da rede de lojas Havan e crítico costumaz das Universidades Federais. Em 19 de abril de 2019, durante entrevista ao *Programa do Ratinho*, o empresário disse: “O Brasil está virado de cabeça pra baixo. As Universidades Federais destruíram o país juntamente com a imprensa marrom, esquerdista, que está todo dia falando mentira. Na realidade, eles querem o caos do

38 A Portaria Nº 1.122 do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de 19 de março de 2020, que definiu as prioridades referentes a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações para o período de 2020 a 2023, menciona em diversos trechos a exigência de que os estudos a serem fomentados devem contribuir de alguma maneira para a oferta de produtos e serviços. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.122-de-19-de-marco-de-2020-249437397>. Acesso em 29 set. 2020.

Brasil”³⁹. Em 13 de novembro do mesmo ano, ao participar da inauguração de uma de suas lojas em Santa Maria, Rio Grande do Sul, elogiou uma faculdade privada da região por formar “líderes”, e não “zumbis”:

Não é uma faculdade em que quanto mais as pessoas estudam, mais ficam idiotas. É uma faculdade diferente. Eu passei o dia lá ontem, e eu vi alunos organizados. Eu vi uma faculdade limpa, sem pichação. Eu vi uma universidade com alunos bem trajados, cabelinhos cortados, todos perfeitos. **Querendo ser alguém na iniciativa privada.** Porque até então, as pessoas que iam para as Universidades Federais, lamentavelmente eram e **são ainda doutrinados** para serem zumbis, para trabalharem dentro do governo pra **atrapalhar a iniciativa privada. Pra ser contra o empreendedor, pra ser contra quem gera o emprego nesse país.** (HANG, 2020, grifo nosso)

A fala de Hang simboliza o desejo por uma instituição de ensino que concentre seus esforços em preparar as pessoas para o trabalho, e nada mais. É um discurso bastante diferente daquele que preconiza a universidade como lugar de emancipação do sujeito em sentido amplo. Mesmo assim, essa instituição mercadológica, para Lyotard (1988), ainda seria voltada apenas para o estudante “egresso das elites liberais” (p. 90) ou, então, adultos a serem atualizados com novas tecnologias para melhorar as performances produtivas.

Esse perfil elitista nos faz refletir sobre o atual quadro nas Universidades Federais brasileiras, onde 70,2% dos alunos é de baixa renda, segundo levantamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)⁴⁰. Logo, há uma discrepância entre o público que a universidade pós-moderna desejava atender (e que de fato atendeu por muitos anos), e o público atual. No Brasil, essa mudança de perfil deve-se sobretudo à Lei 12.711 de 2012, que estabelece que 50% das vagas das UFs e das instituições federais de ensino técnico de nível médio devem ser reservadas a estudantes de escolas públicas.

A nova pragmática da universidade capitalista que Lyotard aborda ainda questiona o papel de professor e, quase que como uma profecia, antevê o ensino a distância⁴¹:

39 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=KSrr8xXpVyU>. Acesso: 30 set. 2020.

40 Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-05/maior-parte-dos-estudantes-de-universidades-federais-e-de-baixa-renda>. Acesso: 29 set. 2020.

41 “Em 2018, pela primeira vez, a oferta de vagas em EaD superou a da educação presencial no país. Conforme o Censo 2018 da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), foram oferecidas 7,1 milhões de vagas a distância, ante 6,3 milhões de vagas presenciais. Divulgado em setembro de 2019, o levantamento revelou crescimento de 52,44% em relação ao ano anterior (segundo o Censo, em 2017 foram oferecidas 4,7 milhões)”. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2020/01/por-que-o-ensino-a-distancia-cresceu-tanto-e-quais-os-desafios-do-setor-ck4yclkh201bn01ockas6mo0h.html>. Acesso: 29 set. 2020.

Não parece indispensável que este seja um curso proferido de viva voz por um professor [...]. Na medida em que os conhecimentos são traduzíveis em linguagem informática, e enquanto o professor tradicional é assimilável a uma memória, a didática pode ser confiada a máquinas articulando as memórias clássicas (bibliotecas, etc.) bem como os bancos de dados e terminais inteligentes colocados à disposição dos estudantes. (LYOTARD, 1988, p. 92)

A visão de Lyotard (1988), assim, é de que a deslegitimação da instituição universitária ocorre quando outras instâncias e interesses atravessam a função do saber científico na sociedade, modificando seus objetivos e processos com vistas ao desempenho produtivo. Como vimos, as estratégias mercadológicas parecem justificar o desejo por uma instituição de viés unicamente profissionalizante – o que, no contexto atual, se articula com a política liberal do governo de Jair Bolsonaro. O crescimento da oferta de cursos superiores pagos merece ser observado com atenção. Um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que a educação esteve entre os dez segmentos que tiveram maior alta em número de empresas no período de 2013 a 2017⁴². Outra pesquisa, feita pela consultoria McKinsey, mostra que os cursos superiores no formato EAD têm apresentado, desde 2010, um crescimento de 20% ao ano em relação ao número de matrículas, enquanto na modalidade presencial esse índice é de apenas 6%. O mesmo estudo ainda destaca a falta de regulação deste *mercado*.

Enquanto os cursos de ensino superior regulados pelo Ministério da Educação não suprem a demanda, diversas empresas do setor educacional surgem e prosperam no Brasil com cursos não regulados. Em 2018, este mercado representava R\$ 14 bilhões, e a tendência é que ele cresça entre 5% e 9% ao ano até 2021 (ORTEGA, 2020).

Voltando à Lyotard, seus estudos ainda podem ser úteis ao tratarmos do descrédito que o jornalismo tem passado no atual governo. O presidente da República já chamou os profissionais da imprensa de “bundões”, já ameaçou agredir alguns, disse que grande parte da mídia está “completamente dominada pelo pensamento de esquerda radical”⁴³, entre outros episódios.

42 Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/06/26/em-meio-a-crise-mercado-de-educacao-e-o-que-mais-cresce-em-numero-de-empresas-no-brasil-diz-ibge.ghtml>. Acesso: 16 nov. 2020.

43 Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/08/24/bolsonaro-ataca-imprensa-e-diz-que-jornalista-bundao-tem-mais-chance-de-morrer-de-covid-19.htm> e <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/07/11/bolsonaro-ataca-imprensa-apos-demissoes-de-jornalistas-conservadores.htm>. Acesso: 19 out. 2020.

Em um artigo de 2011, Isabelle Anchieta investiga o estatuto do jornalismo enquanto instância produtora do saber. Mesmo não articulando com o contexto político da época, a pesquisadora fala sobre a crise da narrativa, acionando Lyotard e a questão do descrédito no campo científico. Neste sentido, se até a ciência, com todo seu rigor metodológico, é deslegitimada, o jornalismo também o é. Anchieta (2011) faz esta análise considerando o jornalismo tanto quanto um campo que trabalha a partir de uma *cientificidade menor*, mas também como um campo que (re)produz o senso comum. Os textos, nesta perspectiva, não servem mais para visibilizar acontecimentos: eles passam apenas a ser registros da crise de narrativas de que trata Lyotard. Apoiando-se no pensamento de Tobias Peucer e Robert Park, a pesquisadora afirma que “o que o jornalismo realiza é a tradução de conhecimentos especializados e complexos para uma linguagem de alta comunicabilidade” (idem, p. 170). Anchieta escreveu o artigo em uma época bastante diferente desta em que nos encontramos, quando observamos uma série de tensões entre o principal governante do país e os veículos de imprensa. Ainda que não seja nosso objetivo olhar para esse descrédito do jornalismo na atualidade, podemos dizer que o campo jornalístico está sendo reduzido a algo muito menor do que uma instância não científica de saber ou mesmo como uma área em que circula apenas o senso comum.

Rajobac e Romani (2011) entendem que a pós-modernidade, em Lyotard, “configura-se como um estado da cultura, posterior às transformações que afetaram não somente as ciências, mas, também, a literatura, as artes e, sobretudo, os paradigmas do conhecimento” (RAJOBAC; ROMANI, 2011, p. 11). Levando em consideração que conhecimento e linguagem são elementos conexos, colocamos que a única narrativa possível de ser legitimada, hoje, é aquela que já se propõe inconclusa, passível de questionamentos.

Tal afirmação nos remete ao início da pandemia do novo coronavírus no Brasil, no momento em que o campo científico assumiu que desconhecia o vírus: as universidades e os institutos de pesquisa tiveram que explicar à sociedade a infinidade de procedimentos necessários para entender a proliferação do contágio e a forma como este se dá nos organismos para, depois, trabalharem na produção da vacina.

2.2 DISCURSO JORNALÍSTICO

Rodrigues (1990) diz que o jornalismo, ao surgir de forma mais organizada e profissionalizada, assumiu certas funções de sociabilidade que antes diziam respeito apenas ao espaço público. Este foi convertido em um “território anônimo, de ninguém, gerido pelo Estado, num puro espaço de circulação e de passagem” (RODRIGUES, 1990, p. 41). Para Marques (2008), o discurso jornalístico adquiriu importância devido, principalmente, a duas demandas sociais: a emancipação do sujeito e a transparência das ações do Estado. Assim, concomitante à instituição universitária, o surgimento da instituição jornalística é justificado pela necessidade de maior acesso ao conhecimento. Porém, enquanto a universidade humboldtiana já nasce com a função crítica, o jornalismo surge para garantir certa “coesão social” (MARQUES, 2008, p. 1) aos diversos conflitos humanos e sociais, assumindo assim um papel de mediação. É preciso considerar, no entanto, que essa característica *mediadora* não pode ser abordada de forma totalitária. A onda de rupturas que acomete instituições e cidadãos também chegou ao jornalismo, principalmente em países liderados por governos liberais, como é o caso do Brasil e dos Estados Unidos (na época em que este último foi presidido por Donald Trump).

Ainda que relativo, o papel de mediação, defendido pelos autores mais recorrentes da área, ocorre através do relato dos acontecimentos, definidos por Rodrigues como “tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma diversidade aleatória de fatos virtuais” (RODRIGUES, 1990, p. 98). Para Marques, trata-se “de um processo social de construção da realidade, definido por certas condições factuais, regras e convenções narrativas” (MARQUES, 2008, p. 2). É esta lógica que nos possibilita situar o jornalismo enquanto instituição que participa dos processos de legitimação, à medida que confere visibilidade àquilo que noticia. A veracidade é a base desses processos, “passível de sistematização, racionalização, verificação, análise e aplicabilidade” (*idem*).

Da imensurável quantidade de fatos do cotidiano, o jornalismo seleciona aqueles que serão convertidos em acontecimento. Essa seleção é feita por meio de critérios de noticiabilidade – por exemplo, a atualidade, localidade, quantidade (de pessoas envolvidas com o fato e/ou que poderão se envolver quando transposto para acontecimento), entre outros. Destaca-se, entre esses critérios, o da imprevisibilidade (MARQUES, 2008), que diferencia as ocorrências por conterem uma causalidade que não é compreendida tão facilmente. Na imprensa, “o acontecimento é imprevisível; irrompe acidentalmente à superfície epidérmica dos corpos como reflexo inesperado, como efeito sem causa” (RODRIGUES, 1990, p. 101).

As pesquisas científicas desenvolvidas pelas Universidades Federais, por exemplo, podem ser abordadas pela imprensa a partir deste raciocínio de imprevisibilidade, com suas descobertas, o conhecimento revelado, os resultados que impactarão a sociedade de alguma forma. Teríamos, neste caso, uma interface entre os campos científico e jornalístico, com este último validando a existência do primeiro.

Uma vez nas páginas dos jornais, o que temos não é mais o acontecimento primeiro, mas sim um novo acontecimento. Isto porque há uma “modificação” da “natureza primeira” do real. Estruturado pelo discurso jornalístico, o acontecimento ganha (novos) sentidos que são construídos a partir de enquadramentos pelos sujeitos – estes, integrados em uma dinâmica que aglutina valores próprios da profissão de jornalista e também aqueles inerentes à lógica das empresas para as quais trabalham. É preciso destacar, ainda, que os acontecimentos jornalísticos, conforme Rodrigues,

não estão apenas sujeitos aos valores de verdade ou falsidade, de adequação ou de não adequação ao estado de coisas relatado; estão igualmente subordinados aos valores inerentes à credibilidade e à sinceridade do locutor, à clareza ou à obscuridade da exposição, à justeza dos juízos formulados, à coerência dos argumentos aduzidos, à capacidade para levar o(s) outro(s) à satisfação de um pedido, do reconhecimento ou do apreço, do conselho dado, do aviso, da saudação (RODRIGUES, 1990, p. 103-104).

Marques segue na mesma linha de pensamento ao afirmar que aquilo que o jornalismo noticia é uma *proposta de realidade*, “sempre negociável porque sempre passível de interpretação” (MARQUES, 2008, p. 3). Justamente por isso, defendemos que o discurso jornalístico, ao construir enquadramentos das Universidades Federais, opera estrategicamente a partir da “escolha dos termos”, da “ordem da sua apresentação” e da “seleção dos fatos narrados”, pressupondo “inevitavelmente a existência de juízos de valor fundamentados em critérios partilhados por uma comunidade de palavra com todo um conjunto de definições de critérios” (RODRIGUES, 1990, p. 106). Ao mesmo tempo, essas estratégias podem incluir não apenas o que está expresso materialmente no discurso, mas também naquilo que não está dito ou proferido de maneira pragmática: “o silêncio e a omissão podem comunicar de maneira tão forte como uma palavra proferida ou uma ação efetivamente realizada. Por vezes, a força do silêncio é ainda maior do que um longo discurso” (RODRIGUES, 1990, p. 68). No caso das UFs, esse silêncio do campo jornalístico em relação ao trabalho que o campo

científico desenvolve pode servir de elemento para um possível descrédito pelo campo político.

Ainda sobre acontecimento, é interessante fazer uma aproximação de Rodrigues (1990) com Quéré (2005), uma vez que este também refere-se ao termo como um fenômeno a partir do qual inicia outro processo - marcando o fim de uma época e o começo de outra, suscitando reações e respostas e produzindo certa descontinuidade no estar das coisas. Berger e Tavares (2010) empreenderam esforços para identificar as tipologias de acontecimento, classificando-as, resumidamente, entre o acontecimento experienciado no cotidiano e o acontecimento jornalístico. O primeiro é estudado de forma mais ampla nas áreas de história e filosofia, e compreende a realidade tangível. O acontecimento jornalístico, por sua vez, “diz respeito à construção do acontecimento em forma de notícia ou das linguagens jornalísticas que constroem o acontecimento” (BERGER; TAVARES, 2010, p. 122).

O jornalismo dedica-se a reconhecer e recolher acontecimentos (vivididos, legítimos, cotidianos, sociais, puros, brutos) percebidos pelos sujeitos envolvidos e, ao fazer isto, constrói acontecimentos jornalísticos (...). Entrecruzam-se aí, numa espécie de triangulação, a ideia de realidade, associada às questões que envolvem o sujeito e a linguagem. Elementos estes levantados pelas teorias mais abstratas sobre o acontecimento e que, nos estudos de jornalismo, aparecem em categorias analíticas, como rotinas produtivas, constrangimentos organizacionais, processos e práticas jornalísticas (BERGER; TAVARES, 2010, p. 131).

Benetti (2010) observa uma certa perversidade do jornalismo nesse processo de dizer o que está dentro ou fora da normalidade. Como exemplo, cita o problema da fome mundial, das desigualdades e das injustiças sociais – questões que, de certo modo, não deveriam estar dentro de uma ideia de normalidade. Mesmo assim, são situações enquadradas pelo discurso jornalístico como portadoras do que se convencionou como rotina. Delimitar onde está o desvio da normalidade é o que o jornalismo faz, pois este trabalha de forma a supor o que é de interesse de seu público consumidor. Conforme a autora, “os acontecimentos jornalísticos ajudam a definir historicamente uma sociedade porque o seu próprio processo de produção está imbuído de valores que circulam nesta mesma sociedade” (BENETTI, 2010, p. 160). Esta concepção dialoga com Ponte (2005), que afirma que “os media configuram eles próprios os acontecimentos, pelo enquadramento (*framing*) que lhes atribuem” (PONTE, 2005, p. 102).

Nesta perspectiva, o discurso jornalístico é, por excelência nas sociedades contemporâneas, o discurso mediador da experiência humana ao estabelecer para os

fruidores os contornos do horizonte da mundanidade, determinando os eventos e os objetos que dele fazem parte (MARQUES, 2008, p. 7).

É interessante notar a articulação que Marques (2008) faz entre acontecimento e memória. Segundo a autora, o discurso jornalístico faz a mediação do real com o público leitor evocando, vez ou outra, o passado: acontecimentos que são reinscritos em novas circunstâncias, reconstruindo e dotando de sentido o que outrora tinha uma significação distinta. Nesta perspectiva, cabe a nós refletirmos sobre a presença das instituições universitárias na imprensa durante os anos de 2019 e 2020, antes e depois da pandemia de covid-19. Uma possibilidade de raciocínio, a verificar em nossa análise empírica, seria de que, com o novo coronavírus, as discussões acerca do trabalho das UFs (e do campo científico, de modo geral) retornaram como imprescindíveis para o enfrentamento do surto epidemiológico, enquanto em 2019 o discurso que mais ressoou na esfera pública foi o da necessidade dos cortes orçamentários. Se confirmado este ponto de vista, o *retorno* das universidades pode ter sido apenas episódico (“existência efêmera”), ou “pode ser relatado em cascata para ampliar a sua natureza dinâmica, para permitir a configuração de todas as suas dimensões significativas” (MARQUES, 2008, p. 11).

A disputa de significados entre vozes hegemônicas é outro ponto central no discurso jornalístico, o que nos leva à questão das fontes. As estratégias de legitimação das Universidades Federais na imprensa passam pela definição de quais fontes são acionadas na abordagem dessas instituições. Enquanto sujeito, a fonte contextualiza um recorte do mundo para objetivá-lo, construindo, assim, um “quadro simbólico” (MARQUES, 2008, p. 3). Benetti e Jacks (2001) dizem que “o jornalismo informativo, gênero supostamente ‘não contaminado’ pela opinião [...], define a si mesmo como imparcial e isento. Faz parte de seu jogo discursivo *fazer crer* que ele se interpõe entre os fatos e o leitor de forma a retratar fielmente a realidade” (BENETTI; JACKS, 2001, p. 1). No entanto, essa interposição jamais ocorre sem o atravessamento das fontes, que são selecionadas e interpretadas discursivamente a partir do acontecimento jornalístico.

A perspectiva de Gomis (2004) sobre fontes nos auxilia a pensar em outras perspectivas para o nosso estudo, considerando os atravessamentos entre os discursos jornalístico, político e científico. O jornalismo precisa de informações ou fatos para captar o seu público leitor. Da mesma forma, políticos e governantes necessitam tornar público, para o

maior número de pessoas possível, seus projetos e ações. No caso dos cientistas e intelectuais, é cada vez mais salutar que suas pesquisas ultrapassem as barreiras dos círculos acadêmicos, principalmente para legitimar o próprio campo.

“Os poderes públicos e as demais grandes fontes habituais de notícias são organizações de produção de fatos que dispõem também de abundantes” estruturas de comunicação institucional (GOMIS, 2004, p. 104). Por outro lado, a imprensa busca “essas fontes para encher os espaços da programação diária. Os meios estão tecnicamente interessados em entrar em contato com as fontes oficiais, e difusamente obrigados a dar atenção a elas” (idem).

A ideia de *fonte oficial* nos faz questionar sobre quais seriam as fontes mais adequadas para falar sobre as Universidades Federais. Considerando essas instituições como órgãos do Poder Executivo Federal, em quais condições o presidente ou o ministro da Educação poderiam falar sobre o trabalho das UFs? Da mesma forma, em quais contextos os professores, pesquisadores e estudantes teriam legitimidade para tratar de tal pauta? Conforme Gomis (2004), “as fontes oficiais fornecem notícias esperadas e inesperadas, oferecem furos e facilitam conhecimentos amplos que fazem mais completo e seguro o trabalho dos jornalistas, ao explicar-lhes o que há por trás das notícias” (GOMIS, 2004, p. 104). Em nossa pesquisa, defendemos que o trabalho das Universidades Federais só pode ser abordado com maior propriedade ou profundidade pelas pessoas que pertencem à comunidade acadêmica. Este ponto de vista, porém, não exclui os demais sujeitos, como os políticos. Mas é preciso pontuar que, no discurso jornalístico, uma recorrência mais expressiva dos pontos de vista políticos sobre instituições científicas e educacionais, em detrimento das vozes de quem *vive* a universidade pública cotidianamente, poderia apontar para uma estratégia de deslegitimação dessas instituições.

Gomis (2004) cita um estudo de Maria Pilar Lopes Rodrigues, de 1988, que trata das motivações que levam as fontes das instituições públicas a procurarem a imprensa:

- a) Consolidar ou incrementar seu prestígio como instituição;
- b) A “obrigação moral” das instituições públicas de manter a sociedade informada sobre suas atividades (no fundo, isso também ajuda a aumentar seu prestígio);
- c) Denunciar outra instituição através de uma informação negativa sobre ela;
- d) “Ganhar a simpatia dos jornalistas” para que não escrevam nada que possa prejudicar o bom nome da fonte (GOMIS, 2004, p. 105).

Se aplicarmos essa categorização ao nosso caso, podemos entender que as fontes das Universidades Federais estão situadas nos dois primeiros pontos. Buscam consolidar e incrementar o prestígio institucional e também manter a sociedade informada sobre suas atividades. Isto se dá no agendamento de pautas relativas ao seu trabalho de ensino, pesquisa e extensão. Denunciar outras instituições só poderia ser algo legítimo se feito em bases e metodologias científicas, com dados e informações abertos para conhecimento de toda a sociedade, não passando necessariamente pelo crivo do discurso jornalístico.

Em relação às fontes do campo político, Gomis (2004) diz que essas estão interessadas em aparecer como sujeitos capacitados em resolver corretamente os problemas, sobretudo para os militantes do próprio partido que está no governo, ao mesmo tempo em que buscam mostrar “a incompetência de seus rivais e adversários” (GOMIS, 2004, p. 114). É possível relacionar este entendimento com os momentos em que o governo corta os recursos das universidades, sob a justificativa de ajuste nas contas públicas.

O relacionamento entre as fontes políticas e os jornalistas ainda tem outra característica, apontada por Gomis: as conversações sigilosas. Elas ocorrem, por exemplo, quando um projeto de lei é repassado aos veículos de comunicação. Mediante os desdobramentos na opinião pública, os governos poderão sentir se as pessoas são favoráveis ou contrárias a determinada proposta.

Outro aspecto a ser considerado é a própria subjetividade dos jornalistas, “sujeitos plenos de pensamentos, ideias e interesses a defender” (idem). Ao falarmos em interesses, não estamos nos referindo a uma concepção estritamente maquiavélica, uma vez que qualquer ser humano organiza, constrói e enquadra o mundo da maneira que julga ser mais apropriada. A aproximação entre objetividade e subjetividade, ainda que complexa, deve ser observada como algo possível. Dizemos isto pois “o discurso não acontece ‘no’ texto, compreendendo aqui texto como um objeto material [...]. Ele acontece entre os sujeitos da interlocução. É no espaço entre esses sujeitos que o discurso efetivamente se constitui” (BENETTI, 2008, p. 17). Entre os sujeitos que *falam* no texto (jornalista e fontes), é preciso reconhecer que há também tentativas de *apagamentos* do autor.

No discurso jornalístico, [...] o lugar do autor não é identificado e os embraiadores são apagados, como estratégia de universalização do discurso, fazendo com que as ações narradas adquiram um valor de credibilidade universal, independente da pessoa, do lugar e do tempo da sua enunciação. (MARQUES, 2008, p. 10)

Do outro lado, o da audiência, a construção do discurso jornalístico leva em consideração um leitor que não é exatamente conhecido. Por mais que as pesquisas de opinião se modernizem e apresentem metodologias inovadoras para os setores comerciais das empresas de comunicação, o jornalista terá em mente apenas uma formação imaginária de seu público, a partir de dados quantificados em um bolo genérico que nos remete à já superada noção de *massa*. Concomitante a isto, Marques (2008) defende que o discurso jornalístico ainda “adquire legitimidade para exercer o papel de formador de uma opinião pública esclarecida” (MARQUES, 2008, p. 13), considerando as trocas dialógicas feitas entre jornais e leitores, ao passo que outras instituições, como as educativas e científicas, “declinam do seu papel formador de uma consciência crítica” (idem). Argumento problemático se considerarmos que todas as instituições de hoje sofrem com as rupturas ocorridas com as novas conjunturas políticas e sociais que abordamos no início desta dissertação, não excluindo a imprensa.

Finalmente, para Benetti (2008), é necessário observar um outro espaço da imprensa: a corporação. Isto porque “o lugar de enunciação ocupado pelo jornalismo deve ser analisado do ponto de vista institucional, mais do que como o lugar reservado a uma ação individual *do jornalista*” (BENETTI, 2008, p. 21).

Na direção do interesse público e da relevância social, o jornalismo deveria cumprir outras funções secundárias nas sociedades democráticas, como vigiar o exercício do poder e contribuir para a construção da cidadania. No entanto, o cinismo (KARAM, 2004) que cerca os interesses institucionais de quem detém o ‘poder de dizer’ geralmente impede, ou pelo menos inibe, o cumprimento dessas finalidades. Ao contrário, o jornalismo é muitas vezes utilizado para forjar um consenso social a respeito de temas e modos de ver o mundo, construindo uma visão hegemônica que pouco pode ter a ver com os interesses do cidadão ou com a complexidade social (HALL et al., 1993) (BENETTI, 2008, p. 22).

Neste sentido, considerando o ponto de vista institucional, faz-se necessário, em nossa investigação, dissertar sobre a empresa jornalística que detém o poder da enunciação no caso analisado.

2.3 ZERO HORA E AS ESPECIFICIDADES DO JORNAL IMPRESSO

Um dos jornais impressos mais vendidos do Brasil, Zero Hora é um veículo do Grupo RBS, com sede em Porto Alegre. Ao lado de ZH, o conglomerado detém ainda outros dois impressos: o *popular* Diário Gaúcho, também editado em Porto Alegre; e o jornal Pioneiro, direcionado à região serrana do estado. Há ainda os portais de notícias GaúchaZH (ou GZH) e ClicRBS, a RBS TV (afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Sul) e as rádios Gaúcha, Farroupilha, Atlântida, 92 e 102.3.

Criado em 1964, Zero Hora é um dos poucos jornais impressos diários ainda existentes se considerarmos apenas os veículos editados nas três capitais da Região Sul do Brasil. Em Curitiba, a Gazeta do Povo virou revista semanal em junho de 2017 – mesmo formato adotado pelo Diário Catarinense, de Florianópolis, em outubro de 2019. Desde o advento da internet, fala-se sobre a possível “morte” do jornal impresso. O fato é que isso não ocorreu: além dos jornais, as revistas seguem existindo. Uma vez que não é o intento de nossa pesquisa investigar esse processo, não adentraremos profundamente nesta questão. Poderíamos conjecturar, muito brevemente, sobre uma volta aos hábitos de leitura anteriores, em que o contato com o papel signifique um momento mais introspectivo ou de desconexão com a pulverização de informações proporcionadas pelos meios digitais; ou um movimento de retorno às mídias mais tradicionais, levando em consideração o advento das fake news na internet.

A resistência do jornal impresso pode ser analisada, teoricamente, ao considerarmos as especificidades desse tipo de mídia. Conforme Charaudeau (2015), a eficiência do impresso estaria na profundidade com que aborda suas pautas, incluindo “análises e comentários”, “editoriais”, “tribunas e reflexões” e “crônicas”; colocando os acontecimentos “em perspectiva” e indagando “sobre as [suas] prováveis consequências” (CHARAUDEAU, 2015, p. 114). Seguindo esse raciocínio, podemos pensar que o leitor de ZH prefere valorizar “a atividade de conceitualização” (idem, p. 113) dos acontecimentos em detrimento da instantaneidade proporcionada pela ambiência digital. Aqui é pertinente citarmos uma pesquisa de Orsatto (2020), que comparou edições impressas do jornal O Paraná referentes ao mês de abril de 2009 e de abril de 2019. Articulando com o tema dos gêneros jornalísticos, a pesquisadora observou que as edições de 2019 contêm mais *reportagens* do que as edições de 2009, que centravam-se no gênero *notícia* – o que permite notarmos que o que restou à mídia impressa foi a análise de temas mais amplos do que simplesmente noticiar fatos isolados, trabalho este absorvido pelo meio digital.

Ao mesmo tempo, é fato que o Grupo RBS já se prepara para uma possível mudança, se levarmos em consideração uma fala da vice-presidente de Produto e Operações do grupo, Andriara Petterle: “O futuro do jornalismo local [...] passará por uma migração importante para assinaturas digitais. O hábito de todos os públicos está mudando e consumir notícias especialmente pelo celular será uma realidade. O RS já está na frente de muitos países” (GAÚCHAZH, 2019, p. 16).

Enquanto isso, Zero Hora segue sua trajetória efetuando alterações no projeto visual, mas que também envolvem a linha editorial. Em 2019, o diário passou por uma nova renovação nesse sentido. Na Carta do Editor da edição de 6 e 7 de julho (edição de final de semana), o editor Carlos Etchichury anunciou a reformulação, que seria executada nos dias seguintes. A partir do texto é possível perceber alguns posicionamentos do veículo.

O editor destacou a chegada do “escritor e economista liberal Rodrigo Constantino” ao time de colunistas, para “escrever sobre o cenário nacional” (ETCHICHURY, 2019, p. 4). Em 11 de julho, já com as mudanças implementadas, ZH apresentou o currículo do novo colunista da seguinte forma: “Presidente do conselho do Instituto Liberal e membro-fundador do Instituto Millenium. [...] Agraciado com o Prêmio Libertas em 2009, no 22º Fórum da Liberdade. É autor de cinco livros, entre os quais *Esquerda Caviar*, *Privatize Já* e *Economia do Indivíduo*” (NOVOS, 2019, p. 8). Considerando que não há nenhum colunista no jornal abertamente alinhado à esquerda, a decisão de inserir um economista de viés liberal contrasta com a premissa de pluralidade, evocada pelo editor de ZH ao informar as mudanças no projeto do jornal, conforme o texto abaixo.

Ao longo do trabalho, [...] concebemos seis premissas que, acreditamos, estarão materializadas no jornal que passaremos a entregar:
Conexão: valorizar a participação do leitor.
Transparência: por que fazemos, como fazemos, como acompanhamos os fatos, por que voltamos a eles.
Pluralidade: mais opiniões, mais vozes.
Leveza: conteúdos em colunas e reportagens capazes de contrabalançar o natural peso da pauta diária.
Praticidade: conectar com conteúdos do digital sem perder o DNA papel, gerando ganhos de organização, otimização de tempo e espaço para o leitor.
Interatividade: uso intensivo de remissões para qualificar a navegação no flip pelos assinantes digitais (ETCHICHURY, 2019, p. 4).

Essas premissas se articulam com alguns paradigmas do discurso jornalístico, especialmente em relação ao ideal de pluralidade. Conforme apontado por Benetti (2008), no

entanto, é preciso considerar que as empresas jornalísticas são instituições que têm seus interesses, e que isso reverbera na escolha das vozes (ou fontes) escolhidas para fazer o enquadramento dos acontecimentos. No caso do novo colunista de economia, é possível considerarmos o alinhamento de ZH à pauta neoliberal do governo Bolsonaro.

Esta pluralidade é problemática, também, ao considerarmos os editoriais dos jornais impressos, notadamente espaços de posicionamento desses veículos. Em relação ao discurso neoliberal, novamente, destacamos o editorial abaixo, exemplo de texto em que ZH manifesta sua opção pela privatização de empresas estatais.

Empresas como a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), a Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e a Sulgás prestam-se mais para nomeações e jogos políticos de acordo com os partidos no poder. [...] A privatização e a retomada de investimentos teriam potencial para abrir novas oportunidades internas e externas, além de interromperem a sangria dos cofres públicos (O INTERESSE, 2019, p. 18).

Mais uma vez, observamos aqui um desalinhamento entre o discurso da linha editorial expressamente falada, e o discurso argumentativo de posicionamento do jornal sobre determinado tema. Podemos considerar também outro depoimento que ilustra essa situação. Diretora de Jornalismo de Jornais e Rádios do Grupo RBS, Marta Gleich falou, em carta ao leitor, alguns procedimentos de trabalho de ZH.

[...] checamos toda informação com fontes sérias antes de publicá-las. **Ouvimos todos os lados de uma questão.** Trabalhamos incansavelmente em busca da verdade. [...]

Não há interesses ocultos por trás das publicações. Não cedemos a pressões de governos, de anunciantes, de fontes, por mais poderosas ou influentes que possam ser. Divulgamos notícias de interesse público, lutando pelo direito dos cidadãos à informação. [...]

Selecionamos, entre milhares de assuntos, aqueles que são mais relevantes para a sua vida – isso faz parte do jornalismo profissional (GLEICH, 2019, p. 4, grifo nosso).

A pluralidade de vozes evocadas pelo veículo não é assim tão diversa. O alinhamento ao mesmo viés político-econômico de Bolsonaro e o posicionamento abertamente favorável às privatizações já abrem caminhos para o questionamento de tal premissa. Se o jornal impresso tem por diferencial a profundidade com que aborda os temas do cotidiano, e considerando o papel do campo jornalístico enquanto agente legitimador das instituições sociais, nos

perguntamos quais estratégias são acionadas por ZH quando o veículo agenda as Universidades Federais. Conforme colocado pela diretora de Jornalismo do Grupo RBS, a seleção dos assuntos dialoga com a concepção de *jornalismo profissional*. Seleção nos remete a enquadramentos – o que nos leva à metodologia de nossa pesquisa.

3 PERSPECTIVA METODOLÓGICA DA PESQUISA

Este capítulo apresenta as principais concepções teórico-metodológicas sobre os estudos de enquadramento, a partir de autores tanto do Brasil quanto de outros países em diferentes períodos. Destacamos nossa escolha pelo método de análise, a partir da proposta de Gamson (1981; 1989), Lasch (1981) e Modigliani (1989). Em seguida, explicamos a sistematização do método de análise, seguida pelo detalhamento do corpus de Zero Hora que será analisado.

3.1 A TEORIA DO ENQUADRAMENTO

Ao interpretar, significar, transformar e (re)construir, a imprensa utiliza estratégias discursivas que passam por escolhas, uma vez que, conforme Charaudeau (2015, p. 96), os “fenômenos só adquirem existência significativa através da percepção-captura-sistematização-estruturação que deles faz um sujeito linguageiro”. Dentro das teorias da comunicação, os estudos de enquadramento fazem exatamente esse tratamento das estratégias discursivas, a partir de elementos designados como *frames* ou quadros de significação.

Na imprensa, estratégias de saliência e posicionamento podem ser analisadas em cada elemento de uma página de jornal, enquadrando a realidade nas rubricas ou editorias, nos títulos, subtítulos, enfim, até o esgotamento total de sua estrutura. Entman (1993) afirma que os quadros se “manifestam pela presença ou ausência de determinadas palavras, frases em estoque, imagens estereotipadas, fontes de informação e frases que fornecem tematicamente grupos de fatos ou julgamentos” (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa). Nos estudos de enquadramento aplicados à comunicação de massa, Scheufele (1999) defende que é preciso visualizá-los como um modelo de processo, fazendo uso da construção e configuração de quadros temáticos.

Este entendimento está no cerne do que coloca o sociólogo Erving Goffman, que desenvolveu as primeiras concepções sobre essa linha de investigação.

Segundo Goffman (1974), os enquadramentos são quadros de referência geral, construídos socialmente, que são acionados pelas pessoas para dar sentido aos eventos e às situações sociais. Para o autor, então, enquadrar envolve a organização da realidade, o que permite aos indivíduos “localizar, perceber, identificar e rotular um número aparentemente infinito de ocorrências concretas” (Goffman, 1974: 21). Dessa forma, os enquadramentos auxiliam as pessoas na própria ordenação da realidade percebida, na medida em que tornam cognoscíveis uma infinidade de

eventos que dificilmente seriam processados caso não se recorresse ao *framing* (VIMIEIRO; DANTAS, 2009, p. 2).

O raciocínio de Goffman teve origem na sua teoria sobre o modo como os indivíduos percebem e vivenciam suas experiências sociais, a partir de “quadros primários”: esses quadros são resultados da “reserva de conhecimento tomada como certa acerca da realidade” (NUNES, 1993, p. 37). Em suas análises, Goffman utilizava muito a dramaturgia. Uma peça de teatro seria a ilustração ideal: cada peça é uma moldura das situações cotidianas. No palco, vimos atores enquadrando a realidade social sob determinada perspectiva. É interessante também pensarmos em um tribunal de julgamento, quando defesa e acusação operam enquadramentos de desacordo – cada lado tentando representar os fatos conforme lhes convêm.

A teoria sociológica de Goffman mostrou-se pertinente como perspectiva metodológica para os estudos na área da Comunicação. Entman (1993) defende que a organização da experiência a partir de quadros pode ser apropriada para auxiliar na legitimidade da área, uma vez que o autor considera que o mérito da Comunicação está em valer-se de insights e teorias advindas de outras disciplinas, como é o caso da sociologia. Diz o autor: “qualquer que seja seu uso específico, o conceito de enquadramento oferece uma maneira de descrever o poder de um texto de comunicação” (ENTMAN, 1993, p. 51, tradução nossa).

A partir do enquadramento, “a mídia é vista numa relação circular com as dinâmicas sociais” (VIMIEIRO; DANTAS, 2009, p. 2). Esse entendimento dialoga com o que colocamos anteriormente, ao apresentar os atravessamentos entre os campos jornalístico, político e científico. Neste sentido, a mídia, ou o jornalismo no caso do nosso enfoque, é parte da estrutura da sociedade, afetando e sendo afetado pelos demais campos. Os sujeitos constroem enquadramentos do mundo conforme suas experiências, incluindo aí as informações que consomem dos veículos de comunicação. Nessa interface, podemos dizer que sujeitos constroem os enquadramentos no jornalismo para, depois, construírem os seus próprios *frames*.

Este entendimento está na base no Construtivismo, linha de pensamento trabalhada por Berger e Luckmann e que compreende que a realidade social “constrói’ e é ‘construída’ pelos indivíduos, como resultado de processos subjetivos e objetivos” (CORRÊA BATISTA, 2017, p. 44). Pensar no jornalismo como construtor da realidade social a partir de quadros de

significação é problematizar os tradicionais ditames do campo de produção das notícias, que preconiza a objetividade e a imparcialidade. Ainda que a pesquisa acadêmica tenha clarificado e/ou superado essas armadilhas dos manuais de redação, é possível ouvir ecos dessas premissas nos discursos de defesa das organizações empresariais jornalísticas. A perspectiva do enquadramento, desta forma, é mais uma das diferentes correntes teórico-metodológicas que colocam em xeque antigos conceitos da área.

Porto (2002) cita a compreensão de Robert Hackett sobre esta questão: faltando ou existindo imparcialidade e objetividade, o jornalismo ainda corre o risco de operar em uma “matriz ideológica [...] composta por um conjunto de regras e conceitos (uma ‘estrutura profunda’) que são ativados pelos jornalistas, nem sempre de forma consciente” (PORTO, 2002, p. 2). Tal estrutura nada mais é que os enquadramentos operados no jornalismo, definidos como “recursos que organizam o discurso através de práticas específicas (seleção, ênfase, exclusão, etc.) e que acabam por construir uma determinada interpretação dos fatos” (PORTO, 2002, p. 6).

Vimieiro e Dantas (2009) colocam que a análise dos quadros precisa considerar a relação entre mídia e vida social. Essa é uma das razões pelas quais optamos pelos estudos de enquadramento como metodologia de nossa pesquisa: além de nos fornecer as representações, saliências e silenciamentos das Universidades Federais no jornal analisado, o método coloca a premissa de adentrar no contexto que permeia tais instituições, conforme fizemos nos capítulos anteriores.

Acreditando que a definição de pressupostos e a transparência dos elementos a serem considerados como parâmetros para cada investigação é o que garantirá a validade da pesquisa, situamos como conceituação de enquadramento jornalístico, para a nossa dissertação, o seguinte:

Enquadramento envolve essencialmente seleção e projeção. Para enquadrar é preciso selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais evidentes em um texto comunicativo, de modo a promover a definição de problemas particulares, interpretação causal, avaliação moral e/ou tratamento recomendado para o item descrito. Normalmente, os *frames* diagnosticam, avaliam e prescrevem [...] (ENTMAN, 1993, p. 52).

Nosso método de análise está ancorado em dois textos de William A. Gamson, cada um escrito em conjunto com outro autor. O primeiro, em coautoria com Kathryn Eilene Lasch,

trata da análise dos enquadramentos na imprensa norte-americana acerca do programa de bem-estar social implementado em 1969 nos Estados Unidos, durante a administração Nixon (GAMSON; LASCH, 1981). Tal programa teve seus defensores e seus críticos, estes últimos presentes especialmente no Congresso. Buscando identificar elementos do discurso político e midiático, os pesquisadores construíram uma matriz de análise baseada em dispositivos simbólicos, acionados para evidenciar diferentes interpretações do tema em questão.

Os dispositivos foram agrupados, primeiramente, em “pacotes interpretativos” (GAMSON; LASCH, 1981), que apresentam uma posição acerca do tema: alguns mais propensos a apoiar o programa implementado por Nixon, outros mais críticos, outros que apoiam com ressalvas, e assim por diante.

O segundo estudo de Gamson que utilizaremos foi publicado em 1989 com Andre Modigliani, utilizando a mesma matriz de análise do caso anterior (GAMSON; MODIGLIANI, 1989). O assunto enquadrado nesta pesquisa foi a questão da energia nuclear, a partir de material jornalístico coletado a partir de 1949.

O primeiro texto evidencia de forma mais específica a metodologia aplicada. Já o segundo nos oferece uma reflexão maior sobre mídia, política, discurso e opinião pública. Gamson e Modigliani (1989, p. 1) colocam que “toda questão política tem uma cultura”. Neste sentido, o discurso que o jornalismo produz sobre os rumos de um país auxilia nesse processo de construção da cultura política sobre um determinado tema, um programa governamental, uma área como educação ou saúde, etc.

A opinião pública é permeada por tal discurso, ainda que de forma relativa. Seja para mais ou para menos, o discurso construído pela imprensa pode direcionar os eventos políticos de uma nação e, em uma relação dialética, também é marcado por tais acontecimentos. Conforme os desdobramentos de um tema, o discurso dos veículos de comunicação vai produzindo interpretações, significados e maneiras de compreender o mundo. Para Gamson e Modigliani (1989, p. 1), o papel das mídias é “central no enquadramento de assuntos para o público”.

O discurso é permeado por disputas simbólicas de natureza diversa, que incluem quem tem o poder da fala em determinado tema, quais os espaços que cada ator ou instituição dominam nos veículos de comunicação, quais as interpretações mais evidenciadas pelos jornalistas, etc. Essas disputas simbólicas, na metodologia empregada pelos autores, são tratados também como “pacotes interpretativos” (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, p. 2).

Cada pacote tem um núcleo, uma estrutura dominante, logo, um enquadramento. Os pacotes possuem elementos ou dispositivos simbólicos que, juntos, conferem um ordenamento comum para as ideias principais do material analisado. Os autores destacam, ainda, que os pacotes não se resumem a apresentar posições contrárias ou favoráveis a determinado tema: é preciso considerar a ambivalência do conjunto.

Os dispositivos simbólicos são divididos entre “dispositivos de enquadramento” e “dispositivos de justificação” (GAMSON; LASCH, 1981, p. 2-3). Os dispositivos de enquadramento servem para organizar e sintetizar as ideias mais proeminentes em cada texto midiático, auxiliando na compreensão dos eventos em questão. Já os dispositivos de justificação analisam as causas e as consequências imbricadas no tema analisado, e, ainda, apresentam valores (sociais, morais, éticos) que sustentam determinados discursos.

Os dispositivos de enquadramento e de justificação são divididos em “elementos de assinatura” (GAMSON; LASCH, 1981, p. 4) – as últimas microestruturas do modelo que servirão como técnica para a identificação dos enquadramentos. Apresentamos elas a seguir.

1. *Metáforas*. São utilizadas para melhorar a compreensão do leitor sobre uma ideia. Gamson e Lasch (1981) explicam que há uma vinculação entre o assunto principal e o assunto associado. A metáfora seria a relação entre o assunto trabalhado na matéria e o assunto/tema que e o texto acionou para explicá-lo. Como exemplo, podemos lembrar o comentário do reitor de uma determinada Universidade Federal ao ironizar a acepção do ministro da Educação de que nas UFs haveria gente andando pelada: “Só se for pela falta de salário, todo mundo anda meio pelado mesmo”.

2. *Exemplos*. “Enquanto as metáforas dependem de eventos imaginados para enquadrar o assunto principal, eventos reais do passado ou do presente são frequentemente usados para o mesmo objetivo” (GAMSON; LASCH, 1981, p. 4). Para ilustrar este elemento, podemos recorrer a uma fala do ministro da Educação quando indagado sobre o que ele imaginava ser bagunça em uma UF: “Sem-terra dentro do campus, gente pelada dentro do campus”.

3. *Frases de efeito*. As frases de efeito resumem ou tentam sintetizar o enquadramento geral em uma única afirmação. São chamadas também de slogans. Um exemplo: “ensino público, gratuito e de qualidade”.

4. *Representações*. Descrevem ou caracterizam um assunto principal de maneira específica. Após uma leitura preliminar das matérias mapeadas, propomos a criação de quatro

categorias, que poderão ser revistas e aprimoradas durante nosso percurso investigativo. São elas: a) representações dos objetivos, da missão e do trabalho desenvolvido pelas UFs em ensino, pesquisa e extensão; b) representações das UFs como campo científico e fonte de informação; c) representações dos estudantes das UFs; e d) representações dos servidores (docentes e TAEs).

5. *Imagens visuais*. Ícones, fotografias, desenhos ou ilustrações que sugerem o significado e o enquadramento de um assunto.

6. *Causas*. Primeiro dos três elementos de justificação, as causas, conforme os autores, dizem respeito à “dinâmica causal subjacente à faixa de eventos” analisada (GAMSON; LASCH, 1981, p. 5). Apresentam a raiz do assunto, o motivo de tal acontecimento.

7. *Consequências*. Os enquadramentos podem evidenciar as possíveis consequências das tomadas de posição – a curto, médio e longo prazo.

8. *Apelos a princípios*. Valores e preceitos morais são elementos que também se encontram nas justificativas de opiniões e/ou tomadas de decisão, especialmente em assuntos da pauta política.

Considerando que as imagens visuais do nosso corpus são majoritariamente fotografias, faremos a análise desses elementos com base em Barthes (2000), mais especificamente no texto *A mensagem fotográfica*. Para o autor, a fotografia de imprensa é uma mensagem sem código, que se comunica não de forma isolada, mas acompanhada do texto. A fotografia “é um objeto trabalhado, escolhido, composto, construído, tratado segundo normas profissionais, estéticas ou ideológicas” (BARTHES, 2000, p. 328) - a mensagem fotográfica impõe um sentido através de tais esquemas de produção.

Barthes (2000) apresenta seis processos de conotação da fotografia. São eles: trucagem, pose, objetos, fotogenia, estetismo e sintaxe. A trucagem ocorre por meio de truques artificiais que intervêm na credibilidade daquele que lê a fotografia. A pose, muito utilizada em fotos de perfis, confere atitudes estereotipadas aos fotografados, conforme efeitos de significação. Objetos induzem a associações de ideias (exemplo: biblioteca-intelectual). A fotogenia utiliza técnicas de iluminação, embelezamento e impressão, em um processo quase que artístico. O estetismo, por sua vez, é quando “a fotografia se faz pintura” (BARTHES, 2010, p. 332), querendo ela mesma significar uma arte. Finalmente temos a sintaxe, que consiste na identificação de várias fotografias que estão em sequência, oferecendo a ideia de encadeamento.

Necessário apontar que nem todos os textos jornalísticos são passíveis de serem classificados em todas as categorias, assim como um mesmo trecho do texto pode estar em dois ou mais eixos (por exemplo, em *consequências e representações*).

3.2 SISTEMATIZAÇÃO DO MÉTODO DE ANÁLISE

O mapeamento das matérias de Zero Hora inicia com a leitura da edição impressa do jornal, disponibilizada aos assinantes de forma online, em uma área do portal Gaúcha ZH. Fazemos a leitura do jornal buscando textos⁴⁴ que citam as Universidades Federais. As páginas que contêm os textos são salvas em formato PDF.

O passo seguinte é a tabulação de cada texto em categorias que indicam o assunto mais saliente. Este procedimento, sugerido pela banca no exame de qualificação, mostrou-se eficaz para um melhor enfoque em relação ao recorte do corpus. Mais ainda, os enquadres da tabulação nos forneceram novos elementos de análise.

A terceira etapa é a identificação dos enquadramentos de duas matérias da categoria mais preponderante em cada mês, conforme o modelo abaixo.

Quadro 1 – Protocolo de análise.

Título do texto/editoria, seção ou caderno:	Data da edição:
DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO	
Metáforas	
Exemplos	
Frases de efeito	
Representações	Representações dos objetivos, da missão e do trabalho desenvolvido pelas UFs em ensino, pesquisa e extensão: Representações das UFs como campo científico e fonte de informação: Representações dos estudantes das UFs: Representações dos servidores (docentes e TAEs):
Imagens visuais	

⁴⁴ Utilizamos a palavra *texto* para nos referir a matérias, reportagens, notas e demais gêneros textuais do jornalismo, evitando, assim, acionamentos incorretos desses termos, que têm seu próprio espaço nas pesquisas em comunicação.

DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	
Causas	
Consequências	
Apelos a princípios	

Fonte: autoria nossa, com base em Gamson e Lasch (1981).

A partir da verificação dos enquadramentos mais recorrentes e salientados nos textos de Zero Hora, podemos analisar como o veículo jornalístico participa da (des)legitimação das Universidades Federais.

3.3 SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CORPUS

Nosso corpus de análise é composto por todas as edições de Zero Hora publicadas entre os meses de janeiro e junho dos anos de 2019 e 2020, compreendendo o primeiro e o terceiro semestre do governo Bolsonaro. O terceiro semestre foi incluído para verificarmos a reorganização dos campos em análise, com o acontecimento da pandemia de covid-19.

Após a leitura de dois meses de edições, optamos por excluir algumas editorias, seções e cadernos, por dois motivos: primeiro, por considerarmos que alguns espaços do jornal são mais voltados ao entretenimento e não fornecem citações relevantes para os objetivos do nosso estudo. A simples leitura das páginas dessas editorias e cadernos resultava em pouco material para análise e consumia um tempo que poderia ser investido de forma mais qualificada em outros detalhes da pesquisa.

Assim, foram excluídos os cadernos temáticos de arquitetura e decoração (*Casa & Cia.*); de gastronomia (*Destemperados*); de turismo (*Viagem*); além dos Classificados. Do caderno semanal *Campo e Lavoura*, excluimos os indicadores econômicos do setor agropecuário, mesmo que a fonte dos dados seja o Núcleo de Estudos em Sistemas de Produção de Bovinos de Corte e Cadeia Produtiva (Nespro) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Da coluna Almanaque Gaúcho, excluimos as três notas que citam o que foi noticiado na capa de ZH há 30, 40 e 50 anos. O obituário, a editoria de esportes e o espaço destinado aos comentários de leitores também não foram mapeados. Do Segundo Caderno, optamos por excluir a programação de TV e cinema e também os quadrinhos. Mesmo caso do horóscopo e das cruzadinhas. Todo o restante do jornal foi analisado.

Como critério para análise das chamadas nas capas e contracapas do jornal e de seus cadernos, partimos da necessidade de que elas fizessem referência às UFs. Por exemplo: na edição de 1º de junho de 2020, uma das chamadas na capa foi: “Coronavírus não terá pico em 60 dias, prevê governo do RS”. A chamada é referente à matéria da página 16, que, por sua vez, traz no texto o depoimento de um professor da UFSM. Logo, analisamos a matéria, mas não a chamada.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Com a leitura das edições de Zero Hora do primeiro semestre de 2019 e do primeiro semestre de 2020, chegamos ao total de 1.329 textos sobre as Universidades Federais, que foram tabulados em 19 categorias. Devido ao número de páginas, a tabulação foi disponibilizada em um arquivo à parte para os membros da banca, via e-mail. A seguir, descrevemos quais as categorias identificadas.

1) *Ameaças à instituição ou à comunidade universitária*: reúne textos em que tanto a estrutura da universidade como os membros da comunidade acadêmica são acionados enquanto vítimas de violências. Dois exemplos: a ameaça de bomba em um dos campi da UFRGS e a hostilidade com que pesquisadores foram recebidos enquanto trabalhavam em estudo coordenado pela UFPel.

2) *Concursos públicos*: reúne textos sobre concursos e outros processos seletivos para servidores das UFs.

3) *Condições de acesso e permanência*: reúne textos que abordam aspectos positivos ou negativos referentes às condições de acesso e permanência nas UFs. Um exemplo é a questão das leis de cotas.

4) *Corpo docente de destaque*: reúne textos que evidenciam os professores das UFs de forma positiva. Por exemplo, como referência em uma área específica de pesquisa, ou quando conquistam algum prêmio.

5) *Corrupção de membros da comunidade universitária*: reúne textos que acionam servidores ou estudantes como prováveis agentes de corrupção.

6) *Covid-19: explicações, orientações, consequências e ações de enfrentamento*: textos que conectam as UFs e a pandemia do novo coronavírus.

7) *Egressos em destaque*: nesta categoria estão os textos que mencionam egressos das UFs, tanto de forma positiva quanto negativa.

8) *Egressos enquanto fontes*: textos que destacam egressos das UFs como fontes de informação.

9) *Ensino, pesquisa ou extensão*: a categoria agrega textos que evidenciam o trabalho das Universidades Federais no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.

10) *Estudantes em destaque*: textos que destacam os estudantes das UFs, tanto de forma positiva quanto negativa.

11) *Estudantes enquanto fontes*: textos que destacam os estudantes das UFs como fontes de informação.

12) *Eventos culturais*: textos sobre eventos culturais promovidos ou apoiados pelas UFs e/ou membros da comunidade universitária.

13) *Instituição de excelência*: textos que destacam as UFs como instituições de excelência. Por exemplo, aqueles que abordam rankings de produção científica.

14) *Localização geográfica*: reúne textos em que as UFs aparecem apenas como um ponto de referência espacial.

15) *Processos seletivos de ingresso*: o principal exemplo desta categoria está na menção de vestibulares ou do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

16) *Publicações de editoras universitárias*: textos em que são evidenciadas obras publicadas pelas editoras das UFs.

17) *Servidores enquanto fontes*: textos que destacam docentes ou técnicos-administrativos das UFs como fontes de informação.

18) *Tensionamentos entre UFs e campo político*: textos que abordam as UFs em problemáticas com o campo político. Um dos exemplos é a questão dos cortes orçamentários.

19) *Trâmites, processos e burocracia institucional*: textos que evidenciam ações do âmbito normativo das universidades. Por exemplo, notícias sobre candidaturas de docentes à reitoria.

A criação das categorias foi feita a medida que percebíamos destaques recorrentes nos textos. Não raro, algumas vezes tínhamos que refazê-las durante o percurso da leitura das edições de ZH, em um movimento de constante aperfeiçoamento. Como exemplo citamos a categoria *Servidores enquanto fontes*. Inicialmente ela foi criada com o nome de *Corpo docente enquanto fonte*. Depois, porém, apareceram depoimentos de técnicos-administrativos das UFs, fazendo com que ampliássemos o nome da categoria.

Outra observação necessária a se fazer é a de que um mesmo tema abordado em diferentes textos pode apresentar categorias diversas de acordo com o texto. Para exemplificar, citamos o caso das matérias sobre a pesquisa de uma UF que analisou a mortandade de abelhas no Rio Grande do Sul. Há textos em que a pesquisa em si é mais evidenciada. Essas matérias foram tabuladas na categoria *Ensino, pesquisa ou extensão*. Porém, também há textos em que a pesquisa é citada de forma muito breve, mas que um dos professores envolvidos no estudo explica, em vários momentos do texto, as possíveis causas

da mortandade. A ênfase na palavra do professor nos levou a categorizar o texto como *Servidores enquanto fontes*. Este raciocínio, de ênfases e destaques, articula-se com a perspectiva teórico-metodológica dos enquadramentos jornalísticos.

Abaixo apresentamos as categorias de textos mais salientes no primeiro semestre de 2019 (Tabela 1) e no primeiro semestre de 2020 (Tabela 2).

Tabela 1 - Tabulação dos textos de 2019

CATEGORIA	QUANTIDADE DE TEXTOS
Servidores enquanto fontes	168
Tensionamentos entre UFs e campo político	100
Ensino, pesquisa ou extensão	92
Eventos culturais	62
Egressos em destaque	40
Corpo docente de destaque	38
Localização geográfica	37
Processos seletivos de ingresso	30
Instituição de excelência	20
Estudantes em destaque	15
Egressos enquanto fontes	8
Condições de acesso e permanência	6
Corrupção de membros da comunidade universitária	6
Ameaças à instituição ou à comunidade universitária	5
Estudantes enquanto fontes	5
Concursos públicos	3
Publicações de editoras universitárias	3
Trâmites, processos e burocracia institucional	1
TOTAL DE TEXTOS	639

Fonte: O autor (2021).

Tabela 2 - Tabulação dos textos de 2020

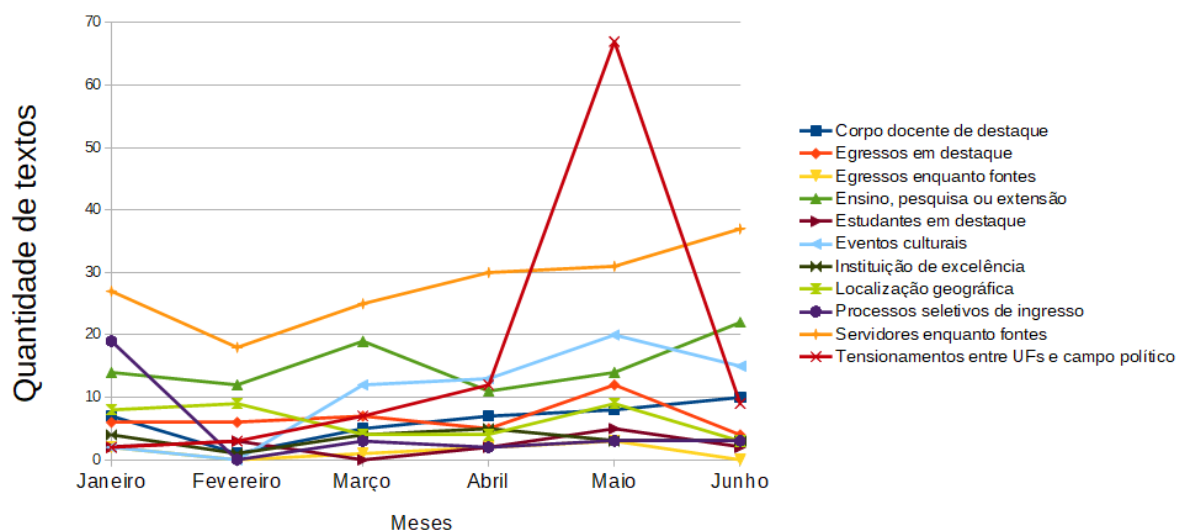
CATEGORIAS	QUANTIDADE DE TEXTOS
Covid-19: explicações, orientações, consequências e ações de enfrentamento	284
Servidores enquanto fontes	141
Ensino, pesquisa ou extensão	59

Egressos em destaque	32
Localização geográfica	30
Corpo docente de destaque	29
Tensionamentos entre UFs e campo político	23
Estudantes em destaque	19
Eventos culturais	16
Egressos enquanto fontes	15
Estudantes enquanto fontes	12
Processos seletivos de ingresso	12
Trâmites, processos e burocracia institucional	8
Instituição de excelência	6
Ameaças à instituição ou à comunidade universitária	4
TOTAL DE TEXTOS	690

Fonte: O autor (2021).

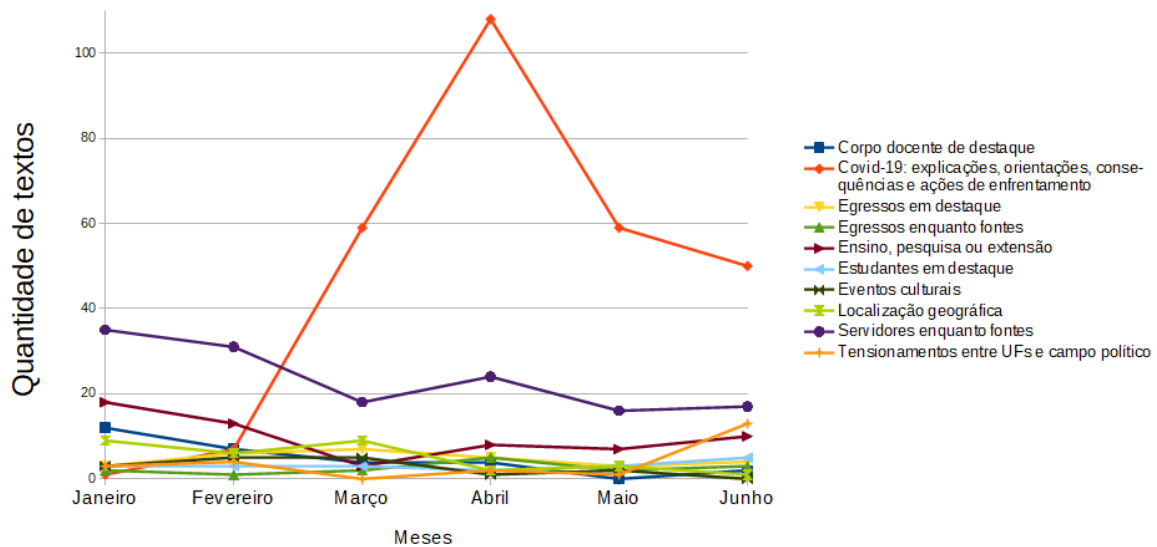
Também elaboramos dois gráficos que apontam a trajetória, por mês, das dez categorias mais salientes do primeiro semestre de 2019 (Gráfico 1) e do primeiro semestre de 2020 (Gráfico 2).

Gráfico 1. Trajetória das dez categorias mais salientes do 1º semestre de 2019.



Fonte: O autor (2021).

Gráfico 2. Trajetória das dez categorias mais salientes do 1º semestre de 2020.



Fonte: O autor (2021).

Dos seis meses de 2019 que foram analisados, cinco apresentam como enquadramento preferencial a categoria *Servidores enquanto fontes*. O diferencial ficou por conta do mês de maio, em que o enquadramento prioritário foi *Tensionamentos entre as Universidades Federais e o campo político*.

A primeira categoria, *Servidores enquanto fontes*, apresenta textos que acionam professores e técnicos-administrativos como sujeitos capazes de explicar, comentar e analisar diferentes temas, de acordo com suas áreas de conhecimento. Em janeiro de 2019, por exemplo, observamos dois assuntos bastante salientados por Zero Hora: a posse de Jair Bolsonaro e pautas relacionadas ao verão. No primeiro caso, é possível citar a participação de cientistas políticos, acionados por ZH para comentarem as primeiras ações do novo presidente. Já em relação ao verão, o veículo acionou os servidores para comentarem temas como cuidados na praia (a questão das queimaduras ocasionadas por águas-vivas, o aparecimento de animais marítimos na orla, etc) ou a forma com que o nosso corpo lida com as temperaturas mais elevadas do ano.

Este enquadramento dos servidores enquanto fontes mostrou uma preponderância do corpo docente em comparação aos técnicos-administrativos – isto para todas as matérias analisadas, tanto em 2019 quanto em 2020. Os textos deste *frame* não destacam a atuação das UFs em seu trabalho de ensino, pesquisa ou extensão. Eles estão concentrados em acionar especialistas para comentarem os acontecimentos pautados. De qualquer forma, ao colocar em evidência os servidores, Zero Hora acaba por visibilizar o campo científico como importante esfera para a compreensão da realidade que nos cerca. A ênfase não está na tríade que perpassa o trabalho da instituição universitária (ensino, pesquisa ou extensão) - porém, as UFs aparecem como marcadores nas fontes consultadas. O jornal poderia ter acionado os servidores apenas enquanto profissionais de suas áreas: o biólogo, o sociólogo, o engenheiro, etc. Mas ZH faz questão de dizer que são profissionais que atuam em alguma Universidade Federal. Em um primeiro momento, pode parecer que ZH legitima as UFs ao fazer esse acionamento do corpo docente. No entanto, defendemos que o veículo, ao trazer para suas páginas os especialistas das instituições universitárias, opera uma estratégia para sua própria legitimação. O campo jornalístico é uma das diversas esferas que se encontra descredibilizada pelos atuais agentes do campo político. Zero Hora, veículo tradicional e de longa data, é mais uma organização entre tantas que tenta sobreviver neste contexto. Chamar o campo científico para comentar os acontecimentos nada mais é que uma atitude para validar e ratificar as velhas premissas de credibilidade de uma área que também é questionada na atualidade – assim como as UFs.

O segundo enquadramento mais preponderante em 2019 foi o dos tensionamentos das universidades com o campo político. É interessante perceber que essas problemáticas iniciaram já no primeiro mês do governo Bolsonaro, ainda que com apenas dois textos. Mas este número foi crescendo: em fevereiro para 3; em março para 7; em abril, 12; em maio houve um salto para 67 menções; e, em junho, o número sofreu uma queda abrupta, para 9 citações (ainda assim, permaneceu entre os 5 enquadramentos mais salientes do mês).

O primeiro tema deste quadro, em janeiro, foi a cobrança de mensalidades nas UFs, defendida pelo ministro da Economia Paulo Guedes. Em fevereiro, o assunto voltou à pauta de ZH, desta vez salientando o mesmo posicionamento pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez. O jornal ainda evidenciou uma fala de Rodríguez, de que as universidades deveriam ser reservadas para uma certa elite intelectual. Ao mesmo tempo, o campo

jornalístico cobrava do novo mandatário do MEC quais seriam suas ações para a Educação brasileira como um todo (da educação infantil ao ensino superior).

Diferente de outras pastas, a nova gestão do MEC, segundo ZH, ainda não havia apresentado projetos. Problemáticas envolvendo o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Inep foram salientadas. Bolsonaro, em específico, se destacou quando, na edição de 11 de março, comentou que investigaria possíveis desvios de recursos nas UFs, sem entrar em detalhes. No dia 20 do mesmo mês, ZH abordou o decreto presidencial que extinguiu cargos, funções e gratificações na administração pública, evidenciando a situação das Universidades Federais localizadas no Rio Grande do Sul. No dia 30, uma das matérias tinha como título “Indefinições no governo paralisam educação”. Com o campo jornalístico evidenciando cada vez mais as crises do campo político com a educação, Bolsonaro anunciou a troca do ministro: saiu Rodriguez, entrou Abraham Weintraub. A partir daí, os tensionamentos entre governo e UFs ficaram ainda mais perceptíveis.

Com o anúncio dos primeiros cortes orçamentários do governo Bolsonaro às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), ZH explorou o assunto em várias dimensões. Os argumentos do MEC para justificar os cortes se alteravam dia após dia. Ainda assim, os enquadramentos mais favoráveis às UFs (como *Ensino, pesquisa ou extensão* e *Servidores enquanto fontes*) tiveram leve crescimento no número de citações em relação ao mês de abril. De qualquer forma, maio foi o mês de 2019 com o maior número de textos sobre Universidades Federais (175). Foram 67 enquadramentos sobre os tensionamentos, mais que o dobro do número de textos do segundo enquadre, *Servidores enquanto fontes* (31). Em resumo, a estratégia de ZH no mês de maio foi a de deslegitimação das UFs, conforme o veículo abordava os cortes orçamentários operados pelo governo. Em junho, os tensionamentos voltaram a apresentar queda, ficando em quinto lugar na tabulação.

Considerando os 19 enquadramentos presentes em 2019, a categoria *Ensino, pesquisa ou extensão*, que mostra com mais clareza o trabalho desenvolvido pelas UFs, ficou em terceiro lugar, abaixo dos tensionamentos.

Em relação às fontes que abordam as UFs, é interessante fazermos duas distinções: nos enquadramentos que mostram os tensionamentos, observamos, com maior ênfase, os agentes do campo político como críticos das universidades, enquanto os reitores foram acionados para contrapor esses discursos de deslegitimação. Logo, se não fossem as problemáticas causadas pelo governo, é de se questionar quando e em quais circunstâncias ZH daria espaço para a

defesa ou a importância das UFs, sejam esses argumentos colocados por reitores ou por quaisquer outras pessoas.

Nos demais enquadramentos, os professores foram mais salientados, no entanto, tratando das suas áreas de conhecimento, e não exatamente em discursos sobre o trabalho e/ou relevância das instituições.

Partindo para a tabulação do primeiro semestre de 2020, a categoria mais destacada foi *Covid-19: explicações, orientações, consequências e ações de enfrentamento*, com 284 textos. Em segundo lugar ficou *Servidores enquanto fontes*, com 141 textos. Enquadramentos sobre *Ensino, pesquisa ou extensão* ficaram, assim como em 2019, em terceiro lugar. Diferente de 2019, quando a categoria dos tensionamentos apareceu em segundo lugar, em 2020 ela ficou na sétima posição (de 100 textos no primeiro ano para 23 no segundo).

A pandemia do novo coronavírus permeou todas as edições de Zero Hora. Analisando a abordagem do veículo, é inegável que a visibilidade das Universidades Federais esteve atrelada ao acontecimento. Os enquadramentos de ZH destacaram as análises de pesquisadores e as ações de enfrentamento realizadas pelas UFs. Esta conexão legitima as universidades em diferentes âmbitos: seu protagonismo científico, a excelência do corpo docente, a preocupação em colocar sua estrutura intelectual a serviço da sociedade, etc. Porém, mais uma vez, essa abordagem de ZH pode ser vista como uma estratégia para sua própria legitimação enquanto veículo jornalístico. Nesta perspectiva, o campo científico *serve* ao campo jornalístico. Ao mesmo tempo, colocamos, como conclusão sobre este ponto, uma legitimação em dois fluxos: ZH legitimando as UFs e as UFs servindo para legitimar ZH.

Importante frisar que a categoria *Ensino, pesquisa ou extensão*, que ficou na terceira posição, teve menos textos em relação ao compilado de 2019 justamente porque as ações da tríade estiveram mais voltadas à pandemia. Ou seja: o enquadramento primordial de 2020 engloba o trabalho essencial da universidade pública.

A queda do número de textos sobre *Tensionamentos das UFs com o campo político* pode ser um reflexo desta saliência de Zero Hora no trabalho das instituições diante da pandemia. No entanto, mesmo em uma das maiores crises sanitárias e epidemiológicas da humanidade, o governo Bolsonaro manteve sua postura crítica às UFs e ao campo científico de maneira geral. O único mês de 2020 que não teve algum tipo de tensionamento foi março, que também é o primeiro mês em que a categoria da covid-19 ficou na primeira posição. De abril a junho, a quantidade de textos que conectam as UFs à pandemia foi reduzindo. Em

junho, último mês do levantamento, os tensionamentos voltaram a crescer, ocupando a terceira posição na tabela.

Observando os textos do primeiro semestre de 2020, é possível notar que as fontes acionadas para falar sobre as Universidades Federais foram bastante variadas. Colunistas do jornal, representantes de outras instituições e pesquisadores evidenciaram a importância das UFs no enfrentamento da pandemia. As fontes com um posicionamento negativo sobre as UFs, mais uma vez, estão no âmbito político – principalmente no governo federal.

Seguindo com os procedimentos de nossa investigação, o próximo passo foi a análise dos enquadramentos de duas matérias da categoria mais saliente de cada mês, conforme Tabela 3 e Tabela 4.

Tabela 3 – Enquadramentos preponderantes em 2019, por mês

MÊS	ENQUADRAMENTO PREPONDERANTE
Janeiro	Servidores enquanto fontes
Fevereiro	Servidores enquanto fontes
Março	Servidores enquanto fontes
Abril	Servidores enquanto fontes
Maior	Tensionamentos entre UFs e o campo político
Junho	Servidores enquanto fontes

Fonte: O autor (2021).

Tabela 4 – Enquadramentos preponderantes em 2020, por mês

MÊS	ENQUADRAMENTO PREPONDERANTE
Janeiro	Servidores enquanto fontes
Fevereiro	Servidores enquanto fontes
Março	Covid-19: explicações, orientações, consequências e ações de enfrentamento
Abril	Covid-19: explicações, orientações, consequências e ações de enfrentamento
Maior	Covid-19: explicações, orientações, consequências e ações de enfrentamento
Junho	Covid-19: explicações, orientações, consequências e ações de enfrentamento

Fonte: O autor (2021).

De posse dos dados acima, analisamos os dispositivos de enquadramento e os dispositivos de justificação, conforme o Protocolo de Análise (Quadro 1, p. 87). Optamos por escolher dois textos do enquadramento mais preponderante de cada mês. Observamos certo padrão nos dados extraídos, assim, acreditamos que a inclusão de um terceiro texto apenas mostraria uma repetição do que já foi identificado com dois textos.

Quadro 2 – Primeira análise do enquadramento prioritário de janeiro de 2019

<p>Título do texto/editoria, seção ou caderno: “Dois discursos, dois enfoques”. Notícias, p. 6.</p>	<p>Data da edição: 02/01/2019</p>
<p>DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO</p>	
<p>Metáforas</p>	<p>“o presidente Jair Bolsonaro fez dois discursos sob medida”</p> <p>“- Estou casando com vocês - brincou o chefe de Estado.”</p> <p>“Na segunda manifestação, na Praça dos Três Poderes, Bolsonaro dirigiu-se à massa de apoiadores. Repetiu mantras da campanha [...]”</p> <p>“- Foi um discurso feito sob medida para o eleitorado [...] - opina Daniel de Mendonça.”</p> <p>“Realizaremos reformas estruturantes, que serão essenciais para a saúde financeira [...]”</p> <p>“- A imprensa em peso, especialmente a internacional, chamou atenção para o discurso antidemocrático que ele sempre teve. [...] - diz Paulo Peres.”</p> <p>“Para Daniel de Mendonça, [...] Bolsonaro sabe que paira sobre ele ‘a nuvem da dúvida’, em razão de suas posições políticas. - Ele bateu nessa tecla para tentar dissipar essa nuvem – resume.”</p> <p>“[...] convoco, cada um dos congressistas, para me ajudarem na missão de restaurar e de reerguer nossa pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção [...]”</p> <p>“- [...] Aí você tem a luta do bem contra o mal [...] - pondera Schüler.”</p>
<p>Exemplos</p>	<p>“[...] a montagem do ministério seguiu lógica diferente da que vinha sendo adotada até então. - Não é um ministério de base partidária, nem para formar uma coalizão. [...] - analisa Fernando Schüler.”</p> <p>“Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerces da nossa sociedade.”</p>

	<p>“- [...] Aí você tem a luta do bem contra o mal, mais ou menos assim: nós, que representamos a retomada dos valores, podemos refundar a política. [...] - pondera Schüler.”</p> <p>“[...] críticas que marcaram a campanha e desconfiças que persistem. - A imprensa em peso, especialmente a internacional, chamou atenção para o discurso antidemocrático que ele sempre teve. E não me parece que mudou tanto assim. Basta ver a forma como os jornalistas foram tratados na posse - diz Paulo Peres.”</p>
Frases de efeito	<p>“- Estou casando com vocês - brincou o chefe de Estado.”</p> <p>“Nossa bandeira jamais será vermelha.”</p> <p>“[...] de Brasília para o Brasil [...]”.</p> <p>“[...] mais Brasil, menos Brasília [...]”.</p> <p>“[...] o governo não gastará mais do que arrecada [...]”.</p> <p>“[...] novos caminhos para um novo Brasil.”</p>
Representações	<p>Representações das UFs como campo científico e fonte de informação:</p> <p>“Ao fazer essa afirmação, avalia o cientista político Daniel de Mendonça, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Bolsonaro foi fiel ao discurso que marcou a campanha eleitoral.”</p> <p>“- A tendência é aumentar a pressão do Congresso. Não basta Bolsonaro dizer que a partir de agora tudo mudou, simplesmente porque ele quer. Ele tem ministros sem experiência na política, muitos militares e poucos cargos para distribuir entre os partidos. Ele também não pode continuar se relacionando apenas com as bancadas (temáticas). Pode ter dificuldades no futuro - projeta o cientista político Paulo Peres, da UFRGS.”</p> <p>“- Foi um discurso feito sob medida para o eleitorado, por quem construiu a carreira em cima de frases de efeito - opina Daniel de Mendonça.”</p> <p>“- A frase é vaga. Pode ser uma referência a um novo pacto federativo. Obviamente, há grande pressão dos governadores que estão assumindo, porque a situação é catastrófica - avalia Paulo Peres.”</p> <p>“- Bolsonaro fez um gesto claro aos antigos colegas, porque tem uma agenda que precisará de muitas alterações na legislação - resume Paulo Peres.”</p> <p>“- A imprensa em peso, especialmente a internacional, chamou atenção para o discurso antidemocrático que ele sempre teve. E não me parece que mudou tanto assim. Basta ver a forma como os jornalistas foram tratados na posse - diz Paulo Peres. Para Daniel de Mendonça, não há risco real à democracia, mas Bolsonaro sabe que paira sobre ele ‘a nuvem da dúvida’, em</p>

	razão de suas posições políticas. - Ele bateu nessa tecla para tentar dissipar essa nuvem - resume.”
Imagens visuais	Procedimento de conotação: Pose. Foto de Jair Bolsonaro em seu discurso na Câmara, falando ao microfone com uma folha de papel na mão. Bolsonaro está ao lado do presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Ao fundo se observa uma mulher em pé, outra sentada, e um homem com farda militar também sentado. A legenda da foto diz que o discurso durou “menos de 10 minutos”. Considerando que Bolsonaro está lendo o discurso e o enquadre da foto mostra o presidente segurando o papel, podemos pensar que a imagem apresenta um Bolsonaro ainda tateando com certo despreparo os rituais solenes inerentes ao cargo. Chama atenção, também, a expressão de Rodrigo Maia, como se este estivesse pensando sobre como seriam os próximos anos com Bolsonaro no poder.
DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	
Causas	“[...] ciente dos desafios que tem pela frente [...]” <i>[sobre o fato de o presidente “pedir apoio”]</i> “[...] objetivo claro de ‘reverberar nas mídias sociais’ - O objetivo era provocar impacto, engajamento, algo muito caro a Bolsonaro. [...] É uma retórica de mobilização”.
Consequências	“ <i>[o presidente]</i> pediu o apoio de deputados e senadores” “[...] Bolsonaro foi fiel ao discurso que marcou a campanha eleitoral”.

Fonte: O autor (2021).

Quadro 3 – Segunda análise do enquadramento prioritário de janeiro de 2019

Título do texto/editoria, seção ou caderno: “Milhões de abelhas eliminadas”. Caderno Campo e Lavoura, p. 4 e 5.	Data da edição: 26 e 27/01/2019
DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO	
Metáforas	“A suspeita é de que os vilões sejam os inseticidas...”
Exemplos	“municípios como Jaguari, Santiago e Mata, na Região Central, Santana do Livramento, na Fronteira, e Cruz Alta e Boa Vista do Cadeado, no Noroeste” “mais de mil colmeias morreram somente no município” <i>[de Cruz Alta]</i> <i>[produtor]</i> “perdeu 200 das 600 caixas de abelhas que produz” “...todas <i>[as análises]</i> com algum tipo de resíduo de agrotóxico, entre os quais o fipronil”
Representações	Representações dos objetivos, da missão e do trabalho desenvolvido pelas UFs em ensino, pesquisa e extensão: “ <i>[o]</i> Departamento de Defesa Agropecuária da Secretaria da

	<p>Agricultura, que capacitou mais de 50 técnicos nos últimos anos para trabalhar com problemas desta natureza, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul”</p> <p>“Nos últimos quatro anos, o laboratório de Apicultura da universidade recebeu cerca de 30 amostras de abelhas vítimas de mortandades. - Em 80%, os resultados foram positivos para presença do princípio ativo fipronil - revela o pesquisador. Além da aplicação de químicos no período da floração de culturas agrícolas, proibido por prejudicar insetos polinizadores, a suspeita é de que o produto possa estar sendo utilizado junto a dessecantes, no preparo da lavoura - misturados em caldas de pulverização”.</p> <p>Representações das UFs como campo científico e fonte de informação:</p> <p>“- É preciso haver parceria. O apicultor e o agricultor deve saber do outro, ter informação sobre onde estão e quando serão aplicados químicos nas lavouras - explica Aroni Sattler, professor de Apicultura da UFRGS.”</p> <p>“- Em 80%, os resultados foram positivos para presença do princípio ativo fipronil - revela o pesquisador”.</p> <p>“- Os resíduos da aplicação ficam na seiva das vegetações prejudicando as abelhas polinizadoras também - explica o professor, enfatizando que a receita precisa ser feita por agrônomos, respeitando as normas técnicas de aplicação.”</p>
Imagens visuais	<p>A matéria apresenta três fotos. A primeira é a de um dos produtores entrevistados. Ele está posando para a câmera. Segura uma das colmeias de sua propriedade. As abelhas aparentam estar mortas. Aplicando o procedimento de conotação <i>pose</i>, percebemos que a imagem conota uma atitude de provar que sua produção de mel está perdida, suscitando no leitor o compartilhamento de sua tristeza diante do ocorrido. A segunda foto é de uma abelha polinizando uma flor. O amarelo da flor e o verde do caule conotam beleza. A abelha, que cumpre sua função na natureza, também passa a impressão de que a natureza está operando seu ciclo, sem as intempéries provocadas pelo homem. A beleza da foto é tamanha que o processo de conotação verificado é o <i>estetismo</i>. A terceira foto, por sua vez, apresenta outra colmeia, que está bastante escura. É possível ver as mãos de alguém que a está segurando. Assim, novamente temos a <i>pose</i>, da qual é possível conjecturar que aquele que segura a colmeia quer mostrar o “massacre” pelo qual a natureza passou (utilizando uma das expressões enunciadas por um dos produtores entrevistados).</p>
DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	
Causas	<p>“Aplicação incorreta de um inseticida nas lavouras de soja é a principal suspeita...”</p> <p>“...conflito entre dois grandes aliados: a apicultura e a produção de grãos”</p>

	<p>“A suspeita é de que os vilões sejam os inseticidas com princípio ativo fipronil, que estariam sendo aplicados na soja durante a floração - período em que o uso desse produtos é proibido...”</p> <p>“fruto da expansão de lavouras e também da maior conscientização dos apicultores em notificar os casos de mortandade”</p> <p>“...além da possibilidade de contaminação por produtos químicos, uma série de outros fatores naturais podem levar à mortandade de colmeias”</p>
<p>Consequências</p>	<p>“...morte de 5 mil colmeias em um mês no Rio Grande do Sul”</p> <p>“A morte de cerca de 400 milhões de abelhas no Rio Grande do Sul, de meados de dezembro até agora...”</p> <p>“prejuízo de 150 toneladas de mel, 1,7% da produção”</p> <p>“mais de mil colmeias morreram somente no município [<i>de Cruz Alta</i>]”</p> <p>“Ao coletarem o néctar contaminado nas flores da soja, as abelhas infectam o restante da colmeia quando retornam - explica Salvador, que perdeu 200 das 600 caixas de abelhas que produz”</p> <p>“A projeção é de que os associados de Cruz Alta encerrem a temporada com 25 mil quilos de mel coletados, quebra de quase 70% da produção, estimada em 80 toneladas”</p> <p>“maior mortandade de abelhas já vista no local”</p> <p>“os apicultores evitam notificar a Secretaria da Agricultura, pois a maioria das caixas com os insetos fica em propriedades de sojicultores”</p> <p>“Pelo menos metade das suas 80 colmeias estão comprometidas, prejuízo de 1 tonelada de mel”</p> <p>“as colmeias que não foram perdidas estão agonizando”</p> <p>“Em todos os chamados, foram feitas coletas dos insetos mortos. Até agora, foram recebidos resultados de oito análises: todas com algum tipo de resíduo de agrotóxico, entre os quais o fipronil. Neste ano, o órgão recebeu apenas duas notificações: uma de Cruz Alta e outra de São José das Missões, ambas sem laudos concluídos.”</p> <p>“Nas últimas quarta e quinta-feira, técnicos reuniram apicultores, produtores e assistência técnica de indústrias químicas em Carazinho, Cruz Alta e São José das Missões para avaliar a situação.”</p>

Fonte: O autor (2021).

Quadro 4 – Primeira análise do enquadramento prioritário de fevereiro de 2019

Título do texto/editoria, seção ou caderno: “Secretário promete apresentar neste mês plano de fiscalização”. Notícias Geral, p. 20.	Data da edição: 06/02/2019
DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO	
Metáforas	<p>“o reservatório está no meio do município e, se estourar, vai causar um dano do cão” <i>(fala do professor da UFPel)</i></p> <p>“Lemos promete apresentar, neste mês, ‘plano de ação ao estilo força-tarefa’”</p>
Exemplos	<p>“Não podemos deixar que, passada a comoção (com a tragédia de Brumadinho, em Minas Gerais), siga tudo como está” <i>(fala do secretário)</i></p> <p>“Bulhões puxa da memória episódio de 1966, quando chuva extrema teria exigido funcionamento pleno do vertedor da Barragem do Capané, em Cachoeira do Sul. - A água não saiu na proporção devida pelo vertedor. Houve transbordamento e até escorregamento do talude. A reconstrução foi feita e novas medidas de segurança, adotadas – conta.”</p> <p>“Pode transformar o maciço em lama e arrebentar. Foi o que ocorreu em Brumadinho” <i>(fala de Bulhões)</i></p>
Representações	<p>Representações das UFs como campo científico e fonte de informação:</p> <p>“Ratificando a fala do secretário, <i>[o diretor do Instituto da UFRGS]</i> diz que ‘toda obra de engenharia tem possibilidade de falha’:</p> <p>- Isso não quer dizer que irá falhar. Com projeto, construção e manutenção adequados, os riscos são mínimos.</p> <p>Bulhões puxa da memória episódio de 1966, quando chuva extrema teria exigido funcionamento pleno do vertedor da Barragem do Capané, em Cachoeira do Sul. - A água não saiu na proporção devida pelo vertedor. Houve transbordamento e até escorregamento do talude. A reconstrução foi feita e novas medidas de segurança, adotadas – conta.</p> <p>Sobre a infiltração nas barragens apontadas pela ANA, diz que a consequência extrema é a desestabilização do corpo da barragem.</p> <p>- Pode transformar o maciço em lama e arrebentar. Foi o que ocorreu em Brumadinho. Mas tanto Irga (Instituto Riograndense do Arroz) quanto Sanep (Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas) têm condições de explicar à sociedade medidas que estão tomando.”</p> <p>“Professor do curso de engenharia hídrica da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Gilberto Collares alerta que toda barragem exige atenção, mas que a de Santa Bárbara, no município do Sul do Estado, precisa de olhar especial por ter mais de 50 anos e estar em meio à área urbana. - A cidade mudou e a demanda cresceu. Hoje, o reservatório está no meio do município e, se estourar, vai causar um dano do cão - diz, embora não creia na hipótese. Para ele, além de o Sanep estar fazendo os reparos, a tragédia de</p>

	<p>Brumadinho serviu de alerta.</p> <p>- Os piezômetros (equipamentos que medem quantidade e pressão de água) já deveriam estar instalados, é verdade, mas que bom que instalaram agora. A percepção que a gente tem é de que, no Brasil, quando acontece uma catástrofe é que se vai atrás. A gente olha todas as marquises, mas só depois que caiu a primeira - compara.”</p> <p>Representações dos servidores (docentes e TAEs): “Diretor do Sindicato dos Engenheiros do Estado e do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS, o engenheiro civil Carlos André Bulhões Mendes integrou equipe técnica que investigou o rompimento da barragem de Mariana (MG), em 2015. Atuou como perito junto ao Ministério Público Federal do Espírito Santo e de Minas Gerais.”</p>
Imagens visuais	<p>Pequena foto do rosto do secretário estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura. O secretário está olhando para a câmera, em pose, sorrindo. Ele veste um terno e parece estar em uma sala de trabalho com decoração clássica, comum nos prédios ocupados pelo governo estadual em Porto Alegre. Assim, a foto conota uma <i>pose</i> de um gestor público feliz com seu trabalho. A felicidade se contrapõe ao texto em destaque, que está ao lado da foto (olho). É o trecho de uma de suas falas, que rememora a tragédia do rompimento de uma barragem no estado de Minas Gerais.</p>
DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	
Causas	<p>“risco de acidentes nas duas barragens gaúchas, em Cachoeira do Sul e Pelotas, apontadas como estruturas preocupantes em relatório da Agência Nacional de Águas (ANA)”</p> <p>“a ANA apresentou nova lista de 3.387 reservatórios considerados com risco ou dano potencial alto e que terão fiscalização prioritária. Só no Rio Grande do Sul, estão 886”</p>
Consequências	<p>“Secretário do Meio Ambiente e Infraestrutura do Estado, Artur Lemos Júnior classifica como ‘pequeno’ o risco de acidentes”</p> <p>“Lemos promete apresentar, neste mês, ‘plano de ação ao estilo força-tarefa’ para ‘aprofundar’ as fiscalizações nas barragens gaúchas”</p> <p>“As ações [<i>de fiscalização da ANA</i>] começarão pelas barragens com rejeitos minerais”</p> <p>“o governador (Eduardo Leite) nos pediu plano de ação. Medidas corretivas precisam ser feitas. É consenso” (<i>fala do secretário</i>)</p> <p>“[<i>Bulhões</i>] diz que a consequência extrema é a desestabilização do corpo da barragem.</p> <p>- Pode transformar o maciço em lama e arrebentar. Foi o que ocorreu em Brumadinho. Mas tanto Irga (Instituto Riograndense do Arroz) quanto Sanep (Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas) têm condições de explicar à sociedade medidas que estão tomando.”</p>

	<p>“A Secretaria [...] diz que realizou recentemente oito cursos sobre inspeção visual em barragens de terra, capacitando cerca de 400 profissionais. A pasta garante que vai intensificar as atuações e políticas públicas na gestão das barragens gaúchas e que mantém contato permanente com a ANA, enviando informações que permitem identificar quais reservatórios estão em situação de atenção.”</p>
<p>Fonte: O autor (2021).</p>	

Quadro 5 – Segunda análise do enquadramento prioritário de fevereiro de 2019

<p>Título do texto/editoria, seção ou caderno: “Descanso interrompido”. Sua Vida Verão, p. 28.</p>	<p>Data da edição: 15/02/2019</p>
<p>DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO</p>	
<p>Exemplos</p>	<p>“<i>[o animal]</i> acaba cercado por curiosos na areia. Uma criança se aproxima, uma mulher faz uma foto com celular. Mais audacioso, um guarda-vidas tenta acariciar o animal [...]. Empolgado, um banhista encosta uma das mãos no pelo do lobo-marinho - que agita a cabeça na direção do homem, como se fosse mordê-lo. Outro jovem corre para fazer uma selfie em frente ao animal.”</p> <p>“colônias reprodutivas mais ao Sul, como no Uruguai”</p> <p>“Já teve caso de um lobo-marinho ganhar um peixe de um humano e morrer engasgado” (<i>fala do biólogo da UFRGS</i>)</p> <p>“Um bom exemplo de como um guarda-vidas deve proceder ocorreu em Arroio do Sal, em janeiro. O bombeiro militar [...] encontrou na orla um lobo-marinho. Imediatamente, ligou para o Ceclimar para informar o achado e buscar orientações.”</p>
<p>Representações</p>	<p>Representações dos objetivos, da missão e do trabalho desenvolvido pelas UFs em ensino, pesquisa e extensão:</p> <p>“a situação registrada na terça-feira passada ainda é comum, apesar de o próprio órgão [<i>Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos da UFRGS</i>] e de outras entidades, incluindo a Patrulha Ambiental, alertarem diariamente sobre os procedimentos em caso de avistamento de animais marinhos na orla.”</p> <p>“o Ceclimar faz treinamentos com os integrantes da Operação Verão, destacando como proceder na presença dos lobos-marinhos na costa”</p> <p>“<i>[o bombeiro militar]</i> ligou para o Ceclimar para informar o achado e buscar orientações”</p> <p>Representações das UFs como campo científico e fonte de informação:</p> <p>“Biólogo recomenda como agir diante de situações como essa para preservar o bem-estar animal”</p>

	<p>“Segundo o biólogo Maurício Tavares, do Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos da UFRGS (Ceclimar), a situação [...] ainda é comum, apesar de o próprio órgão e de outras entidades [...] alertarem diariamente sobre os procedimentos em caso de avistamento de animais marinhos na orla. Tavares ressalta que o identificado em Tramandaí é um lobo-marinho-sul-americano, a espécie mais comum de pinípede na região, que alterna entre a vida na terra e no mar. O biólogo explica que, no inverno do ano passado, assim como em 2012, houve um aumento da população de lobos-marinhos na costa gaúcha devido ao grande número de nascimentos nas colônias reprodutivas mais ao Sul [...]. Por isso, ainda há animais circulando na costa neste período.</p> <p>[...] Nesta semana, o biólogo do Ceclimar percorreu a faixa de areia entre Tramandaí e Cidreira e encontrou dois animais descansando em pontos distintos. [...]</p> <p>- O procedimento padrão é deixar o animal tranquilo. Já teve caso de um lobo-marinho ganhar um peixe de um humano e morrer engasgado, pois o peixe não fazia parte da dieta dele devido ao formato e ao tamanho. Se estiver com fome, ele vai para o mar. Não é um animal doméstico. É silvestre e independente - alerta Maurício.”</p> <p>“Ao deparar com o animal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Jamais toque [...]. - Respeite a rotina das espécies que utilizam a praia para descanso. - Evite aglomerações. [...] - Nunca os alimente. - Nunca tente retirá-los da praia [...] - Se não estiver sujo de óleo ou sem qualquer ferimento, deixe-o apenas descansar. <p>Fontes: Projeto Pinípedes do Sul, Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos (Ceclimar) e Patrulha Ambiental”</p>
Imagens visuais	<p>A matéria é ilustrada por duas fotos. A maior é a de um lobo-marinho na orla de uma praia. O animal, em primeiro plano, aparenta cansaço e sofrimento, principalmente por estar com a cabeça virada para baixo e o corpo encharcado de água. Em segundo plano estão quatro pessoas que parecem chegar para ver o animal. Assim, a principal ênfase da imagem está no sofrimento do animal, somada à curiosidade do ser humano, que não agrada o bicho. A segunda foto, bem menor, mostra em primeiro plano uma bandeira amarela fincada na areia da praia. Há um risco próximo a ela, no chão. Ao fundo, em segundo plano, está um leão-marinho com a cabeça erguida, bastante próximo do mar, que predomina no horizonte. Não há nenhum ser humano na foto. Porém, com a bandeira amarela alertando para a presença do bicho, a imagem conota que o ser humano esteve ali para proteger o animal e os transeuntes da praia. É a natureza em harmonia, e o homem agindo para preservá-la.</p>
DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	
Causas	<p>“Lobo-marinho aparece na orla de Nova Tramandaí e é cercado por pessoas”</p> <p>“o pequeno lobo-marinho resolve parar na orla [...] Com a res-</p>

	<p>piração ainda ofegante, acaba cercado por curiosos”</p> <p>“O biólogo explica que, no inverno do ano passado, assim como em 2012, houve um aumento da população de lobos-marinhos na costa gaúcha devido ao grande número de nascimentos nas colônias reprodutivas mais ao Sul [...]. Por isso, ainda há animais circulando na costa neste período.”</p>
Consequências	<p>“o pinípede movimenta a cabeça para os lados demonstrando desconforto com o alvoroço dos humanos”</p> <p>“[o animal] agita a cabeça na direção do homem, como se fosse mordê-lo”</p> <p>“o Ceclimar faz treinamentos com os integrantes da Operação Verão, destacando como proceder na presença dos lobos-marinhos na costa”</p> <p>“Já teve caso de um lobo-marinho ganhar um peixe de um humano e morrer engasgado, pois o peixe não fazia parte da dieta dele devido ao formato e ao tamanho.”</p> <p>“[o bombeiro militar] ligou para o Ceclimar para informar o achado e buscar orientações”</p>

Fonte: O autor (2021).

Quadro 6 – Primeira análise do enquadramento prioritário de março de 2019

Título do texto/editoria, seção ou caderno: “Olho vivo para o perigo da ‘autocura’”. Caderno Vida, p. 3.	Data da edição: 16 e 17/03/2019
DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO	
Metáforas	“Olho vivo para o perigo da ‘autocura’”
Exemplos	<p>“...ele e outros oftalmologistas têm recebido pacientes com problemas sérios de visão que tentaram antes o método. - O glaucoma, por exemplo, não causa dor ou desconforto, mas provoca perda da periferia da visão.”</p> <p>“Um descolamento de retina, uma retinopatia diabética, por exemplo, têm potencial de cegar se não forem tratadas rapidamente.”</p>
Representações	<p>Representações das UFs como campo científico e fonte de informação:</p> <p>“Segundo Rubens Belfort Neto, professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), não há evidência científica de que os exercícios [...] funcionem nem de que eles façam mal aos olhos: - O grande perigo é a pessoa com um problema sério de visão ficar tentando algo inócuo e atrasar o início de um tratamento que funciona, que é bem estabelecido. Um descolamento de retina, uma retinopatia diabética, por exemplo, têm potencial de cegar se não forem tratadas rapidamente.”</p>
DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	

<p>Causas</p>	<p>“método sem aval científico que promete a cura de doenças como glaucoma e catarata sem cirurgias ou tratamentos tradicionais”</p> <p>“Chamado de Meir-Schneider-Self-Healing, o método de origem húngara prega a utilização de massagens, movimentação dos olhos, exercícios de respiração, visualização e relaxamento como forma de tratamento. Baseia-se na suposição de que o olho possui mecanismos de ‘autocura’.”</p> <p>“No Brasil, a terapeuta ocupacional Tatiana Gebrael é a principal propagadora do método de ‘autocura’. Seus vídeos têm mais de 6 milhões de visualizações. No Facebook, são mais 500 mil seguidores.”</p> <p>“o método propagado é arcaico (remonta a 1912) e nunca teve fundamentação científica”</p>
<p>Consequências</p>	<p>“tem levado pacientes a retardar a busca por terapias mais efetivas, piorando problemas de visão”</p> <p>“Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO) e [...] outras associações médicas [...] ingressaram com ações judiciais e já obtiveram liminares para frear a propaganda e a oferta de cursos pagos sobre a técnica”</p> <p>“- O uso pode agravar sintomas e até mesmo levar o paciente à perda definitiva da visão. Umbelino diz que ele e outros oftalmologistas têm recebido pacientes com problemas sérios de visão que tentaram antes o método. - [...] Quando a pessoa percebe, o comprometimento pode ser grande. Você consegue parar onde está, mas não reverter o que foi perdido – comenta.”</p> <p>“O grande perigo é a pessoa com um problema sério de visão ficar tentando algo inócuo e atrasar o início de um tratamento que funciona, que é bem estabelecido. Um descolamento de retina, uma retinopatia diabética, por exemplo, têm potencial de cegar se não forem tratadas rapidamente” (<i>fala do professor da Unifesp</i>)</p> <p>“Em 2016, uma decisão judicial do Tribunal de Justiça do Pará determinou que Tatiana retirasse da sua página na internet e de outros meios de divulgação qualquer sugestão de cura ou tratamento de doenças oculares que não tenha evidência científica. A ação foi movida por entidades paraenses de oftalmologia.”</p> <p>“As entidades acusam Tatiana Gebrael de exercício ilegal da medicina [...], propaganda enganosa e falsidade ideológica [...], charlatanismo e estelionato. Por não ter cumprido a decisão judicial, o TJ do Pará determinou em agosto passado que ela pague multa de R\$ 50 mil. Cabe recurso. Em dezembro, o Tribunal de Justiça de São Paulo determinou, por meio de liminar, o impedimento dos cursos. A alegação é de que eles são da área médica e Tatiana não tem qualificação para</p>

	<p>tanto. [...] A reportagem tentou contatar Tatiana por meio do e-mail e do número de celular que constam no site, mas não teve retorno.”</p>
--	--

Fonte: O autor (2021).

Quadro 7 – Segunda análise do enquadramento prioritário de março de 2019

Título do texto/editoria, seção ou caderno: “Como destravar a economia antes da previdência”. Notícias Política, p. 10.	Data da edição: 29/03/2019
DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO	
Metáforas	<p>“...Bolsonaro deve buscar medidas adicionais para minimizar ruídos...”</p> <p>“Professor da Universidade Federal Fluminense, o economista André Nassif afirma que, excluindo a reforma da Previdência, o governo tem hoje ‘poucas opções no cardápio’ para incentivar a economia.”</p> <p>“o desempenho da economia continua em nível letárgico” <i>(fala de um analista financeiro)</i></p> <p>“A prioridade precisa ser a reforma da Previdência. É o chute para o gol. O restante é passar a bola para o lado e deixar o jogo bonito para quem está acompanhando.” <i>(fala de uma analista financeira)</i></p> <p>“Ou o país destrava a reforma da Previdência ou ficará difícil tirar a camisa de força.” <i>(fala de um analista financeiro)</i></p> <p>“o economista André Nassif afirma que, excluindo a reforma da Previdência, o governo tem hoje ‘poucas opções no cardápio’ para incentivar a economia”</p>
Exemplos	<p>“As ações listadas [...] vão desde a busca pela redução de entraves burocráticos à elevação no ritmo de concessões na área de infraestrutura. Novos cortes no juro básico, que teriam de ser confirmados pelo Banco Central (BC), e não pela gestão Bolsonaro, também são citados como possíveis estímulos.”</p> <p>“A revisão de projeções não se restringiu apenas ao BC. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) também deixou sua estimativa de incremento do PIB neste ano, de 2,7% para 2%.”</p>
Representações	<p>Representações das UFs como campo científico e fonte de informação:</p> <p>“Professor da Universidade Federal Fluminense, o economista André Nassif afirma que, excluindo a reforma da Previdência, o governo tem hoje ‘poucas opções no cardápio’ para incentivar a economia. Uma delas, segundo Nassif, é a confirmação pelo BC de novos cortes na taxa básica de juro, hoje em 6,5% ao ano, o menor nível já registrado no Brasil.</p> <p>- O juro caiu nos últimos anos, mas o desemprego segue alto e a inflação está baixa. Então, a Selic deve cair mais - diz Nassif.</p> <p>O economista também questiona a política fiscal defendida pelo</p>

	<p>governo. Para Nassif, o Planalto deveria rever o projeto que limita o crescimento de gastos públicos à inflação, aprovado na gestão Michel Temer, para conseguir destinar recursos do orçamento a investimentos públicos.”</p> <p>“O que fazer para estimular a atividade econômica enquanto a PEC está no Congresso? - A primeira providência é o Banco Central reduzir o juro. O país tem inflação baixa, com expectativas comportadas, além de desemprego elevado. A ociosidade dentro das empresas segue alta. Tecnicamente, a recessão ficou para trás, mas o desemprego da economia continua em nível letárgico. André Nassif, economista e professor da Universidade Federal Fluminense.”</p>
DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	
Causas	<p>“Vista por analistas como essencial para sanear as contas públicas e garantir o crescimento econômico, a reforma da Previdência teve o avanço prejudicado pela tensão entre Palácio do Planalto e Congresso.”</p> <p>“o BC reduziu ontem a projeção de crescimento da economia brasileira em 2019”</p> <p>“A revisão de projeções não se restringiu apenas ao BC. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) também deixou sua estimativa de incremento do PIB neste ano, de 2,7% para 2%.”</p> <p>“Analistas do setor consultados pelo BC baixaram a estimativa de crescimento da economia brasileira em 2019 para 2%. Ao final de dezembro passado, a projeção era de avanço de 2,55%. O temor é de que, mantendo-se o clima de instabilidade política em Brasília, o resultado no encerramento do ano fique abaixo dessas projeções.”</p> <p>“A revisão do BC Banco Central reduziu estimativas de crescimento em comparação aos dados apresentados em dezembro passado. - PIB: de 2,4% para 2%. O que provocou a mudança: crescimento menor do que o esperado no quarto trimestre de 2018, desdobramentos da tragédia em Brumadinho sobre a produção da indústria extrativa mineral, queda estimada para a safra agrícola e moderação verificada no ritmo de recuperação da economia. - Agropecuária: de 2% para 1%. - Indústria: de 2,9% para 1,8%. - Comércio e serviços: de 2,1% para 2%. - Consumo das famílias: de 2,5% para 2,2%.”</p> <p>“A revisão do Ipea O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada publicou nova edição da Carta de Conjuntura, projetando 2019 com baixo resultado no varejo, taxa de desemprego alta e desaceleração na massa salarial. De 2,7% para 2%.”</p> <p>“Projeções para o final do ano, segundo boletim Focus, elaborado pelo Banco Central com a opinião de analistas de instituições</p>

	<p>financeiras:</p> <p>Produto Interno Bruto (PIB) 28 de dezembro: 2,55% 25 de janeiro: 2,50% 22 de fevereiro: 2,48% 22 de março: 2%.</p> <p>Inflação (IPCA) 28 de dezembro: 4,01% 25 de janeiro: 4% 22 de fevereiro: 3,85% 22 de março: 3,89%</p> <p>Taxa de câmbio 28 de dezembro: R\$ 3,80 25 de janeiro: R\$ 3,75 22 de fevereiro: R\$ 3,70 22 de março: R\$ 3,70”</p>
Consequências	<p>“...a preocupação com o desempenho da economia brasileira cresceu e abalou expectativas de empresários. [...] Diante da turbulência, economistas apontam que o governo Jair Bolsonaro deve buscar medidas adicionais para minimizar ruídos e estimular o ambiente de negócios.”</p> <p>“- O desempenho da economia tem ficado abaixo das expectativas, em parte por causa das posições do governo, que não conseguiu avançar na articulação da reforma da Previdência - observa o economista-chefe da agência de classificação de risco Austin Rating, Alex Agostini.”</p> <p>“Gerente-executivo de política econômica [<i>da Confederação Nacional da Indústria</i>], Flávio Castelo Branco avalia que o Planalto deve intensificar ações que mirem a desburocratização em diversos setores e acelerar parcerias com a iniciativa privada na área de infraestrutura. [...] - A reforma tributária é um dos pontos que precisam ser atacados, mas também deverá passar pelo Legislativo. Há ações que podem ser feitas sem a necessidade de tramitação no Congresso.”</p> <p>“Professor da Universidade Federal Fluminense, o economista André Nassif afirma que, excluindo a reforma da Previdência, o governo tem hoje ‘poucas opções no cardápio’ para incentivar a economia. Uma delas, segundo Nassif, é a confirmação pelo BC de novos cortes na taxa básica de juro, hoje em 6,5% ao ano, o menor nível já registrado no Brasil. - O juro caiu nos últimos anos, mas o desemprego segue alto e a inflação está baixa. Então, a Selic deve cair mais - diz Nassif. O economista também questiona a política fiscal defendida pelo governo. Para Nassif, o Planalto deveria rever o projeto que limita o crescimento de gastos públicos à inflação, aprovado na gestão Michel Temer, para conseguir destinar recursos do orçamento a investimentos públicos.”</p>

Fonte: O autor (2021).

Quadro 8 – Primeira análise do enquadramento prioritário de abril de 2019

Título do texto/editoria, seção ou caderno: “Ele existe”. Sua Vida Astronomia, p. 29.	Data da edição: 11/04/2019
DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO	
Metáforas	<p>“Einstein sobreviveu às investigações”</p> <p>“A importante descoberta [...] abre alas para novas pesquisas”</p>
Exemplos	<p>“A imagem não captura exatamente o buraco negro, mas a luz sendo sugada por ele da mesma forma como a água entra em um ralo”</p> <p>“Em vez de captarem raios de luz com uma lente, eles [radiotelescópios] funcionam como antenas parabólicas captando a radiação emitida pelo espaço.”</p> <p>“O buraco negro fotografado é muito denso, na mesma proporção de um planeta Terra comprimido até o tamanho de um dedo.”</p> <p>“A parte de baixo do anel é mais grossa porque, diferentemente de um ralo de pia, que é estático, o buraco negro se movimenta”</p>
Representações	<p>Representações das UFs como campo científico e fonte de informação:</p> <p>“- É o primeiro resultado de um trabalho de décadas, um triunfo da tecnologia e da Teoria da Relatividade Geral de Einstein. Vai permitir observar muitas outras coisas aparentemente impossíveis de serem observadas - comenta Thaisa Storchi Bergmann, vencedora do Prêmio L'Oréal-Unesco para mulheres em ciência e chefe do grupo de pesquisa em Astrofísica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).”</p> <p>“- A grande contribuição do Einstein foi mostrar que a luz está sujeita à gravidade e pode mudar de trajetória, não só seguir uma linha reta. A imagem prova que a teoria estava certa - diz Thaisa.”</p> <p>“GaúchaZH: leia artigo de Thaisa Bergmann sobre a descoberta em bit.ly/TSBergmann.”</p> <p>“- A gravidade do buraco negro atrai o gás, que começa a girar e vai espiralando até ultrapassar o limite do horizonte dos eventos - diz o astrônomo e professor de Física da UFRGS, Luiz Augusto da Silva.”</p> <p>Representações dos servidores (docentes e TAEs):</p> <p>“[...] comenta Thaisa Storchi Bergmann, vencedora do Prêmio L'Oréal-Unesco para mulheres em ciência e chefe do grupo de pesquisa em Astrofísica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).”</p>
Imagens visuais	A matéria é ilustrada pela imagem do buraco negro. A foto em si é o próprio enquadre da matéria. Mostra o preto do universo e, ao centro, um círculo em cores quentes. Aplicando o método de

	conotação de Barthes, temos a <i>fotogenia</i> - a mensagem na própria imagem, com uso de efeitos técnicos. O título e o subtítulo da matéria, por estarem em cima da imagem, já prende o leitor a olhar atentamente para o que a ciência chama de descoberta histórica.
DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	
Causas	“Buraco negro é fotografado pela primeira vez na história”
Consequências	<p>“Imagem divulgada ontem comprova teoria de Einstein”</p> <p>“A importante descoberta, que agitou a comunidade científica mundial, comprova uma teoria desenhada no século passado por Albert Einstein, mudará livros de ciência escolares e abre alas para novas pesquisas envolvendo planetas, estrelas e galáxias.”</p> <p>“Vai permitir observar muitas outras coisas aparentemente impossíveis de serem observadas - comenta Thaisa Storchi Bergmann”</p> <p>“Einstein sobreviveu às investigações e, mais uma vez, é reconhecido por sua genialidade.”</p> <p>“O projeto que levou à fotografia do buraco negro [...] tem grande potencial para fazer entender mais sobre outros buracos negros e planetas. - Isso vai nos permitir entender melhor como é a física dentro de um buraco negro - diz Alessandro Marian Carvalho, professor do curso de Física na Unisinos.”</p>

Fonte: O autor (2021).

Quadro 9 – Segunda análise do enquadramento prioritário de abril de 2019

Título do texto/editoria, seção ou caderno: “Os prós e contras de um porto no Litoral Norte”. Notícias Infraestrutura, p. 10-11.	Data da edição: 20 e 21/04/2019
DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO	
Metáforas	“uma ideia abraçada por ele”
Exemplos	<p>“empresários [...] estimam que o deslocamento de uma carga de aço de Caxias do Sul custa, em média, entre R\$ 4 mil a R\$ 5 mil até Rio Grande. Em direção a portos de Santa Catarina, o frete sairia por entre R\$ 3 mil a R\$ 4 mil. Até Torres, segundo levantamento, custaria cerca de R\$ 1,5 mil”</p> <p>“Heinze e os apoiadores defendem que a obra seria sem recursos públicos, a exemplo do Terminal de Uso Privado (TUP) de Itapoá (SC). Construído em sete anos, custou cerca de R\$ 750 milhões, além de trazer contrapartidas ao município.”</p> <p>“Entretanto, ao contrário do Terminal de Uso Privado (TUP) de Itapoá (SC), modelo dos idealizadores do projeto em Torres e que está abrigado na Baía da Babitonga, o novo porto do Estado seria construído em mar aberto.”</p> <p>“resolução de problemas que emperram o desenvolvimento do</p>

	<p>complexo no Sul do Estado. Ele cita como exemplo a necessidade de duplicação da BR-116, melhorias na concessão de ferrovias e aproveitamento da hidrovía, com dragagem e sinalização”</p> <p>“Dizem que não tem dinheiro público, mas olha o volume de esforços: um gabinete de um senador, agente público, e a primeira ação é um pedido à Marinha para colocar um navio para fazer batimetria.”</p>
Frases de efeito	“É mais fácil ajustar as velas do que inventar o barco”
Representações	<p>Representações dos objetivos, da missão e do trabalho desenvolvido pelas UFs em ensino, pesquisa e extensão:</p> <p>“Nos próximos dias, a pedido de Estima, a Universidade Federal do Rio Grande (Furg), especializada em sistemas de monitoramento da costa nacional, deve emitir nota técnica sobre a complexidade de construção de terminais em mar aberto.”</p> <p>Representações das UFs como campo científico e fonte de informação:</p> <p>“O geógrafo Elírio Toldo Júnior, do Centro de Estudos de Geologia Costeira e Oceânica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), confirma a característica profunda da plataforma continental no Litoral Norte. E usa como parâmetro duas monoboias de Tramandaí, utilizadas para movimentar petróleo e derivados. Localizadas a até seis quilômetros da costa, suas tubulações estão fixadas a 20 metros de profundidade. O pesquisador alerta que uma estrutura portuária na região de Torres ou Arroio do Sal exigiria fixar um canal de navegação com uma estrutura de molhes, sob certo custo. E ainda aborda o impacto ambiental. A praia movimenta sedimentos aos dois lados. Uma barreira impermeável no mar iria reter sedimentos, desequilibrando o movimento na areia. O resultado: o aumento da praia no lado Sul da estrutura e erosão ao Norte.”</p>
Imagens visuais	<p>A matéria tem duas páginas. Na primeira há uma foto de um profissional da Marinha, fardado, usando um equipamento no mar. Refere-se ao andamento dos estudos para um possível empreendimento no local. Uma possibilidade de interpretação é a imagem remontando à Marinha como órgão de referência na área, conotando que a instituição está fazendo seu trabalho enquanto órgão público, cumprindo com sua missão.</p> <p>A segunda página da matéria apresenta várias imagens intercaladas. Há um mapa do Rio Grande do Sul indicando as possíveis rotas de escoamento para o porto abordado na matéria. Próximo ao município de Torres, uma imagem computadorizada simula os detalhes da área que pode receber o empreendimento. Uma outra arte gráfica traz imagens de navios com informações sobre seus tamanhos e exemplos de portos que podem recebê-los. O que interpretamos, pelas imagens, é um posicionamento de ZH favorável à construção do porto, uma vez que nenhum ponto negativo se mostra nas imagens e fotos. É uma conotação diferente daquela apresentada no texto da matéria, que aborda as vantagens e desvantagens da construção.</p>
DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	

<p>Causas</p>	<p>“construir um porto marítimo privado entre Torres e Arroio do Sal para facilitar o escoamento da produção da metade norte do Rio Grande do Sul”</p> <p>“Hoje, empresários [...] estimam que o deslocamento de uma carga de aço de Caxias do Sul custa, em média, entre R\$ 4 mil a R\$ 5 mil até Rio Grande.”</p> <p>“o transporte no Rio Grande do Sul é um dos mais caros do Brasil”</p> <p>“Ele compara o litoral local a áreas de portos internacionais como Valparaíso, no Chile, e Callao, no Peru. E mexe com os brios dos gaúchos, ao afirmar que, enquanto o RS tem apenas um porto, Santa Catarina dispõe de cinco terminais. - Nós, com 620 quilômetros de costa, 50% a mais do que Santa Catarina, vamos ficar com um porto? - provoca.”</p>
<p>Consequências</p>	<p>“o navio [...] da Marinha do Brasil palmilhou a costa do Rio Grande do Sul [...]. A operação [...] foi uma encomenda do senador gaúcho Luis Carlos Heinze (PP-RS) [...]. O estudo da Marinha é uma das primeiras ações concretas para viabilizar a construção de um Terminal de Uso Privado (TUP) no Estado”</p> <p>“Defensores da ideia afirmam que o terminal no Litoral Norte baratearia custos com frete. [...] Em direção a portos de Santa Catarina, o frete sairia por entre R\$ 3 mil a R\$ 4 mil. Até Torres, segundo levantamento, custaria cerca de R\$ 1,5 mil”</p> <p>“Prefeituras das duas cidades já planejam possíveis áreas para o terminal, diante de uma comunidade dividida entre vantagens e reflexos de uma construção desse porte. A ideia mexe com interesses econômicos. Permitiria aportar no Litoral Norte embarcações com calados que atualmente não atracam em Rio Grande - além de navios de carga, embarcações de cruzeiro que hoje passam diretamente ao Uruguai e Argentina. Já empresários de Caxias do Sul sonham com um corredor de produção, que começaria na ponte de São Borja-Santo Tomé (Argentina), passaria por Santa Maria e cruzaria o Estado rumo ao litoral.”</p> <p>“Um estudo encomendado para a Universidade de Caxias do Sul (UCS) buscou argumentos para justificar o porto em Torres. - Somos o segundo polo metal-mecânico do país. Nesse levantamento, conseguiu-se identificar também que somos hoje maiores exportadores de hortigranjeiro - explica Rogério Rodrigues, integrante do movimento.”</p> <p>“Heinze e os apoiadores defendem que a obra seria sem recursos públicos”</p> <p>“Para realizar o projeto no Litoral Norte, além de uma grande área para os terminais, seria necessária a construção de um píer mar adentro para receber os navios. Entretanto, ao contrário do Terminal de Uso Privado (TUP) de Itapoá (SC), modelo dos idealizadores do projeto em Torres e que está abrigado na Baía da Babitonga, o novo porto do Estado seria construído em mar aber-</p>

	<p>to. É aí que começam desafios. [...] O pesquisador [da UFRGS] alerta que uma estrutura portuária na região de Torres ou Arroio do Sal exigiria fixar um canal de navegação com uma estrutura de molhes, sob certo custo. E ainda aborda o impacto ambiental. A praia movimenta sedimentos aos dois lados. Uma barreira impermeável no mar iria reter sedimentos, desequilibrando o movimento na areia. O resultado: o aumento da praia no lado Sul da estrutura e erosão ao Norte.”</p> <p>“um novo terminal em Torres concorreria com portos de Imbituba e Itajaí. No caso da segunda, consolidada como referência em cargas refrigeradas no país.”</p> <p>“Ao mesmo tempo em que coloca sua equipe técnica à disposição dos defensores do projeto de construção de um terminal portuário em mar aberto no Litoral Norte, o superintendente do Porto de Rio Grande, Paulo Fernando Curi Estima, deixa claro sua posição sobre os esforços, que, em sua opinião, deveriam ser deslocados para resolução de problemas que emperram o desenvolvimento do complexo no Sul do Estado.”</p> <p>“Sobre um terminal no Litoral Norte, Manteli pergunta: - Como serão os acessos terrestres? Quais serão os investidores? Não temos dados para dar uma posição sobre a viabilidade desse empreendimento. Questionada, a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) afirmou não ter posição. Nos próximos dias, a pedido de Estima, a Universidade Federal do Rio Grande (Furg), especializada em sistemas de monitoramento da costa nacional, deve emitir nota técnica sobre a complexidade de construção de terminais em mar aberto.”</p> <p>“- Não tem carga para manter um porto funcionando. Estamos falando em volumes expressivos, cinco, seis, sete, 10 milhões de toneladas. Aí pode ser que seja viável. Todo o porto de Rio Grande exporta 30 milhões. Tu acabas inviabilizando dois portos. Tura de um para colocar em outro.”</p>
--	--

Fonte: O autor (2021).

Quadro 10 – Primeira análise do enquadramento prioritário de maio de 2019

Título do texto/editoria, seção ou caderno: “MEC cortará verba de universidade que não tiver desempenho esperado”. Sua Vida, p. 26.	Data da edição: 01/05/2019
DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO	
Metáforas	<p>“- Só se for pela falta de salário, todo mundo anda meio pelado mesmo – ironizou.”</p> <p>“ele afirmou que está ‘estudando alguns parâmetros’ para definir quais instituições seriam ‘premiadas’ com ‘redução menor do que as outras’”</p>
Exemplos	“o ministro deu exemplos do que considera bagunça: ‘Sem-terra

	<p>dentro do campus, gente pelada dentro do campus”</p> <p>“Outras universidades federais já registraram congelamento de recursos neste ano. Na UFRGS, por exemplo, estudantes foram alertados sobre riscos de atraso ou suspensão no pagamento de benefícios após a confirmação de cortes de R\$ 5,839 bilhões”</p>
Representações	<p>Representações dos objetivos, da missão e do trabalho desenvolvido pelas UFs em ensino, pesquisa e extensão:</p> <p>“[...] o ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que o MEC cortaria até 30% dos recursos de três universidades enquadradas no critério de falta de desempenho acadêmico e que estivessem fazendo o que definiu como ‘balbúrdia’: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ainda estava em avaliação a redução nas verbas para a Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Minas Gerais.”</p> <p>“As três universidades que foram acusadas de queda no desempenho pelo ministro se mantêm em destaque em avaliações internacionais. O ranking da publicação britânica Times Higher Education (THE), um dos principais em avaliação do Ensino Superior, mostra que UnB e UFBA tiveram melhor avaliação na última edição.”</p> <p>“o reitor da UFRGS, Rui Vicente Oppermann, comentou as declarações do ministro da Educação e defendeu as universidades como ‘espaço público necessário de formação do cidadão’.”</p> <p>Representações dos estudantes das UFs:</p> <p>“- [...] Minorias que compõem os nossos cotistas são importantes, então não há nenhuma agressão você estar dando atenção a esses conjuntos sociais.” <i>[fala do reitor da UFRGS]</i></p> <p>Representações dos servidores (docentes e TAEs):</p> <p>“- Só se for pela falta de salário, todo mundo anda meio pelado mesmo – ironizou <i>[o reitor da UFRGS].</i>”</p>
Imagens visuais	<p>A matéria é ilustrada por duas fotos, do mesmo tamanho. Ambas são em <i>pose</i>: uma, do ministro da Educação; outra, do reitor da UFRGS.</p> <p>Na foto, o ministro da Educação está falando ao microfone. Atrás do ministro aparece o pedaço de um tecido verde que aparenta ser a bandeira do Brasil. O ministro está usando uma gravata amarela. Assim, as duas cores realçam o sentido nacionalista patriótico do governo de Jair Bolsonaro, em contraponto às demais cores da foto, em tons de cinza.</p> <p>Já o reitor da UFRGS está posando para a foto. Encara a câmera de braços cruzados, com um leve sorriso, aparentando a postura de um gestor proativo e, ao mesmo tempo, irônico, tendo em vista seu depoimento sobre os argumentos do MEC para os cortes.</p>
DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	
Causas	<p>“O secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Arnaldo Barbosa de Lima Junior, afirmou [...] que o bloqueio de recursos a universidades que não apresentarem desempenho acadêmico esperado será feito de ‘forma isonômica’, ou</p>

	<p>seja, poderá chegar a todas as universidades federais [...]. Mais cedo, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que o MEC cortaria até 30% dos recursos de três universidades enquadradas no critério de falta de desempenho acadêmico e que estivessem fazendo o que definiu como ‘balbúrdia’: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal da Bahia (UFBA).”</p> <p>“O tom do discurso oficial, que havia sido feito pela manhã, mudou mais tarde, com Lima dizendo [...] que era um ‘bloqueio’ feito ‘de forma preventiva’, por causa da economia, e ‘só sobre o segundo semestre’, podendo ser revisto se a reforma da Previdência for aprovada.”</p> <p>“[...] Lima [...] afirmou que ‘está estudando alguns parâmetros’ para definir quais instituições seriam ‘premiadas’ com ‘redução menor do que as outras’. O primeiro parâmetro, conforme o secretário de Educação Superior do MEC, é o ‘desempenho acadêmico e seu impacto no mercado de trabalho’, com a governança das universidades na sequência. O terceiro parâmetro é a inovação gerada para a economia.</p> <p>- Queremos que as universidades foquem em prestar serviços melhores para os nossos cidadãos, e que isso se reflita em ganho de inovação e de empregabilidade para os nossos alunos - disse.”</p>
<p>Consequências</p>	<p>“O anúncio de Weintraub causou alvoroço no início do dia, quando, ao jornal O Estado de S. Paulo, o ministro deu exemplos do que considera bagunça: ‘Sem-terra dentro do campus, gente pelada dentro do campus’.”</p> <p>“O reitor da [...] UFRGS [...] respondeu se havia tomado conhecimento sobre tais práticas, como estudantes pelados em festas na universidade.</p> <p>- Só se for pela falta de salário, todo mundo anda meio pelado mesmo – ironizou.”</p> <p>“[...] o reitor da UFRGS, Rui Vicente Oppermann, comentou as declarações do ministro da Educação e defendeu as universidades como ‘espaço público necessário de formação do cidadão’.”</p> <p>“Oppermann complementou dizendo que nunca viu ninguém pelado em festas ou eventos da UFRGS e que, se a pessoa andar dessa forma, vai estar ‘atentando contra o pudor’, como em qualquer lugar da cidade. Neste sentido, será advertida.</p> <p>O reitor foi além na avaliação sobre a realização das festas promovidas por universitários que foram criticadas pelo ministro:</p> <p>- Que existem festas, existem festas. Isso é inegável. E eu acho até saudável que elas existam porque as pessoas têm de fazer essa socialização – defendeu.</p> <p>Quanto à questão dos sem-terra (e ele acrescentou outros grupos), o reitor discordou da visão apresentada pelo ministro de Jair Bolsonaro:</p> <p>- Grupos sociais são importantes. [...]”</p>

Fonte: O autor (2021).

Quadro 11 – Segunda análise do enquadramento prioritário de maio de 2019

Título do texto/editoria, seção ou caderno: “A grama do vizinho”. Coluna Informe Especial, p. 2.	Data da edição: 17/05/2019
DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO	
Exemplos	<p>“O Reino Unido é um bom exemplo. Segundo o ranking Times Higher Education, três das 10 melhores universidades do mundo são britânicas - e públicas. As outras sete são americanas - e privadas.</p> <p>Enquanto no Brasil o governo é responsável por todas as despesas, na terra da Rainha só 26% é financiamento público direto. A maior parte do orçamento vem de outras fontes. Os estudantes precisam pagar diversas taxas: quem tem renda maior contribui com mais.”</p> <p>“Financiamento das universidades britânicas Taxas: 44% Outras fontes: 21% Recursos públicos para pesquisa: 16% Recursos públicos para o ensino: 10% Financiamento privado para pesquisa: 8% Doações: 1%”</p>
DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	
Causas	“o corte de verbas nas universidades federais”
Consequências	<p>“barulho nas ruas”</p> <p>“estimula o Brasil a olhar para o lado e conferir com mais atenção o modelo de financiamento adotado por instituições públicas em outros países”</p>

Fonte: O autor (2021).

Quadro 12 – Primeira análise do enquadramento prioritário de junho de 2019

Título do texto/editoria, seção ou caderno: “Bolsonaro chama Moro para tratar de vazamentos”. Notícias Política, p. 6-7.	Data da edição: 11/06/2019
DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO	
Metáforas	<p>“Para o órgão [MPF], o responsável pelo ataque teria ‘sequestrado’ identidades, ‘se passando por procuradores e jornalistas em conversas com terceiros [...]”</p> <p>“Penso que o perfil do ex-colega que virou as costas, portanto não demonstrou ser uma pessoa vocacionada para o cargo, virou as costas para a cadeira de juiz, está um pouco abalado” <i>(depoimento do ministro Marco Aurélio Mello)</i></p>
Exemplos	<p>“projetos prioritários para o governo, como a autorização de crédito complementar e a reforma da Previdência”</p> <p>“[...] leis e diretrizes previstas no ordenamento jurídico brasileiro. 1) Código de Ética da Magistratura [...] 2) Código de Ética e de Conduta do Ministério Público</p>

	<p>[...]</p> <p>3) Código de Processo Penal</p> <p>[...]</p> <p>4) Código de Processo Civil</p> <p>[...]"</p>
Representações	<p>Representações das UFs como campo científico e fonte de informação:</p> <p>“A tecnologia de criptografia do aplicativo é um dos fatores que leva o professor do Instituto de Informática da UFRGS Jéferson Campos Nobre a crer que a eventual ação de hackers para subtrair conteúdos de diálogos não aconteceu a partir de violação dos sistemas de segurança do Telegram. A hipótese mais provável seria de que a invasão tenha ocorrido nos telefones de procuradores:</p> <p>- Tendo acesso a um aparelho, a pessoa pode fazer uso das ferramentas, abrir o Telegram e ver tudo, inclusive copiar e exportar.</p> <p>Professor do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura da Universidade Federal do Espírito Santo, Fábio Malini também não aposta em invasão do Telegram por hackers. Para ele, a causa pode ter sido algo simples: descuido dos usuários.”</p>
Imagens visuais	<p>A matéria inclui duas fotos. A maior é a do ministro Sergio Moro. Ele está sério, de braços cruzados, semblante fechado e olhando para baixo, como se estivesse refletindo. Atrás dele está a bandeira nacional hasteada. A imagem pode demonstrar que o Brasil está de olho nas atitudes do ministro, que, agora, está com a reputação abalada. Ao mesmo tempo, devido à bandeira estar mais alta que o ministro, temos a impressão de que o país é maior que qualquer agente público, e que todos estão sujeitos ao ordenamento jurídico brasileiro.</p> <p>A segunda foto é bem menor e está “em cima” da primeira, no canto inferior direito. É uma imagem estática de um trecho de vídeo (reprodução). Nela aparece o chefe da operação Lava-Jato, Deltan Dallagnol. O fato de a imagem de Dallagnol estar pequena, menor do que a foto de Moro, reforça o enquadramento de que, entre os dois agentes públicos, a situação está mais desfavorável para o ministro. A imagem de Dallagnol tem cores frias e suaves, em contraponto à foto de Moro, em tons quentes e fortes. Logo, comparada à situação do ministro, a situação do procurador é menos destacada pelo jornal.</p>
DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	
Causas	<p>“divulgação de supostas conversas entre o ex-juiz federal responsável pela Lava-Jato e integrantes da força-tarefa no Ministério Público Federal (MPF)”</p> <p>“diálogos publicados pelo site The Intercept Brasil”</p>
Consequências	<p>“Sergio Moro e Deltan Dallagnol tornaram-se alvo de manifestações de apoio e de críticas. Enquanto entidades associativas de procuradores e juizes defenderam ambos e a operação, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sugeriu que os envolvidos peçam afastamento para ‘que as investigações corram sem qualquer suspeita’”</p>

	<p>“Bolsonaro deverá se encontrar com seu ministro da Justiça para ‘traçar linhas de ação’”</p> <p>“Ontem, o presidente não fez comentários públicos. À noite, o secretário de Comunicação da Presidência, Fabio Wajngarten, disse que, em dois momentos, Bolsonaro afirmou a ele: ‘Nós confiamos irrestritamente no ministro Moro’.</p> <p>[...] Moro voltou a comentar:</p> <p>- Quanto ao conteúdo, no que diz respeito a minha pessoa, não vi nada de mais.</p> <p>Questionado se orientou o MPF durante a Lava-Jato, disse:</p> <p>- Não tem nenhuma orientação ali. Aquelas, que nem posso dizer que são autênticas, porque são coisas que aconteceram, se aconteceram, anos atrás.”</p> <p>“[...] a preocupação do Palácio do Planalto é com os desdobramentos que o caso pode ter no Congresso, impedindo a votação de projetos”</p> <p>“A oposição pretende obstruir todas as votações no Legislativo e aventou a instalação de uma comissão parlamentar de inquéritos (CPI). Para isso, pode contar com o apoio do centrão. Também há intenção de convocar o ministro a prestar depoimento.”</p> <p>“O lançamento da campanha publicitária sobre o pacote anticrime, principal projeto de Moro no governo, previsto para amanhã foi suspenso. As medidas devem ter a tramitação retardada.”</p> <p>“o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) abriu investigação”</p> <p>“O MPF fez ontem a terceira manifestação sobre o caso desde a noite de domingo. Dessa vez, indicou que os procuradores estão sendo alvos de ataques hackers desde abril e que o vazamento de conversas está sob investigação.”</p> <p>“Dallagnol divulgou um vídeo no qual disse que, pensar que a operação é partidária, seria ‘teoria da conspiração’. Afirmou, ainda, que o contato com juízes é natural desde que não ocorra conluio.</p> <p>O conteúdo das conversas foi abordado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello [...]:</p> <p>- O fato existe e tem repercussões jurídicas. Pelo menos quanto a imagem do ex-juiz Sergio Moro que o presidente da República diz que é candidato ao Supremo. Penso que uma cadeira no Supremo não é pouco. Penso que o perfil do ex-colega que virou as costas, portanto não demonstrou ser uma pessoa vocacionada para o cargo, virou a costas para a cadeira de juiz, está um pouco abalado.</p> <p>[...] o editor-executivo do The Intercept Brasil, Leandro Demori, informou que apenas ‘1% do material’ recebido foi analisado e publicado. O conteúdo, disse, foi repassado por uma fonte anônima, com conversas, vídeos, áudios e fotos envolvendo outros personagens.”</p> <p>“Os diálogos tornados públicos podem ser interpretados como</p>
--	---

	<p>um desvio a leis e diretrizes previstas no ordenamento jurídico brasileiro.”</p> <p>“[...] nem toda a Lava-Jato pode ser questionada pelos conteúdos divulgados até o momento. No caso de Lula - o mais evidente até o momento -, o processo poderia ser anulado se provado que o ex-juiz o condenou, mas também contribuiu para a produção de provas na acusação chefiada por Dallagnol.”</p> <p>“As informações divulgadas pelo site precisam ser esclarecidas com maior profundidade” (<i>posicionamento da Associação dos Juizes Federais do Brasil</i>)</p> <p>“A ANPR cobrará das autoridades competentes a apuração rigorosa” (<i>posicionamento da Associação Nacional dos Procuradores</i>)</p> <p>“Este quadro recomenda que os envolvidos peçam afastamento dos cargos públicos que ocupam, especialmente para que as investigações corram sem qualquer suspeita” (<i>posicionamento da Ordem dos Advogados do Brasil</i>)</p> <p>“Polarização política é reforçada com publicação”</p> <p>“Sergio Moro enfrenta a primeira grande crise”</p> <p>“A divulgação de conversas entre ele [<i>Moro</i>] e o procurador Deltan Dallagnol sobre os rumos da Operação Lava-Jato acirrou a polarização entre apoiadores e críticos de seu trabalho. Diante da expectativa de novas revelações, poucos arriscam mensurar o eventual prejuízo à agenda do Planalto [...]. Conhecido pelas opiniões fortes, o presidente optou, desta vez, pela discrição. As manifestações mais fortes sobre o caso vieram do Legislativo, onde Moro provoca sentimentos conflitantes. Parte dos parlamentares vê no discurso contrário à corrupção o ataque velado à política.</p> <p>- O parlamento tem de entrar na investigação. Já está na mesa uma possibilidade de CPMI. Estamos avaliando a convocação do ex-juiz, além de exigir o afastamento dele e a suspensão de função de procuradores - afirmou a líder da minoria na Câmara, Jandira Feghali (PcdoB-RJ).”</p> <p>“Para ele [<i>senador Alvaro Dias</i>], o material divulgado traz apenas opiniões e sugestões e ‘não eliminam decisões judiciais competentes’”</p> <p>“deputados de oposição subiram o tom na defesa da criação de leis que limitem a atuação de integrantes do Ministério Público e do Judiciário em investigações”</p> <p>“Miguel Reale Júnior sustenta que as revelações se tornam graves, em especial, pela dificuldade de articulação política do Planalto [...].</p> <p>- O certo é que a aura que recaiu sobre Moro, visto como Super-Homem, se desfez. É uma questão que vai assumir relevo político muito grande - opina.”</p>
--	--

Fonte: O autor (2021).

Quadro 13 – Segunda análise do enquadramento prioritário de junho de 2019

Título do texto/editoria, seção ou caderno: “Correção do solo com ingrediente local”. Caderno Campo e Lavoura, p. 4-5.	Data da edição: 22 e 23/06/2019
DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO	
Representações	<p>Representações dos objetivos, da missão e do trabalho desenvolvido pelas UFs em ensino, pesquisa e extensão: “A necessidade de neutralizar o PH elevado foi preconizada no Estado pela histórica Operação Tatu [...], ainda nos anos 1960. Na época, em esforço conjunto de instituições como Emater e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), um programa estadual estimulou o melhoramento da fertilidade por meio da correção de solos ácidos, especialmente os da Metade Norte, mais argilosos. O resultado foi uma revolução na agricultura gaúcha nas décadas seguintes.”</p> <p>Representações das UFs como campo científico e fonte de informação: “- O PH é uma variável-mestre, por isso uma calagem (correção com calcário) benfeita é tão importante para o sucesso da adubação da terra - reforça Amanda Posselt Martins, professora da Faculdade de Agronomia da UFRGS.”</p> <p>“Professor do Departamento de Solos da Universidade Federal de Santa maria (UFSM), Telmo Amado concorda com a necessidade de reduzir o PH em camadas mais profundas do solo, mas discorda de que isso não seja possível quando o produto é aplicado em superfície. - Há alternativas para permitir que o produto seja absorvido sem o revolvimento da terra: como a maior frequência da calagem, a cada dois ou três anos, e a associação com plantas de cobertura no inverno, como aveia, ervilhaca e nabo forrageiro - afirma Amado, acrescentando que o uso de gesso é opção para ajudar no preparo da terra sem a necessidade de arar. Somente em casos extremamente críticos de acidez, o pesquisador da UFSM recomenda a escarificação (revolvimento leve do solo). - Muitos produtores campeões em produtividade conseguem que as plantas atinjam raízes profundas com aplicação em superfície - afirma o professor. [...] a professora da UFRGS Amanda Posselt Martins alerta que a decisão precisa ser baseada em critérios técnicos: - Em muitas lavouras se criou uma receita pronta, o que não existe. Somente a análise do solo por talhões dará respostas precisas - afirma Amanda.”</p> <p>“- Quando perde-se a eficiência na fertilização mineral, a lavoura fica mais suscetível a déficits hídricos - indica o professor da UFSM Telmo Amado, acrescentando que em anos de falta de chuva o potencial produtivo de lavouras de soja pode sofrer redução de 10% a 20%.”</p>
Imagens visuais	A primeira foto apresenta duas pessoas no primeiro plano, e, no segundo plano, uma imensa área de terra clara, com muitas

	<p>pedras e barrancos. Uma máquina está coletando as pedras e enchendo um caminhão. O enquadramento da foto é a imensidão de terra a ser explorada comercialmente pelo homem. Sinaliza grande potencial econômico e produtivo.</p> <p>Esta conotação é a mesma da segunda foto. Nela, aparece um homem em primeiro plano e, atrás dele, uma imensidão de pedras. O homem, vestido formalmente, aparenta ser o proprietário ou algo semelhante daquilo tudo. A foto reforça o enquadramento da primeira imagem, de que as pedras e a terra estão ali como fonte de riqueza e prosperidade.</p> <p>A terceira imagem é de dois montes de pedras. Não é possível saber se eles são grandes ou pequenos. Há explicações (escritas) de como ocorre o processo de extração do calcário. É a engrenagem industrial aparentando sua complexidade em relação ao processo de produção.</p>
DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	
Causas	<p>“Apesar de velho conhecido da agricultura e barato na comparação com outros, o produto [<i>calcário</i>] ainda é negligenciado por parte dos agricultores - que erram a mão na hora da aplicação, com equívocos que vão de quantidades insuficientes a superdoses desnecessárias.”</p> <p>“[...] ainda há falta de informação sobre a real necessidade de calcário - avalia Roberto Zamberlan, presidente do Sindicalc.”</p> <p>“problemas na forma como a correção é feita em muitas lavouras gaúchas”</p> <p>“descuido na largada [<i>do calcário</i>]”</p> <p>“problemas na forma como a correção é feita em muitas lavouras gaúchas”</p> <p>“[<i>uso de</i>] nutrientes em solos ácidos, mal corrigidos”</p>
Consequências	<p>“perdas de fertilidade e produtividade”</p> <p>“rastros de prejuízos, com perdas na fertilidade e, conseqüentemente, na produtividade da safra”</p> <p>“as plantas não conseguem absorver substâncias essenciais para a produção, comprometendo todo o desenvolvimento de um ciclo agrícola”</p>

Fonte: O autor (2021).

Quadro 14 – Primeira análise do enquadramento prioritário de janeiro de 2020

Título do texto/editoria, seção ou caderno: “Efeito australiano no céu do RS”. Editoria n/i ⁴⁵ , p. 22-23.	Data da edição: 08/01/2020
DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO	

45 No segundo semestre de 2019 o jornal passou uma mudança no seu projeto gráfico e editorial. As editorias praticamente desapareceram, sendo substituídas por rubricas. Assim, nos textos em que não foi possível identificar a seção do jornal, colocamos “n/i”, de “não identificada”.

Exemplos	“o governo Jair Bolsonaro enfraqueceu a fiscalização de crimes ambientais ao neutralizar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama). Dentre as ações, criou burocracias para a aplicação de multas e passou a divulgar na internet locais de fiscalização antes de efetuá-las - algo equivalente a se a polícia avisasse dias e locais onde faria operações”
Representações	<p>Representações das UFs como campo científico e fonte de informação:</p> <p>“- Alguns modelos indicavam que esse material chegaria ao sul do Brasil. Só que grande parte dele é transportado em altitudes de 10 mil quilômetros e fica concentrado nessa altitude. Mesmo presente na atmosfera, não provoca nenhum risco nem prejudica a qualidade do ar - diz Marcelo Félix Alonso, professor de Meteorologia na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).”</p> <p>“Por volta das 14h de ontem, imagens de satélite mostravam uma pluma condizente com a fumaça. Mesmo assim, diz o professor, é impossível ter certeza absoluta de que se trata de resquícios das chamas na Austrália. - Está mais concentrado no oeste gaúcho. Mas não creditaria 100% à fumaça - diz Alonso.”</p> <p>“- Na Austrália, a vegetação é do tipo savana, de campo entremeado com árvores e arbustos. Existe, então, um primeiro combustível: o pasto seco que, sob o sol ardente, pega fogo - algo que ocorre também no cerrado brasileiro. Mas, na Floresta Amazônica, o clima é úmido e, portanto, as queimadas, quando aparecem, são por ação do homem - explica Carlos Nabinger, professor da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e especialista em agrometeorologia.”</p>
Imagens visuais	A matéria apresenta uma foto de um pôr do sol, com um rio na frente e uma ponte. Na ponte, pessoas observam o pôr do sol. Alguns barcos passeiam pelo rio. O céu tem várias cores. A foto conota beleza. É o espetáculo da natureza, belo e tranquilo.
DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	
Causas	<p>“Fumaça dos incêndios florestais na Austrália”</p> <p>“a fumaça dos incêndios florestais que afetam a Austrália chegou ao Rio Grande do Sul ontem”</p> <p>“incêndios na Austrália”</p> <p>“fumaça tóxica”</p> <p>“aquecimento global”</p>
Consequências	<p>“influencia coloração do pôr do sol, que ficou mais avermelhado”</p> <p>“Na Região Metropolitana, há fumaça, embora não visível - mas o fenômeno influenciou na coloração do pôr do sol, que ficou mais avermelhado e alaranjado do que o visto normalmente.”</p> <p>“Em Porto Alegre, o cenário ao fim do dia ganhou tonalidades</p>

	<p>mais intensas do que o habitual.”</p> <p>“Uma porção de território quase do tamanho da Inglaterra está em chamas <i>[na Austrália]</i>. Ao menos 25 pessoas morreram, 1,5 casas foram destruídas e mais de meio bilhão de animais perdeu a vida.”</p> <p>“<i>[fumaça tóxica]</i> afeta australianos, que precisam usar máscaras para evitar problemas respiratórios - ao menos 100 mil pessoas saíram de casa. Supermercados estão com prateleiras vazias, após moradores fazerem estoque de alimentos. Os incêndios são grandes a ponto de gerarem raios, vento forte e tornados - na segunda-feira, um bombeiro morreu esmagado por um caminhão após um tornado.”</p> <p>“sob altas temperaturas e clima seco, a vegetação queima, e as chamas se alastram com o vento”</p> <p>“A fumaça chegou ao Estado ontem, mas não deve causar problemas à saúde dos gaúchos.”</p> <p>“<i>[O aquecimento global]</i> está deixando a temperatura ainda mais alta e a temporada de seca mais longa. Nesse cenário, a chance de surgirem incêndios é maior.”</p> <p>“Apenas um Estado australiano não está em chamas, e o pior cenário é no Sudeste, região mais populosa do país. As regiões de Victoria (onde fica Melbourne) e Nova Gales do Sul (onde fica Sydney), são bastante afetadas. Grandes cidades como Camberra e Adelaide também sofrem efeitos dos incêndios. Em Mallacoota, a população fugiu em um navio.”</p> <p>“<i>[Em New South Wales]</i> há estimativa de que mais de 30% de coalas tenham morrido.”</p> <p>“O primeiro-ministro da Austrália, Scott Morrison, do Partido Liberal, que é conservador, está sendo duramente criticado pela população local por não ter respondido ao incêndio à altura e por ter viajado ao Havaí durante a crise ambiental. [...] Como resposta, Morrison prometeu criar mais fundos financeiros para bombeiros e pagar voluntários que trabalham para conter as chamas. O governo também irá enviar 3 mil soldados para combater o fogo. Ao mesmo tempo, ele declarou que a Austrália investe mais do que outros países desenvolvidos em políticas de preservação da natureza e que é preciso apoiar indústrias tradicionais para proteger a economia. Scott Morrison foi criticado pela ativista sueca Greta Thunberg, 16 anos, que escreveu: ‘Mesmo desastres como este não parecem despertar ação política, como isso é possível?’. Em resposta, o primeiro-ministro afirmou que não estava ali para ‘impressionar pessoas de fora’. Mais de meio bilhão de animais morreram durante as queimadas. Cangurus conseguem fugir se não estiverem cercados pelo fogo, mas coalas, que são mais lentos, são queimados vivos. Ao menos 30% da população total de coalas de um Estado foi morta pelos incêndios.”</p>
--	---

Fonte: O autor (2021).

Quadro 15 – Segunda análise do enquadramento prioritário de janeiro de 2020

Título do texto/editoria, seção ou caderno: “Desemprego com Ensino Superior quase dobra no RS”. Editoria n/i, p. 6.	Data da edição: 27/01/2020
DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO	
Representações	Representações das UFs como campo científico e fonte de informação: - É importante que as pessoas se formem e consigam trabalho em sua área. Sem isso, o risco é de depreciação do capital humano, já que não colocam em prática o que aprendem na faculdade - diz o economista Felipe Garcia, professor da Universidade Federal de Pelotas.
Imagens visuais	A matéria apresenta uma foto de um rapaz em <i>pose</i> . Ele está vestido formalmente, com camisa social e paletó. Está apoiado em uma mesa, segurando alguns papéis. Há um notebook e uma calculadora científica na mesa. A foto conota a intenção de passar um sentimento de seriedade e profissionalismo.
DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	
Causas	<p>“Crise econômica e maior oferta de mão de obra”</p> <p>“a quantidade de gaúchos com Ensino Superior completo subiu 31% entre o terceiro trimestre de 2014 e igual intervalo de 2019”</p> <p>“ofertas reduzidas e mais mão de obra em busca de ocupação”</p> <p>“O país está construindo reação baseada, no primeiro momento, na informalidade e em empregos de qualificação menor” (<i>fala de professor da PUCRS</i>)</p> <p>“produtividade mais baixa”</p> <p>“períodos de recessão”</p>
Consequências	<p>“Desemprego com Ensino Superior quase dobra no RS”</p> <p>“gargalo na disputa por oportunidades entre quem concluiu graduação”</p> <p>“O número de desempregados com Ensino Superior completo quase dobrou em cinco anos no Estado. No terceiro trimestre de 2019, alcançou a marca de 44 mil pessoas. Em igual período de 2014, eram 23 mil. Ou seja, houve alta de 91,3% no intervalo.”</p> <p>“Em termos percentuais, o avanço dos desocupados com graduação concluída foi superior à média geral [...]. No mesmo período, o número de desempregados no Rio Grande do Sul subiu 78,8%, de 302 mil para 540 mil.”</p> <p>“dificuldades encontradas por quem estudou por mais tempo”</p> <p>“Minha estratégia agora é aprimorar meu currículo. É necessário evoluir.” (<i>fala de rapaz desempregado</i>)</p>

	<p>“aumento da desigualdade social”</p> <p>“cenário de dificuldades”</p> <p>“é preciso que a economia tenha retomada mais consistente”</p> <p>“o risco é de depreciação do capital humano, já que <i>[as pessoas com Ensino Superior]</i> não colocam em prática o que aprendem na faculdade” <i>(fala de professor da UFPel)</i></p>
--	---

Fonte: O autor (2021).

Quadro 16 – Primeira análise do enquadramento prioritário de fevereiro de 2020

Título do texto/editoria, seção ou caderno: “Tente beijar poucas pessoas ou não beijar ninguém”, diz infectologista”. Editoria n/i, p. 28.	Data da edição: 20/02/2020
DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO	
Representações	<p>Representações das UFs como campo científico e fonte de informação:</p> <p>“- Os blocos estão ao ar livre, mas essas pessoas frequentam bares, restaurantes e shoppings e usam o transporte público. Claro que tem mais chance de circulação de alguns agentes bacterianos ou vírus - explica a infectologista Nancy Bellei, pesquisadora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).”</p> <p>“- Não é só uma troca de saliva. Ao se beijarem, as pessoas encostam as faces. É um contato muito próximo. Tem risco de transmissão de vírus respiratórios - alerta Nancy.”</p> <p>“Mesmo considerando que quem encara a muvuca não está tão preocupado assim com gripes e resfriados, a infectologista explica que, para diminuir o risco de infecções, não há receita milagrosa:</p> <p>- Tente beijar poucas pessoas ou não beijar ninguém. Quanto mais contato físico, mais chance de transmissão.”</p> <p>“A mononucleose infecciosa, conhecida popularmente como doença do beijo, é provocada por um vírus transmitido pela saliva. Trata-se de uma enfermidade comum em crianças pequenas - nas escolinhas, elas compartilham brinquedos que são levados à boca [...].</p> <p>Nancy destaca que quem gosta do agito carnavalesco não tem muito o que fazer para se proteger, já que se juntam muitas pessoas a uma distância mínima - ou nula - umas das outras. [...]</p> <p>- Um bloco de Carnaval é como uma creche infantil, só que com um tipo diferente de interação - compara a pesquisadora.”</p>
DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	
Causas	<p>“coronavírus”</p> <p>“outros vírus respiratórios”</p> <p>“aglomeração de pessoas em blocos, desfiles e bailes”</p>

	<p>“pesquisadores têm observado uma chegada mais precoce do vírus influenza, especialmente, às regiões sul e sudeste do país”</p> <p>“dias de folia”</p> <p>“grandes agrupamentos e maior afluxo de turistas”</p> <p>“Cidades como São Paulo, que em outras épocas se esvaziavam durante o mais celebrado feriadão nacional, hoje têm um calendário concorrido de festas.”</p> <p>“desembarque de estrangeiros no país, rumo a destinos mais conhecidos do Carnaval, com Rio de Janeiro e Salvador. [...] turistas que vêm do hemisfério norte estão saindo de locais onde é inverno, época em que os vírus se propagam com mais facilidade”</p> <p>“essas pessoas frequentam bares, restaurantes e shoppings e usam o transporte público” <i>(fala da professora da Unifesp)</i></p> <p>“Quanto ao coronavírus, o entra e sai de viajantes abre brechas, claro, para a vinda de um eventual infectado.”</p> <p>“o Carnaval está intimamente ligado à ideia de curtição e multiplicidade de parceiros”</p> <p>“Ao se beijarem, as pessoas encostam as faces. É um contato muito próximo.” <i>(fala da professora da Unifesp)</i></p> <p>“para diminuir o risco de infecções, não há receita milagrosa”</p> <p>“Quanto mais contato físico, mais chance de transmissão” <i>(fala da professora da Unifesp)</i></p> <p>“Nancy destaca que quem gosta do agito carnavalesco não tem muito o que fazer para se proteger, já que se juntam muitas pessoas a uma distância mínima - ou nula - umas das outras. É difícil colocar em prática, no meio de uma multidão e com difícil acesso a banheiros, por exemplo, uma das medidas preventivas mais eficazes contra a propagação dos vírus respiratórios, que é a lavagem frequente das mãos.”</p>
Consequências	<p>“elevação nos índices de infecções”</p> <p>“disseminação de doenças”</p> <p>“aumento dessas enfermidades”</p> <p>“mais chance de circulação de alguns agentes bacterianos ou vírus” <i>(fala da professora da Unifesp)</i></p> <p>“o folião estará se expondo ao beijar alguém”</p> <p>“Tem risco de transmissão de vírus respiratórios - alerta Nancy.”</p>

Fonte: O autor (2021).

Quadro 17 – Segunda análise do enquadramento prioritário de fevereiro de 2020

Título do texto/editoria, seção ou caderno: “Prevenção à estiagem”. Caderno Campo e Lavoura, p. 6-7.	Data da edição: 29/02 e 01/03/2020
DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO	
Metáforas	“A ideia é usar a própria feira como termômetro para avaliar o ânimo do produtor.”
Exemplos	“Avanços tecnológicos como drones, mapas e imagens por satélite, aliados ao manejo”
Representações	<p>Representações dos objetivos, da missão e do trabalho desenvolvido pelas UFs em ensino, pesquisa e extensão: “Não caso dele, o auxílio da Universidade Federal de Santa Maria e o uso de plataformas digitais também têm colaborado em análises. O acompanhamento com imagens e mapas permite o melhor monitoramento da lavoura e possibilita a adoção de medidas corretivas.”</p> <p>“Tem dúvidas sobre a estiagem? Quer saber como aplicar métodos que podem diminuir as perdas? Como manejar solos e culturas? O assunto estará em pauta na Expodireto. Um dos locais para tratar do tema será na estação do projeto Aquarius, que disponibilizará ao produtor contato com profissionais e especialistas que estarão aptos a fazer esclarecimentos e apresentar novas tecnologias. Trata-se de uma parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e empresas.”</p> <p>Representações das UFs como campo científico e fonte de informação: “Doutor em manejos de solo, o professor Telmo Amado, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sabe bem o quanto a estiagem castiga as lavouras e também os produtores. Há anos acompanhando de perto o cenário nos campos, ele dá dicas de como estar preparado para períodos de escassez de chuva [...] e destaca a importância de buscar aliados, como drones e imagens por satélites, e estratégias para desenvolver sistemas mais resilientes. Os drones, por exemplo, são aptos para operar com uma câmera térmica capaz de identificar os locais que mais sofrem com a estiagem. - É possível distinguir muito bem o produtor que cuidou de sua área e o que, infelizmente, não investiu. Áreas novas que tiveram muito pisoteio de gado no inverno ou problemas de compactação têm chamado atenção dos agrônomos. Há lavouras que sentem mais o déficit hídrico – avalia.”</p> <p>“Este ano, segundo Amado, há irregularidade de distribuição da chuva, enquanto em outras secas os prejuízos foram generalizados e já eram irreparáveis no início do período. Na safra atual, há mais esperança, especialmente em relação ao que foi semeado em início de novembro: - Alguns serão severamente penalizados. Mesmo em época semelhante, usando tecnologia parecida e até custo, o resultado pode ser bastante diferente. Todo o Estado está bastante apreensivo, a quebra de produtividade tem sido muito intensa. Tem um tempo ainda (para recuperação), mas está passando rapidamente.”</p>

	<p>“Quais são as consequências da estiagem...</p> <ul style="list-style-type: none"> - A cultura da soja tem uma fase de alta demanda de água. Volume de precipitação aquém da necessidade causa estresse na planta e provoca efeitos como a queda precoce das folhas, o que afeta o número de vagens. - Pode ocorrer o abortamento de flores, o que impacta no número de vagens por planta. - O peso dos grãos fica mais leve e o teor de proteína, mais baixo. - Há encurtamento do ciclo da cultura, perda de produtividade, volume e qualidade do grão ou semente. <p>...e como minimizar os efeitos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Corrigir o solo e utilizar quantidade suficiente de calcário. - Colocar o fósforo mais profundo. - Controlar ou amenizar a compactação do solo. - Manter a cobertura do solo com uso de culturas de cobertura. - Fazer rotação de culturas e utilizar plantas de cobertura de solo com sistema radicular agressivo, como capim sudão, milheto e cultura do milho. - Utilizar condicionador de solo, como gesso e extratos de algas e adubação orgânica. - Cuidado com população de planta elevada. - Manejar a matéria orgânica e a atividade biológica do solo. - Não fazer a semeadura no sentido da declividade (fazer no sentido transversal à declividade). - Escolher cultivares que tenham folhas mais eretas, estreitas e uma soja com sistema radicular profundo e estatura média. <p>Fonte: Telmo Amado, professor da UFSM e doutor em manejo de solo.”</p>
<p>Imagens visuais</p>	<p>A primeira foto é de uma máquina (parece ser um drone) em um chão de terra, com plantações ao redor. O procedimento de conotação <i>objeto</i> aparenta a tecnologia como aliada da agricultura.</p> <p>A segunda foto é de uma plantação de soja. Na imagem há apenas a plantação e, ao fundo, o horizonte do céu azul. Mostra a beleza da natureza.</p> <p>A terceira foto é de uma máquina colhendo o que restou em uma plantação de milho, que está bastante seca e castigada pela estiagem. Enquadra o prejuízo que o produtor teve.</p> <p>A quarta foto é de uma plantação de milheto, bastante pequena. É possível perceber que há outras espécies ao redor, sugerindo a rotação de culturas como estratégia para minimizar os efeitos da estiagem.</p>
<p>DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO</p>	
<p>Causas</p>	<p>“Avanços tecnológicos como drones, mapas e imagens por satélite, aliados ao manejo”</p> <p>“avanços de manejo e de tecnologia”</p> <p>“o auxílio da Universidade Federal de Santa Maria e o uso de plataformas digitais”</p> <p>“acompanhamento com imagens e mapas”</p>

Consequências	<p>“minimizam as perdas”</p> <p>“apresentam novas maneiras de lidar com efeitos provocados pela escassez”</p> <p>“minimizar os prejuízos na safra atingida e evitar que a próxima continue a sofrer as consequências”</p> <p>“melhor monitoramento da lavoura”</p> <p>“possibilita a adoção de medidas corretivas”</p> <p>“Quais são as consequências da estiagem... - A cultura da soja tem uma fase de alta demanda de água. Volume de precipitação aquém da necessidade causa estresse na planta e provoca efeitos como a queda precoce das folhas, o que afeta o número de vagens. - Pode ocorrer o abortamento de flores, o que impacta no número de vagens por planta. - O peso dos grãos fica mais leve e o teor de proteína, mais baixo. - Há encurtamento do ciclo da cultura, perda de produtividade, volume e qualidade do grão ou semente.”</p>
----------------------	---

Fonte: O autor (2021).

Quadro 18 – Primeira análise do enquadramento prioritário de março de 2020.

Título do texto/editoria, seção ou caderno: “Politização ameaça o combate à pandemia”. Editoria n/í, p. 12-13.	Data da edição: 28 e 29/03/2020
DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO	
Metáforas	“A estratégia de fazer um isolamento ‘cirúrgico’ é boa na teoria”
Exemplos	<p>“A grande recessão de 2008, por exemplo, custou cerca de 4,5% do PIB americano.”</p> <p>“Mesmo que o Brasil tenha um percentual de pessoas mais velhas ao da Itália, que registra um alto número de mortes por covid-19, as condições de vida peculiares do Brasil elevam o risco de tentar preservar exclusivamente essa faixa etária. Na Itália, os idosos representam mais de um quinto da população. No Brasil, são cerca de 16%, mas costumam dividir a casa com outras pessoas.”</p> <p>“Se a atividade econômica for reduzida pela metade por um mês e em 25% por outros dois meses, o Fórum Econômico Mundial estima queda de até 10% no PIB de cada país. Na gripe espanhola (1918-1919), foi de 6%.”</p> <p>“Sob recomendação da Organização Mundial da Saúde, países como Alemanha, Argentina, Bélgica, França, Espanha e Índia decidiram fechar escolas, comércios e manter pessoas em casa de maneira generalizada.”</p> <p>“A China aplicou essa estratégia [<i>o isolamento horizontal</i>] com</p>

	<p>sucesso. Inicialmente, a região de Wuhan, onde o coronavírus surgiu, foi isolada. Posteriormente, as restrições se estenderam a cerca de 20 regiões ou províncias. Em 18 de março, a China não registrou casos de transmissão local pela primeira vez desde o início da pandemia, no final de 2019.”</p> <p>“A Itália, quando registrava 17 mortos, optou por não restringir a circulação para não prejudicar a economia. Abriu mão dessa estratégia depois que o número de casos e mortes passou a aumentar de forma exponencial. Na quinta-feira, superava 7,5 mil mortos.</p> <p>A Coreia do Sul conseguiu bons resultados e passou a registrar queda no número de novos casos de covid-19 mesmo sem restrições generalizadas de circulação. Depois de ter quase mil novos casos por dia, o índice caiu para menos de cem - boa parte deles importados.”</p>
Representações	<p>Representações dos objetivos, da missão e do trabalho desenvolvido pelas UFs em ensino, pesquisa e extensão:</p> <p>“Outro dado do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade federal de Minas Gerais (UFMG) aponta que dois terços dos idosos moram com alguma outra pessoa que não é seu cônjuge (familiar ou não).”</p> <p>“Um levantamento realizado por pesquisadores da Unicamp, da UFMG, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Associação Brasileira de Educação e Tecnologia revela que nada menos do que 45% dos brasileiros com mais de 18 anos têm alguma doença crônica. Nem todas são fatores de risco para a covid-19, como problemas de coluna, mas a maioria é, como hipertensão, insuficiência renal, diabetes, câncer e complicações cardiovasculares.”</p> <p>Representações das UFs como campo científico e fonte de informação:</p> <p>“- O combate à pandemia se politizou no Brasil. O momento era para se pensar exclusivamente na melhor forma de combater o vírus - alerta o epidemiologista Jair Ferreira, professor da UFRGS e médico do Hospital de Clínicas.”</p> <p>“- Principalmente nas classes sociais mais baixas, onde a doença aparentemente ainda não chegou com tanta força, é muito comum idosos morarem com outras pessoas. Nesse caso, é muito difícil evitar a transmissão - opina o epidemiologista e professor da UFRGS Jair Ferreira.”</p>
Imagens visuais	<p>A matéria é ilustrada por uma foto, com várias pessoas andando na rua. É possível perceber que se trata de um ponto com vários estabelecimentos comerciais. Em articulação com a pauta da matéria, a foto conota a despreocupação das pessoas em relação à pandemia, uma vez que elas sequer estão usando máscaras de proteção.</p>
DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	
Causas	<p>“um novo fosso passou a colocar os brasileiros em lados opostos: os que defendem maior isolamento social durante a expansão da pandemia de coronavírus e quem pede o confinamento exclusivo de grupos de risco para permitir a reabertura de empresas e evitar</p>

	<p>um tombo ainda maior da economia”</p> <p>“politização do combate ao coronavírus, reforçada após apelo do presidente Jair Bolsonaro para que o país volte a funcionar”</p> <p>“falta de uma ação coordenada entre municípios, Estados e União para definir uma estratégia comum”</p> <p>“Bolsonaro tomou a frente para defender outro modelo [<i>de isolamento</i>], chamado ‘vertical’, que permite a reabertura de escolas, universidades e negócios ao prever que apenas idosos e pessoas com doenças preexistentes se isolem. Entidades empresariais já lançaram manifestos pedindo a volta à normalidade, e carreatas estão sendo realizadas para forçar prefeitos e governadores a levantar a quarentena.”</p> <p>“O problema é que há muita desarticulação entre os níveis de governos. O ideal seria contar com uma política centralizada - argumenta Alexandre Schwarzbald, presidente da seção gaúcha da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI).”</p>
<p>Consequências</p>	<p>“ameaçam reduzir a eficácia do esforço nacional contra a covid-19”</p> <p>“- O combate à pandemia se politizou no Brasil. O momento era para se pensar exclusivamente na melhor forma de combater o vírus - alerta o epidemiologista Jair Ferreira, professor da UFRGS e médico do Hospital de Clínicas. Especialistas afirmam que retorno à rotina sem planejamento e reforço na aplicação de testes à população pode causar dano. O Imperial College de Londres, que vem realizando estudos usados como subsídio para a definição de políticas contra a covid-19 em diversos países, terminou na quinta-feira um trabalho que estima o impacto de diferentes medidas de contenção. Uma das conclusões é de que, se absolutamente nada fosse feito, até 40 milhões de pessoas morreriam.”</p> <p>“O Imperial College calculou que 44 mil brasileiros podem morrer em razão da covid-19 mesmo com medidas mais restritivas, mas essa cifra alcançaria 529 mil se fosse adotada apenas a reclusão vertical de idosos. Isso não quer dizer que a quarentena horizontal seja uma solução simples: há um preço epidemiológico e outro econômico a pagar. Do ponto de vista da saúde, segundo o infectologista do Hospital Conceição André Luiz Machado da Silva, se muitas pessoas ficarem isoladas por muito tempo, a imunidade social seguirá baixa. Assim, quando finalmente a vida voltar ao normal, o vírus pode provocar uma segunda onda de infecções. O fardo econômico de ficar em casa também é pesado. Uma publicação do Centro de Pesquisa de Política Econômica (com sede na Inglaterra) avalia que dois meses de lockdown econômico poderiam resultar em uma queda média de 6,5% no PIB.”</p> <p>“[<i>isolamento horizontal</i>] diminui o número de pessoas que ficam doentes ao mesmo tempo, o que tende a desafogar os serviços de saúde, e o risco de infecção da população mais vulnerável”</p> <p>“[<i>O isolamento vertical deixa</i>] o vírus circular mais entre a po-</p>

	<p>pulação sob menos risco, o que aumenta a imunidade coletiva”</p> <p>“<i>[O isolamento intermitente oferece]</i> resposta a cada etapa da epidemia, combinando momentos de maior restrição com outros de menos isolamento”</p> <p>“O Fórum Econômico Mundial calcula que três meses de redução na atividade econômica pode derrubar o PIB em 10%, mas o recuo ficaria em 6,5% se as atividades fossem retomadas após o segundo mês.”</p> <p>“A China aplicou essa estratégia <i>[o isolamento horizontal]</i> com sucesso. Inicialmente, a região de Wuhan, onde o coronavírus surgiu, foi isolada. Posteriormente, as restrições se estenderam a cerca de 20 regiões ou províncias. Em 18 de março, a China não registrou casos de transmissão local pela primeira vez desde o início da pandemia, no final de 2019.”</p> <p>“A Itália, quando registrava 17 mortos, optou por não restringir a circulação para não prejudicar a economia. Abriu mão dessa estratégia depois que o número de casos e mortes passou a aumentar de forma exponencial. Na quinta-feira, superava 7,5 mil mortos. A Coreia do Sul conseguiu bons resultados e passou a registrar queda no número de novos casos de covid-19 mesmo sem restrições generalizadas de circulação. Depois de ter quase mil novos casos por dia, o índice caiu para menos de cem - boa parte deles importados.”</p> <p>“[...] depressões <i>[econômicas]</i> resultam em queda na mortalidade, enquanto em nações em desenvolvimento o impacto costuma variar. No Brasil, estudo indica que a recessão verificada entre 2014 e 2016 foi nociva principalmente para homens negros, mas não em cidades onde havia bons níveis de investimento público em saúde e proteção social. Ou seja, quando os governos fazem o seu trabalho, ninguém precisa morrer.”</p> <p>“estudo demonstrou que a crise de 1929 resultou em melhora nas condições de saúde no período posterior de 1930 a 1933 nos Estados Unidos. Houve redução generalizada na mortalidade.”</p> <p>“Estudo publicado em novembro por pesquisadores brasileiros e estrangeiros na revista inglesa <i>The Lancet</i> mostra que a crise teve impacto negativo na saúde entre 2014 e 2016.”</p>
--	---

Fonte: O autor (2021).

Quadro 19 – Segunda análise do enquadramento prioritário de março de 2020.

<p>Título do texto/editoria, seção ou caderno: “Pesquisa da UFPel em todo o país”. Notícias, p. 9.</p>	<p>Data da edição: 30/03/2020</p>
<p>DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO</p>	
<p>Exemplos</p>	<p>“- Um estudo de prevalência na população testa uma amostra da população como um todo, como uma pesquisa em época de</p>

	<p>eleição tira uma amostra de eleitores.” <i>[fala do epidemiologista Aluisio Barros, que integra a equipe responsável pela metodologia do estudo]</i></p>
Representações	<p>Representações dos objetivos, da missão e do trabalho desenvolvido pelas UFs em ensino, pesquisa e extensão:</p> <p>“[...] estudo inédito no mundo, encomendado por iniciativa do governo do Estado e coordenado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), responderá a questões [...]”</p> <p>Representações das UFs como campo científico e fonte de informação:</p> <p>“- Não é uma pesquisa apenas para publicar em periódico científico. Serve para a comunidade, para salvar vidas - explica o reitor da UFPel e coordenador geral do estudo, Pedro Curi Hallal.”</p> <p>“- Apoiamos esse trabalho porque precisamos de dados independentes, tecnicamente bem embasados. Temos confiança nos pesquisadores. E, como a gente tem pouco teste no Brasil, não tem os dados da população. Eles vão produzir o conhecimento da prevalência do coronavírus no país - diz Erno Harzheim, secretário de Atenção Primária à Saúde do MS <i>[Ministério da Saúde]</i>.”</p> <p>“O estudo coordenado pela UFPel será o primeiro raio X de como a infecção se comporta, revelando dados que podem embasar decisões do governador [...] e, depois, para o cenário nacional.</p> <p>- É um trabalho inovador no mundo. Não dá para tomar decisão que não seja baseada em dado científico [...] - destacou o governador.”</p>
Imagens visuais	<p>Foto de dois prédios da UFPel. Um deles possui, no alto, um letreiro com o nome da universidade. A foto foi tirada de baixo, o que pode conotar a grandiosidade da instituição. Outro elemento que reforça isto é a iluminação solar que a foto captou, pois ilumina bastante o letreiro com o nome da universidade e deixa as demais partes na sombra.</p> <p>Na frente de um dos prédios estão três bandeiras hasteadas – a maior é a do Brasil. Em articulação com a abrangência da pesquisa desenvolvida pela instituição (um estudo nacional), uma possível interpretação é de que a instituição universitária ou o campo científico é muito maior do que qualquer país ou nação.</p>
DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	
Causas	<p>“Um estudo inédito no mundo, encomendado por iniciativa do governo do Estado e coordenado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), responderá a questões como qual é o percentual de infectados no Estado, quão rápido a infecção está se alastrando, quantos contaminados não desenvolvem sintomas da covid-19 e, sabendo disso tudo, estimar o número previsto de vítimas fatais. A iniciativa foi anunciada pelo governador Eduardo Leite na semana passada. A novidade de ontem é que o Ministério da Saúde quer ampliar o estudo para todo o país.”</p>
Consequências	<p>“O dilema economia versus saúde pública, que desafia governos sobre como agir em meio à pandemia do coronavírus, está perto</p>

	<p>de começar a ter respostas no Rio Grande do Sul.”</p> <p>“Dois dias após a primeira coleta de dados - a aplicação de testes para verificar a presença do coronavírus em 4,5 mil pessoas -, já é possível entregar o primeiro relatório da prevalência da covid-19 na população gaúcha.”</p> <p>“O resultado que for encontrado [...] representará o resultado real que seria obtido se fosse possível investigar toda população do Estado, mesma lógica da pesquisa eleitoral.”</p> <p>“O resultado da pesquisa vai ajudar para fazer esse retorno gradativo da força de trabalho baseado em dado científico, e não baseado em questões ideológicas que dividem o país - destaca [o reitor] Hallal.”</p> <p>“O estudo mostrará a prevalência populacional da infecção.”</p> <p>“Outro dado importante que será conhecido a partir do levantamento é o da letalidade da covid-19.”</p> <p>“A estimativa é de 45 dias para a conclusão total do trabalho.”</p> <p>“O que será respondido: - Qual percentual de infectados no Estado? - Quão rápido a infecção está se alastrando por meio da comparação ao longo do tempo? - Qual percentual de infectados que não desenvolvem sintomas? - Qual a letalidade real da doença, ou seja, do total de pessoas que pega o vírus, quantas vão morrer? - Qual percentual dos infectados que vai precisar de atenção hospitalar importante, com internação em UTI e uso de respiradores? - Fornecerá informações para discussão e decisão sobre o isolamento?”</p>
--	---

Fonte: O autor (2021).

Quadro 20 – Primeira análise do enquadramento prioritário de abril de 2020.

<p>Título do texto/editoria, seção ou caderno: “Universidades contra a covid-19”. Notícias, p. 25.</p>	<p>Data da edição: 01/04/2020</p>
<p>DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO</p>	
<p>Exemplos</p>	<p>“As ações são as mais variadas. Vão de soluções simples de higiene, passando pela criação de itens de segurança para os profissionais da saúde que estão na linha de frente, até pesquisas para descobrir os melhores tratamentos e como curar as vítimas da covid-19.”</p> <p>“ZH reuniu iniciativas de oito universidades públicas e privadas que estão se esforçando nessa empreitada: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Pelotas (UFPe), Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS),</p>

	<p>Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Universidade Feevale e Universidade Luterana do Brasil (Ulbra).”</p> <p>“O Instituto do Cérebro [PUC] do Rio Grande do Sul está reunindo profissionais para realizar estudos sobre a covid-19. São especialistas de áreas como imunologia, bioquímica, radiologia etc, - São dezenas de pesquisadores, docentes e profissionais de diversas áreas correndo contra o tempo com uma série de ações, desde apoio psicoemocional para profissionais da saúde até momentos culturais e de meditação online disponíveis para toda a sociedade - relata o reitor Evilázio Teixeira. A universidade abriu as portas do Tecnopuc para apoiar soluções relacionadas ao coronavírus. O objetivo é que as iniciativas da comunidade, como máscaras de proteção para profissionais da saúde possam ser testadas e desenvolvidas nesse ambiente.”</p> <p>“A Universidade Feevale realizará testes para diagnóstico de coronavírus em parceria com os municípios da Região do Vale do Rio dos Sinos [...]” O grupo de pesquisa e extensão Ambiente e Sociedade [...] realiza estudo com o objetivo de demonstrar a distribuição espacial, por faixas etárias, das pessoas que fazem parte do grupo de risco ao contágio da covid-19. Também tem o objetivo de descobrir os mais vulneráveis. Outra frente é o mapeamento, a partir da rede hoteleira do Vale dos Sinos, de potencialidades e capacidade de abrigo a grupos de isolamento.”</p> <p>“Em parceria com a empresa Eagle Care, a Unisinos criou um aplicativo com o objetivo de desenvolver soluções que atendam às demandas geradas pelo coronavírus. Em parceria com o município de São Leopoldo, a instituição está realizando o conserto de controladores de estufa neonatal e respiradores, que serão usados para ventilação mecânica em casos graves de coronavírus [...]”</p> <p>“A Ulbra anunciou que o prédio 1 do campus Canoas será transformado em hospital de campanha. [...]” - As salas de aula são bastante amplas, e o ambiente é muito arejado, o que torna o local propício para um hospital de campanha - conta o reitor da universidade, Thomas Heimann.”</p>
<p>Representações</p>	<p>Representações dos objetivos, da missão e do trabalho desenvolvido pelas UFs em ensino, pesquisa e extensão:</p> <p>“[...] papel de gerar conhecimento [...]”</p> <p>“- É nosso compromisso devolver à sociedade todo o investimento feito - destaca a diretora do ICBS [UFRGS], Ilma Brum da Silva.”</p> <p>Representações das UFs como campo científico e fonte de informação:</p> <p>“O Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS) [da UFRGS] se prepara para realizar de 400 a 500 testes da doença por dia a partir das próximas semanas.”</p>

	<p>“Laboratórios da UFRGS começaram a fabricar máscaras faceshield (escudo facial), que serão usadas por profissionais da saúde no atendimento de pessoas diagnosticadas com coronavírus. O trabalho é realizado nas impressoras 3D da universidade. Os equipamentos de proteção serão doados a hospitais, inicialmente de Porto Alegre.”</p> <p>“A Universidade Federal de Pelotas (UFPel) coordena proposta para o primeiro estudo populacional sobre a pandemia da covid-19 no Rio Grande do Sul. A parceria é com outras universidades gaúchas e o governo do Estado. A pesquisa vai apurar a proporção de casos de infecção, incluindo pessoas sem sintomas, e a evolução da doença. As amostragens serão colhidas em oito regiões [...]. Ao todo, serão aplicados 18 mil testes. [...]</p> <p>- O Rio Grande do Sul poderá ser pioneiro, não apenas no Brasil, na disponibilização de dados concretos sobre o percentual de infecção e a velocidade de expansão da doença - ressalta o reitor da UFPel e coordenador-geral do estudo, Pedro Curi Hallal. Referência na região sul no Estado para tratar os pacientes infectados, o Hospital Escola da UFPel reorganizou sua estrutura assistencial, administrativa e de ensino para atender à situação emergencial da pandemia. A principal medida foi a criação de uma unidade específica e isolada para os pacientes infectados, com 23 leitos, e a formação de uma equipe treinada e exclusiva para o atendimento desta ala.”</p> <p>“A Universidade Federal do Pampa (Unipampa) ofereceu seus 10 campi [...] para a Secretaria Estadual da Saúde com o objetivo de ajudar no combate à pandemia. [...]</p> <p>- São amplos espaços com acessibilidade que podem ser emergencialmente adaptados para receber pacientes infectados pelo vírus e que requeiram isolamento para tratamento imediato - relata o reitor Roberlaine Ribeiro Jorge.”</p> <p>“O Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM) foi incluído como uma das instituições de referência no plano de contingência do Rio Grande do Sul. Além disso, a UFSM cede alojamentos para os profissionais de saúde do HUSM que estão trabalhando no combate à covid-19. Os profissionais ficarão hospedados na interhouse, localizada no campus sede da UFSM, diminuindo, assim, o perigo de contaminação para seus familiares. Telemedicina: trata-se de um serviço gratuito de consultas médicas por vídeo, destinadas a moradores de Santa Maria.”</p> <p>Representações dos estudantes das UFs: “Voluntários já foram convocados, <i>[incluindo]</i> estudantes de pós-graduação.” <i>[para realização de testes da UFRGS]</i></p> <p>Representações dos servidores (docentes e TAEs): “Voluntários já foram convocados, entre docentes, técnicos [...].” <i>[para realização de testes da UFRGS]</i></p>
Imagens visuais	A matéria apresenta três fotos, todas do mesmo tamanho, das seguintes universidades: UFRGS, Unipampa e Ulbra. A foto da UFRGS é de uma pessoa em um laboratório, protegida com

	jaleco, touca, máscara e luvas. A pessoa está mexendo em um equipamento. Possibilita a interpretação de que se trata de um pesquisador em ação, atuando e protegendo-se de possíveis riscos de contaminação. A segunda e a terceira fotos, da Unipampa e da Ulbra, são fotos áreas dessas instituições, mostrando seus prédios, sua infraestrutura - à disposição da comunidade no combate ao coronavírus.
DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	
Consequências	<p>“A pandemia de coronavírus fez surgir uma corrente de solidariedade no Brasil.”</p> <p>“[...] com papel de gerar conhecimento, as universidades tomaram a dianteira, mesmo tendo de interromper aulas e setores administrativos para evitar aglomerações e disseminação do vírus.”</p> <p style="text-align: center;">Fonte: O autor (2021).</p>

Quadro 21 – Segunda análise do enquadramento prioritário de abril de 2020.

Título do texto/editoria, seção ou caderno: “Cura e prevenção: o contra-ataque da ciência”. Caderno DOC, p. 6-10.	Data da edição: 11 e 12/04/2020
DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO	
Metáforas	<p>“uma coisa é colocar um carro em movimento quando ele está parado, outra é acelerar quando já está andando.” <i>(sobre investimentos do governo em ciência, feitos dias antes da matéria)</i></p> <p>“Cada país tem de andar com as próprias pernas”</p> <p>“- Não existe um caminho. O que você vê na frente é escuridão, então, tem de se basear no que já se sabe. Olhar para trás para criar o caminho para a frente” <i>(fala de pesquisador sobre estudo que está desenvolvendo)</i></p> <p>“A parte pré-clínica se dá dentro de universidades, e depois quem financia os estudos clínicos são indústrias farmacêuticas, que visam ao lucro. E, como a janela é estreita, as empresas não têm interesse. O lucro pode ser muito baixo depois, caso surja uma vacina antes.”</p>
Exemplos	<p>“A proporção de uma população que precisa ser vacinada para atingir a imunidade ‘de rebanho’ varia de acordo com a doença. Para o sarampo, é de 95%; para a poliomielite (menos contagiosa), 80%. Quando essas taxas não são alcançadas, as doenças ressurgem. O sarampo, que estava em vias de ser erradicado em 2010, provocou 110 mil mortes no mundo em 2017. É por isso que a Organização Mundial da Saúde (OMS) indicou o movimento antivacina como uma das 10 ameaças à saúde mundial em 2019.”</p> <p>“O novo coronavírus é bem menos contagioso do que o sarampo, por isso especialistas calculam que cerca de 60% da população teria de ser imunizada para que todos estivessem protegidos.”</p>

	<p>“Foram números assim que convenceram Donald Trump e Boris Johnson a implantar o isolamento social nos EUA e na Inglaterra após alguma relutância.”</p> <p>“[...] restam os desafios de ordem científica. São eles que atravancam a vacina para o HIV, por exemplo.”</p> <p>“- Com HIV e influenza, a taxa de mutação é alta, e aí o vírus passa a não ser reconhecido pela resposta imunológica. Com a gripe, todo ano estudamos o vírus que está circulando e fazemos a vacina.”</p> <p>“- Em uma das vacinas para a dengue, houve pessoas vacinadas que desenvolveram doença quando encontraram o vírus.”</p> <p>“No caso do zika, o Butantan tinha como iniciar o desenvolvimento <i>[da vacina]</i> porque a gente já fazia a da dengue, que é um vírus parecido com o do zika.”</p>
<p>Representações</p>	<p>Representações dos objetivos, da missão e do trabalho desenvolvido pelas UFs em ensino, pesquisa e extensão:</p> <p>“[...] uma das principais pesquisas brasileiras para desenvolver a vacina, trabalho que envolve ainda a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).”</p> <p>“Cristina coordena o Laboratório de Imunoterapia da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), que hoje está trabalhando em parceria com colegas da universidade e do Hospital Moinhos de Vento para compreender como pessoas são naturalmente imunes ao vírus, o que pode levar ao desenvolvimento de uma imunoterapia como as que já existem para câncer e ebola.”</p> <p>“[...] equipe de Gazzinelli, que une Fiocruz, UFMG e INCT-V. Diferentemente da equipe de Kalil, o professor parte de uma vacina para influenza já testada em camundongos.”</p> <p>Representações das UFs como campo científico e fonte de informação:</p> <p>“Em média, uma vacina leva 10 anos para ser levada ao público. É um processo cuidadoso, como explica o professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisador da Fiocruz Manoel Barral-Netto:</p> <p>- Esse tempo é variável. As vacinas contra vírus com proteção mediadas por anticorpos costumam ser mais rápidas. Mas é raro percorrer todas as fases da liberação em menos de 24 meses. Em situações de grande necessidade de saúde pública e dependendo dos resultados nos primeiros testes, é possível liberar em prazos menores.”</p> <p>“Cristina Bonorino alerta para o que pode acontecer caso essas etapas <i>[de produção de vacinas]</i> não sejam respeitadas:</p> <p>- Em uma das vacinas para a dengue, houve pessoas vacinadas que desenvolveram doença quando encontraram o vírus. Ainda não entendemos como o vírus da dengue interage com o sistema imune, nem todas as respostas imunes para controlar a infecção com segurança. Daí a importância de fazer pesquisa básica na biologia dos vírus, em paralelo à aplicada em vacinas.”</p>

	<p>“- A pandemia atual pegou a ciência brasileira em um momento de muito baixo financiamento. O governo Temer apoiou pouco a ciência, e isso foi agravado no governo Bolsonaro. Não há condições materiais para enfrentar os desafios importantes necessários para o desenvolvimento de uma vacina [<i>no Brasil</i>] - assinala Barral-Netto.</p> <p>Cristina Bonorino ecoa as preocupações do pesquisador.</p> <p>- Nunca ficou tão claro quanto agora como a ciência é importante para a economia. Não existe economia saudável que resista aos abalos na saúde pública que estamos vivenciando - diz a pesquisadora e colunista do DOC.”</p> <p>“- Em geral, o pesquisador conduz um estudo que leva uns meses e submete à revista que leva meses ou anos para analisar. Agora, em vez de esperar uma revisão feita por pares, alguns autores estão publicando o manuscrito inicial na internet - observa a biomédica Ana Paula Herrmann, doutora em Bioquímica e professora do Departamento de Farmacologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).</p> <p>Para a especialista, a pandemia já está deixando lições sobre a importância do compartilhamento de dados rápido e generoso entre os pesquisadores:</p> <p>- Em geral, são compartilhados os dados analisados, mas o ideal é compartilhar os brutos. É muito mais colaborativo. Não tem como ter competição neste momento, os grupos têm de publicar juntos.”</p> <p>“Segundo Ana Paula, as energias estão focadas no redirecionamento de fármacos que já existem, porque desenvolver um novo medicamento pode levar em torno de 15 anos. É um processo semelhante ao da vacina:</p> <p>- Começa com muitos candidatos, fazem-se testes in vitro, depois em animais, depois em humanos (fases 1, 2 e 3) e então é submetido a órgãos como Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), no caso do Brasil, ou o FDA (Food and Drug Administration), seu equivalente nos EUA. Isso pode ser acelerado, mas não tem como burlar essas fases.”</p> <p>“- Muitos ensaios clínicos que começaram na China não foram terminados porque, quando o contágio foi controlado, faltou paciente - descreve a professora da UFRGS.</p> <p>- A parte pré-clínica se dá dentro de universidades, e depois quem financia os estudos clínicos são indústrias farmacêuticas, que visam ao lucro. E, como a janela é estreita, as empresas não têm interesse. O lucro pode ser muito baixo depois, caso surja uma vacina antes – completa.”</p> <p>“Para Ana Paula, os estudos [<i>com cloroquina e hidroxiclороquina</i>] feitos até agora, na China e na França, apresentam problemas metodológicos.”</p>
Imagens visuais	<p>A primeira imagem é uma ilustração (desenho) de um profissional de saúde, paramentado, segurando uma vacina quase do seu tamanho, e indo em direção ao coronavírus (que está bem maior que a pessoa). O desenho conota o desafio dos pesquisadores diante do tamanho da pandemia, e a vacina como a principal solução.</p>

	<p>A reportagem também apresenta, ao longo das páginas, três fotos pequenas, de perfil, dos pesquisadores entrevistados. Todos estão posando para a câmera, que enquadra apenas seus rostos. Ao lado de cada foto está um trecho de suas falas.</p> <p>Outra imagem, que perpassa duas páginas do jornal, é uma montagem com vários elementos e objetos: um DNA; um microscópio; um vidro com remédios; um vírus; teclado de um computador; e uma mulher, com uniforme de laboratório, segurando um tubo de ensaio. O vírus está no centro, em vermelho, e os demais elementos estão ao redor, em azul. Uma possível interpretação para essa montagem é a ideia de todos os procedimentos científicos atuando em conjunto, no combate ao vírus.</p>
DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	
Causas	“O avanço do coronavírus”
Consequências	<p>“corrida mundial por uma vacina”</p> <p>“Caso encontrado, um tratamento eficaz para a covid-19 [...] salvaria muitas vidas, mas talvez não interrompesse o contágio, visto que até indivíduos assintomáticos o transmitem.”</p> <p>“a prevenção passa agora pelo isolamento social e, no futuro, pela vacina, especialmente se o novo coronavírus tenha vindo para ficar - como a gripe, por exemplo.”</p> <p>“Para o cientista Ricardo Gazzinelli, especializado em doenças infecciosas, a vida só voltará normal com a vacina: - Podemos falar que agora estamos controlando a transmissão com o isolamento, só que a maior parte da população não está imune, então o vírus vai ficar indo e voltando.”</p> <p>“- O Brasil tem mais de 200 milhões de habitantes, então no mínimo 120 milhões teriam de ficar imunes e, portanto, se infectar. Como temos uma taxa de mortalidade de 2%, 2,5 milhões de pessoas morreriam. Se houver sobrecarga hospitalar, a mortalidade passaria para 10%, ou seja, 12 milhões de pessoas - calcula Gazzinelli.”</p> <p>“- Há sempre a possibilidade de uma vacina não funcionar. Nesse caso, teríamos de ter um pronto-atendimento mais eficiente para evitar as fatalidades e, com isso, estabelecer a imunidade de rebanho. Neste momento, é algo impensável - comenta Gazzinelli.”</p> <p>“Felizmente, no mundo inteiro, forças econômicas e políticas estão se aliando para impulsionar o trabalho da ciência.”</p> <p>“Com o interesse global no combate ao coronavírus, governos também devem acelerar a aprovação da vacina por agências regulatórias, outra etapa tradicionalmente demorada. Assim, restam os desafios de ordem científica.”</p> <p>“Algumas [vacinas] já iniciaram testes em animais e outras avançaram para os testes em humanos, como a da farmacêutica Moderna, baseada em Boston (EUA). Essa vantagem ‘na larga-dada’ foi possível porque empresas que realizam pesquisas adapta-</p>

	<p>ram à covid-19 trabalhos anteriores, como o de vacinas para outros tipos de coronavírus que haviam sido engavetadas.”</p> <p>“A multinacional americana Johnson & Johnson optou por um caminho diferente: uma vacina baseada em outras vacinas da companhia, usando um vírus modificado para o qual todos têm imunidade. Os primeiros testes em animais deram resultados positivos.”</p> <p>“Em vez de desenvolver uma vacina contra o novo coronavírus, o Instituto Butantan, principal produtor de imunobiológicos do Brasil, optou por acompanhar as propostas que estão sendo elaboradas fora do Brasil para depois buscar firmar parcerias no processo de produção.”</p> <p>“Gazzinelli lembra outra face da piora do financiamento à ciência nos últimos anos: o corte de bolsas de mestrado e doutorado, que resultou em falta de mão de obra nos laboratórios.”</p> <p>“Um dos maiores desafios no desenvolvimento de uma vacina é a produção em larga escala.”</p> <p>“Pressionada pela urgência da pandemia, a comunidade científica respondeu trabalhando em rede mundial. Muitos pesquisadores tem deixado a concorrência de lado e unido esforços para encontrar respostas rapidamente. Já os periódicos científicos têm antecipado a publicação de artigos com novos resultados sobre o coronavírus e liberando o seu acesso gratuitamente.”</p> <p>“Até o final de março, segundo um levantamento feito pela Folha de S. Paulo a partir de palavras-chave na base de periódicos internacional Web of Science, pesquisadores do mundo todo tinham publicado 642 estudos científicos sobre o Sars-CoV-2.”</p>
--	---

Fonte: O autor (2021).

Quadro 22 – Primeira análise do enquadramento prioritário de maio de 2020.

Título do texto/editoria, seção ou caderno: “A busca por um modelo que concilie saúde e negócios”. Editoria n/i, p. 8-9.	Data da edição: 09 e 10/05/2020
DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO	
Metáforas	“países europeus engolidos por casos de coronavírus”
Exemplos	<p>“É uma alternativa mais maleável a políticas impostas recentemente por países europeus engolidos por casos de coronavírus, como Espanha e Itália, que incluíram a proibição generalizada da circulação de pessoas por até dois meses.”</p> <p>“- Braga Netto (ministro-chefe da Casa Civil) ficou bem impressionado com apresentação sobre o RS - revela o ex-secretário de Atenção Primária do Ministério da Saúde, Erno Harzheim, que deixou o cargo no final de abril.”</p> <p>“A situação em outros países quando reduziram restrições de quarentena</p>

	<p>Alemanha Começou permitindo abertura de pequenas lojas e livrarias a partir de 20 de abril. Casos na semana anterior: -29% Leitos de UTI por cem mil habitantes: 33,9 Testes por milhão de habitantes: 20,6 mil</p> <p>Áustria Iniciou flexibilização em 14 de abril abrindo lojas menores, de utilidades domésticas e parques federais. Casos na semana anterior: -38,40% Leitos de UTI por cem mil habitantes: 22 Testes por milhão de habitantes: 20,9 mil</p> <p>Coreia do Sul Dia 20 de abril liberou restrições a locais de alto risco como igrejas e arenas esportivas. Casos na semana anterior: -48,90% Leitos de UTI por cem mil habitantes: 11 Testes por milhão de habitantes: 11,1 mil”</p> <p>“A Alemanha - um dos países analisados pelos técnicos gaúchos para desenhar o modelo próprio - adotou sistema semelhante: mantém regras gerais, como preservar uma distância de um metro e meio entre as pessoas em público, mas permite a cada região definir o grau de abertura da economia com base na evolução da doença e da capacidade de atendimento.”</p> <p>“Uma diferença significativa entre o plano de distanciamento do Rio Grande do Sul e a estratégia adotada em países europeus é o nível de testagem. Alemanha e Inglaterra, por exemplo, têm como objetivo testar todo caso suspeito para identificá-lo, mantê-lo em isolamento e rastrear outros possíveis contaminados para evitar novas ondas do vírus.”</p>
Representações	<p>Representações dos objetivos, da missão e do trabalho desenvolvido pelas UFs em ensino, pesquisa e extensão: “[...] o Piratini usa a informação de testes por amostragens sob coordenação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), já que no momento não há como garantir a universalização da testagem. O reitor da UFPel, Pedro Hallal, afirma que os exames são capazes de orientar as ações estratégicas ao indicar a dimensão da pandemia a cada momento no Estado.”</p> <p>Representações das UFs como campo científico e fonte de informação: “- O modelo do Rio Grande do Sul é baseado em inteligência epidemiológica. Isso é algo muito positivo, que outros Estados deveriam fazer - analisa Hallal.”</p>
DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	
Causas	<p>“O Rio Grande do Sul vai colocar em prática, a partir de segunda-feira, um plano inédito de enfrentamento da covid-19”</p> <p>“busca de soluções contra a pandemia que atendam a um dos maiores desafios do coronavírus: salvar vidas ao mesmo tempo em que se busca preservar a economia.”</p>

	<p>“O chamado distanciamento controlado [...] prevê diferentes níveis de alerta por região”</p>
Consequências	<p>“Representantes de outros Estados já procuraram detalhes da nova estratégia”</p> <p>“Para especialistas, a iniciativa gaúcha tem potencial para apontar novo rumo ao país na luta contra a doença, mas precisa superar obstáculos como a adesão da sociedade às medidas previstas, limites na capacidade de testagem e risco de sobrecarga na rede de atendimento com a aproximação do inverno.”</p> <p>“- Braga Netto (ministro-chefe da Casa Civil) ficou bem impressionado com apresentação sobre o RS - revela o ex-secretário de Atenção Primária do Ministério da Saúde, Erno Harzheim, que deixou o cargo no final de abril.”</p> <p>“Representantes de ao menos sete Estados, como Amazonas, Santa Catarina e Rio de Janeiro, já buscaram informações sobre o plano. A Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) também deverá analisar a experiência.”</p> <p>“Se vencer os desafios, o modelo poderá ser exibido como façanha diante de uma das maiores crises recentes da humanidade.”</p> <p>“Diferentes setores da sociedade devem contribuir para manter a curva de casos e a demanda da estrutura de saúde sob controle.”</p> <p>“Especialistas ligados à área da saúde de dentro e de fora do Estado avaliam o plano gaúcho de distanciamento controlado como promissor, mas reconhecem obstáculos. Entre eles, estão a limitação na capacidade de testagem, o número de mortes ainda em elevação e o provável aumento na ocupação das UTIs com a chegada do inverno.”</p> <p>“De maneira geral, especialistas avaliam que boa parte do sucesso ou do fracasso do plano vai depender da adesão da sociedade às normas e à manutenção das regras básicas de prevenção.”</p>

Fonte: O autor (2021).

Quadro 23 – Segunda análise do enquadramento prioritário de maio de 2020.

Título do texto/editoria, seção ou caderno: “Pesquisa desaconselha reabertura dos Estados”. Editoria n/i, p. 20.	Data da edição: 18/05/2020
DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO	
Exemplos	<p>“Os cientistas britânicos e brasileiros se debruçaram sobre dados da semana passada dos 16 Estados [...] que registraram, até agora, mais de 50 mortes por covid-19 - incluindo São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Amazonas, entre outros.”</p> <p>“Quando cada indivíduo infecta menos de uma pessoa (R abaixo</p>

	de 1), a epidemia está caindo - governos europeus só relaxaram o distanciamento quando alcançaram essa marca.”
Representações	<p>Representações dos objetivos, da missão e do trabalho desenvolvido pelas UFs em ensino, pesquisa e extensão:</p> <p>“cerca de 86 milhões de brasileiros, quase metade da população, fazem parte do grupo de risco para a covid-19, de acordo com estudo da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)”</p> <p>Representações das UFs como campo científico e fonte de informação:</p> <p>“A adesão dos brasileiros ao distanciamento social é fundamental para que a taxa de contágio caia a patamares seguros, destaca o médico e professor de Infectologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Alexandre Zavascki.</p> <p>- A conclusão é que, em algum momento, vai ser necessário voltar para medidas mais restritivas. Não vimos ainda o resultado do afrouxamento, que teremos daqui a duas ou três semanas. Mas destaco que, sem o distanciamento, a taxa de reprodução do vírus seria muito mais alta - afirma.”</p>
DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	
Causas	<p>“estudo do Imperial College de Londres, focado apenas no Brasil e com análise também sobre o Rio Grande do Sul”</p> <p>“pesquisadores calcularam a taxa de contágio do coronavírus, chamada de R: um número que mostra quantas pessoas são contaminadas por indivíduo com coronavírus”</p>
Consequências	<p>“aponta que as medidas de distanciamento social reduziram em 56% a velocidade de contágio do coronavírus no país em comparação a quando não havia nenhuma medida de restrição. Mas a queda expressiva, ainda assim, não foi suficiente. Segundo o relatório [...] nenhum Estado chegou a níveis de contágio considerados seguros para o retorno às atividades econômicas”</p> <p>“resultados sugerem que mais ação será necessária para limitar sua expansão e evitar a sobrecarga do sistema de saúde”</p> <p>“Estima-se que, sem nenhuma intervenção, como o distanciamento, um indivíduo passe o vírus adiante para três a quatro pessoas.”</p> <p>“O Imperial College afirma que nenhum dos 16 Estados analisados reduziu a taxa de infecção para abaixo de 1 - na prática, não há sequer uma região segura o bastante para relaxar o distanciamento.”</p> <p>“O Rio Grande do Sul tem a sétima maior taxa de infecção, a mesma do Rio de Janeiro e acima de Santa Catarina e Paraná: cada gaúcho contaminado passa o coronavírus para 1,44 pessoa. A pior situação é no Pará, onde cada pessoa infecta quase dois indivíduos.”</p> <p>“A análise mostra ainda que os Estados estão longe de atingirem a ‘imunidade de rebanho’, termo usado para descrever quando cerca de 60% a 80% das pessoas se tornam contaminadas e, por-</p>

	<p>tanto, imunizadas. No Amazonas, onde o sistema de saúde já enfrenta situação caótica, o estudo estima que cerca de 10% da população foi afetada. No Rio Grande do Sul, 0,42% das pessoas. Dados do Imperial College têm sido usados por diversos países - o Reino Unido, por exemplo, mudou a estratégia após uma pesquisa.”</p> <p>“O médico Ricardo Parolin Schnekenberg, doutorando na Universidade de Oxford e um dos autores do estudo do Imperial College, resume que a epidemia segue crescendo rápido no Brasil. E a tendência é seguir aumentando.</p> <p>- Apesar de as medidas de restrição terem tido efeito, não foram suficientes. A epidemia de coronavírus no Brasil ainda não está controlada em nenhum dos Estados que analisamos. Nenhum Estado está remotamente próximo de chegar à imunidade de rebanho. Mais medidas são necessárias para controlar a epidemia - afirma o médico.”</p> <p>“A conclusão é que, em algum momento, vai ser necessário voltar para medidas mais restritivas.” <i>(fala do professor da UFRGS)</i></p>
--	--

Fonte: O autor (2021).

Quadro 24 – Primeira análise do enquadramento prioritário de junho de 2020.

<p>Título do texto/editoria, seção ou caderno: “Curva de contágio perde força no RS”. Editoria n/i, p. 18.</p>	<p>Data da edição: 04/06/2020</p>
<p>DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO</p>	
<p>Representações</p>	<p>Representações dos objetivos, da missão e do trabalho desenvolvido pelas UFs em ensino, pesquisa e extensão:</p> <p>“a quarta fase da pesquisa da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e outras 12 universidades mostrou que, para cada caso confirmado no Rio Grande do Sul, há outros dois desconhecidos [...]</p> <p>O mesmo estudo mostrou que cerca de 95% da população gaúcha ainda não teve contato com o coronavírus, portanto, ainda pode ser contaminada”</p> <p>Representações das UFs como campo científico e fonte de informação:</p> <p>“Luciano Goldani, infectologista do Hospital de Clínicas de Porto Alegre e professor da UFRGS, avalia que a marca de 10 mil casos no Estado pode ser vista sob dois prismas. O primeiro é de que o número é bem menor do que na maioria dos estados brasileiros. Além disso, hospitais gaúchos mantêm boa quantidade de leitos de UTI livres para pacientes com a covid-19.</p> <p>O outro lado da questão é que há uma subnotificação que não pode ser ignorada: a quarta fase da pesquisa da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e outras 12 universidades mostrou que, para cada caso confirmado no Rio Grande do Sul, há outros dois desconhecidos. Ou seja, o volume real de doentes chegaria a</p>

	<p>aproximadamente 30 mil.</p> <p>- O mesmo estudo mostrou que cerca de 95% da população gaúcha ainda não teve contato com o coronavírus, portanto, ainda pode ser contaminada. Ou seja, estamos suscetíveis a surtos em restaurantes, indústrias, frigoríficos, cidades ou regiões</p> <p>- alerta Goldani.</p> <p>Isso significa que os cuidados sanitários e a manutenção de medidas de distanciamento social são fundamentais para manter os números baixos, afirma o especialista:</p> <p>- Com a queda das temperaturas, o risco do contágio cresce em um momento crítico de expansão da covid-19 no país, então temos que nos manter vigilantes.”</p>
DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	
Consequências	<p>“O Rio Grande do Sul ultrapassou ontem a marca de 10 mil pessoas infectadas”</p> <p>“Do total de 10.398 pacientes <i>[que contraíram a doença]</i> no Estado, 258 morreram (2,3%) e 7.897 (76%) estão recuperados”</p> <p>“Apenas ontem, [...] 13 novas mortes e 494 novos casos”</p> <p>“Entre os gaúchos, a taxa de mortalidade média é de 2,3% do total de contaminados”</p> <p>“o país registrou ontem novo recorde diário de mortes, com 1.349 óbitos, além de 28.633 novos casos nas últimas 24 horas. Ao todo, são 32.548 mortes e 584.016 casos”</p> <p>“Ainda que os índices de contaminação continuem altos, os números da SES indicam que a curva de crescimento tem perdido força. A quantidade de gaúchos testando positivo [...] vinha dobrando a cada 10 dias, aproximadamente, entre abril e maio, mas esse espaço aumentou para 20 dias no início de junho.”</p> <p>“Ainda conforme a SES, a quantidade de pacientes ativos com coronavírus - cálculo que exclui números de mortos de pessoas recuperadas - também demonstra retração.”</p> <p>“Apesar da intensidade da contaminação estar demonstrando sinais de diminuição, projeções matemáticas e avaliações de epidemiologistas ainda indicam uma curva em crescimento de novos casos nas próximas semanas.”</p> <p>“especialistas alertam que é preciso continuar seguindo as recomendações sanitárias”</p>

Fonte: O autor (2021).

Quadro 25 – Segunda análise do enquadramento prioritário de junho de 2020.

Título do texto/editoria, seção ou caderno: “Radiografia das vítimas no Estado”. Editora n/i, p. 23.	Data da edição: 25/06/2020
DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO	
Representações	Representações dos objetivos, da missão e do trabalho

	<p>desenvolvido pelas UFs em ensino, pesquisa e extensão: “Outra instituição que desenvolveu uma ferramenta capaz de projetar casos e óbitos, o Instituto de Informática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) aponta cenários para um período máximo de 30 dias. A ferramenta, desenvolvida com participação do professor e pós-doutor na área de computação João Comba, até a terça-feira calculava 1.067 mortos para o dia 23 de julho. Já com os últimos dados disponíveis, na quarta essa conta subiu para 1.435. - A cada dia as previsões são atualizadas com base nas últimas informações. O que temos visto, nos últimos dias, é essas projeções serem ajustadas sempre para números mais elevados. Não é o que queremos, mas é o que os dados estão indicando - afirma Comba.”</p> <p>Representações das UFs como campo científico e fonte de informação: “- Eu acreditava que esse prazo era de mais ou menos três semanas, mas, provavelmente, há casos mais graves, de pacientes mais idosos, que estão puxando a média para baixo. A letalidade real da covid deve ser de aproximadamente 0,5%, mas quando afeta pessoas mais debilitadas, muitas vezes não há o que se possa fazer - analisa o professor de Epidemiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e consultor do Hospital de Clínicas Jair Ferreira.”</p> <p>“- Uma possibilidade é que, nos casos mais graves, o vírus vá mais diretamente para as vias aéreas inferiores - sustenta Ferreira.”</p>
DISPOSITIVOS DE JUSTIFICAÇÃO	
Consequências	<p>“Quem sucumbiu à pandemia no Estado teve, em média, 15 dias de luta contra a doença antes de acabar vencido”</p> <p>“Um quarto dessas pessoas tiveram uma semana ou menos entre o início dos sintomas e o registro do óbito”</p> <p>“os pacientes acabam tendo poucos dias de vida desde as manifestações iniciais da contaminação até o último suspiro”</p> <p>“Entre os homens e mulheres mortos pela pandemia, mais de 80% sofreram com falta de ar, enquanto esse sintoma só foi mencionado por 17% daqueles que se recuperaram ou ainda estão enfrentando a doença”</p> <p>“14% dos gaúchos que morreram acusaram dores na garganta, enquanto quem sobreviveu manifestou esse desconforto em 24% das ocorrências”</p> <p>“A tendência de crescimento nas hospitalizações em UTIs e no número de mortos pela covid-19 no Rio Grande do Sul foi acompanhada por um aumento equivalente nas projeções que tentam estimar quantas vítimas a mais poderão ser registradas nas próximas semanas.”</p>

Fonte: O autor (2021).

Alguns dispositivos de enquadramento e de justificação se sobressaíram mais que outros. É preciso considerar que, uma vez que o destaque ficou por conta dos *Servidores enquanto fontes*, os textos analisados desta categoria não tinham como núcleo central o debate sobre o trabalho das Universidades Federais. O primeiro texto analisado, por exemplo, é uma matéria sobre a posse de Jair Bolsonaro, com docentes comentando o acontecimento. Logo, os dispositivos das metáforas ou das imagens visuais, por exemplo, refletiram o acontecimento pautado – que não era diretamente relacionado às UFs.

De qualquer forma, registramos que as **metáforas** se sobressaíram em textos sobre dois campos: o campo político e o campo econômico. Esta constatação é a mesma para as **frases de efeito**. Na matéria sobre a posse do novo presidente, destacamos as seguintes: “*de Brasília para o Brasil*”, “*mais Brasil, menos Brasília*”, e “*novos caminhos para um novo Brasil*”. Conforme a perspectiva teórico-metodológica dos enquadramentos, essas frases são slogans e chavões que refletem uma ideia central, visando à facilidade da transmissão das mensagens e da interpretação daqueles que as recebem.

Dos dispositivos das metáforas e das frases de efeito passamos para o dispositivo dos **exemplos**. Este, sim, apresenta aspectos sobre como Zero Hora enquadra as UFs, ou o campo científico de forma geral. Nos textos que agendaram a pauta da covid-19, percebemos que os pesquisadores muitas vezes recorriam a eventos anteriores para comunicar a complexidade da pandemia. A gripe espanhola, o vírus H1N1 e o ebola foram lembrados pelos professores das UFs. Esta estratégia, acionada (seja pelo campo científico ou pelo campo jornalístico), permitiu que os docentes alertassem aos leitores, com maior clareza, sobre o avanço da covid-19.

A partir do dispositivo das **representações**, fica claro como o campo jornalístico aciona os professores das UFs. Os verbos *dicendi* ou *de dizer*, utilizados nos depoimentos dos docentes, mostram isso: os professores *avaliam, projetam, opinam, explicam, esclarecem*. Os pesquisadores não são testemunhas ou protagonistas dos acontecimentos jornalísticos de Zero Hora, mas são eles que dão conta de explicar o mundo - expressão utilizada também para argumentar sobre o papel do jornalismo na sociedade. Da mesma forma, percebemos pelas representações que as UFs e sua comunidade são acionadas mais como fontes especialistas do que para destacar algum projeto de ensino, pesquisa ou extensão. Não que isto não ocorra. Os enquadramentos mostraram exemplos bastante significativos do trabalho das UFs, ainda que menos recorrentes.

O texto do Quadro 3 (*Milhões de abelhas eliminadas*) é interessante por salientar os dois âmbitos: os professores enquanto *experts* e a missão das universidades. Se pensarmos no processo de construção deste texto jornalístico, temos o seguinte encadeamento: a pauta partiu dos casos de mortandade das abelhas nas propriedades rurais do Rio Grande do Sul. O uso incorreto de inseticidas é a principal causa, defendida tanto pela Secretaria Estadual de Agricultura quanto pelos pesquisadores das universidades. Logo, os docentes elucidaram uma possível causa de um problema que tem consequências na economia. Enquanto a secretaria argumenta que já capacitou técnicos para lidar com o problema, é evidenciado que essa capacitação contou com apoio da UFRGS.

Ao recorrer à universidade para entender o acontecimento, o jornal ainda salienta que o Laboratório de Apicultura está analisando 30 amostras de abelhas. Este quadro mostra perfeitamente a indissociabilidade da tríade ensino, pesquisa e extensão: o ensino e a extensão pela capacitação ofertada aos técnicos, e a pesquisa na análise dos insetos mortos. Outro texto que também apresenta o trabalho das UFs e o acionamento de seus pesquisadores como fontes é a matéria do Quadro 5, que mostra ações do Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos da UFRGS e, também, orientações de seus biólogos.

O enquadramento que Zero Hora faz dos docentes é de que esses profissionais: alertam para tragédias que precisam ser evitadas, como no caso do texto sobre a possibilidade de rompimento de duas barragens no território gaúcho; desmentem boatos sobre curas milagrosas no âmbito da saúde, como no caso do Quadro 6; orientam para o cuidado com a biodiversidade, como no caso do Quadro 5; sugerem soluções para a economia, como no Quadro 7; e explicam porque o aval científico é tão necessário (salientado também no Quadro 6, mas, sobretudo, muito evidente nos textos sobre covid-19).

A análise do veículo revelou ainda a preponderância dos discursos de performance, excelência e produtividade nas universidades, conforme a perspectiva de Lyotard. Na matéria do Quadro 8, por exemplo, o acionamento de uma pesquisadora enquanto fonte é praticamente justificado pelo fato de ela ter conquistado um prêmio. Mesmo entendimento temos ao observar o texto do Quadro 11, que aborda a questão do financiamento do ensino superior. O colunista de ZH aciona o ranking Times Higher Education para comparar o financiamento das universidades britânicas com o modelo das instituições brasileiras.

Se deixarmos a argumentação do campo jornalístico e partirmos para o campo político, a ideia de alta performance é ainda mais salientada. Os cortes orçamentários de maio de 2019

tiveram suas justificativas alteradas dia após dia pelo governo Bolsonaro. Conforme o texto analisado no Quadro 10, disse o secretário de Educação Superior do MEC, na ocasião: *“Queremos que as universidades foquem em prestar serviços melhores para os nossos cidadãos, e que isso se reflita em ganho de inovação e de empregabilidade”*.

Como já observado na tabulação anterior de todo nosso corpus, foram raros os meses em que o campo político não provocou tensionamentos com as Universidades Federais. Em toda nossa pesquisa, não encontramos nenhum texto que apresente uma política para o fortalecimento do ensino superior público brasileiro. Ao contrário, o que observamos foi uma extensa crítica do governo às UFs e sua comunidade acadêmica. Chamamos atenção para o momento em que o então ministro Abraham Weintraub enquadrou a presença de sem-terras nas UFs como exemplo de bagunça. Acreditamos que este depoimento do ministro está articulado com fato de, nas últimas décadas, o acesso de camadas mais vulneráveis às vagas das Universidades Federais ter sido incentivado pelas leis de cotas.

Outros apontamentos que fazemos dizem respeito à pandemia da covid-19. O número de matérias com professores e ações das UFs cresceu consideravelmente em 2020, justamente nas pautas sobre o novo coronavírus. Os temas foram variados: integram desde a produção de itens de proteção (como máscaras) até pesquisas sobre a prevalência do vírus na população brasileira (que serviu de base para que alguns governos estaduais adotassem medidas mais restritivas de isolamento social), entre outros assuntos. Tanto pela perspectiva qualitativa quanto quantitativa, é possível dizer que as Universidades Federais tiveram seus esforços legitimados pelo campo jornalístico durante a cobertura da pandemia. A presença das instituições nas páginas de Zero Hora foi quase que diária no momento em que a crise surgia. Não apenas as UFs, mas todo o campo científico foi acionado com grande ênfase pelo veículo. Mas os tensionamentos envolvendo o campo político e as universidades não cessaram: a tentativa do governo federal de nomear reitores alinhados à pauta do bolsonarismo foi o principal exemplo no período de 2020, além de novos cortes de recursos. As fontes que saíram em defesa das UFs estão concentradas na figura nos reitores, principais representantes das instituições.

Os dispositivos de **causa** e **consequência** tiveram performance bastante variada: algumas vezes eles foram salientados pelos professores das UFs ou, antes, descritos pelo veículo, que depois acionava os docentes para comentarem (as causas ou consequências). Os **apelos a princípios** foram poucos considerando nosso corpus. Finalmente, sobre as imagens

visuais, observamos poucas imagens representando as UFs, talvez pela dificuldade do campo jornalístico em resumir em uma foto toda a complexidade do trabalho dessas instituições. As fotos geralmente são das fachadas dos prédios ou, no caso dos professores enquanto fontes, fotos de perfil dessas pessoas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo geral analisar os enquadramentos construídos pelo jornal Zero Hora que operam na (des)legitimação das Universidades Federais, considerando os seis primeiros meses do governo de Jair Bolsonaro e os seis primeiros meses da pandemia do novo coronavírus no Brasil. Assim, em um contexto que integra o início da gestão Bolsonaro e os desdobramentos provocados pela covid-19, analisamos 1.329 textos do veículo em questão para verificar a abordagem das UFs.

Utilizamos como aporte teórico-metodológico a perspectiva dos enquadramentos jornalísticos, com base, principalmente, na concepção de Gamson e Lasch (1981) e Gamson e Modigliani (1989). A partir da análise das saliências e destaques de Zero Hora, comprovamos a eficácia do método para com os objetivos de nossa pesquisa. A perspectiva foi eficaz, também, por ter em seu escopo a visada de que o jornalismo é um campo que participa da construção da opinião pública, principalmente em assuntos que envolvem a política. No nosso caso, as ações tomadas pelo governo Bolsonaro em relação às Universidades Federais repercutiram no jornal analisado.

Esta complexa intersecção entre política e jornalismo resulta em estratégias de legitimação e deslegitimação das instituições. Conforme a proposição de Berger e Luckmann (2014), vimos que as Universidades Federais, para serem reconhecidas, precisam atuar em processos de *explicação* e de *justificação* ininterruptamente. O que é um desafio na pós-modernidade, uma vez que os discursos de performance e de produtividade se estabeleceram como parâmetro para a legitimidade das instituições universitárias, segundo Lyotard (1988). Esses discursos vão na contramão da universidade humboldtiana, que, conforme Barichello (2001), serviu de modelo para a concepção da universidade pública brasileira.

A partir de Bourdieu (2004, 2011) e de Cook (2011), compreendemos que os campos político, jornalístico e científico operam relações que nem sempre se dão em posição de igualdade. Este raciocínio se faz mais claro ao observarmos os tensionamentos provocados pelo governo Bolsonaro em relação não apenas às Universidades Federais, mas ao campo científico de forma geral. Diante desta complexa rede, estratégias são tomadas para que cada campo se torne mais preponderante em relação aos demais, tendo o discurso jornalístico como instância de visibilidade para ambos. No entanto, dados os discursos negacionistas do atual governo, temos não apenas as Universidades Federais e o campo científico deslegitimados pelo

campo político, mas, também, o próprio campo jornalístico. Neste ponto, percebemos que os campos científico e jornalístico valem-se um do outro enquanto esfera capaz de contribuir na sua legitimação. Ao acionar os professores das UFs para comentar e analisar os acontecimentos, Zero Hora recorre aos docentes para ratificar o ideal de credibilidade - uma das premissas do jornalismo profissional. Este, observamos, encontra-se também tensionado pelo governo Bolsonaro, da mesma forma que as instituições universitárias.

O primeiro objetivo específico do estudo foi **verificar os cruzamentos entre campo político, campo jornalístico e campo científico no contexto político brasileiro dos primeiros semestres de 2019 e de 2020**. Ao fim de nossa investigação, é possível dizer que o campo político, representado pelo governo Bolsonaro, provocou tensionamentos com as Universidades Federais (campo científico) em quase todo o período da coleta dos dados. Não apenas em relação às UFs, mas, conforme o surgimento da pandemia do novo coronavírus, todo o campo científico foi problematizado, criticado e menosprezado pelo campo político. Do corte de recursos até o negacionismo da ciência, o campo jornalístico evidenciou que o atual governo brasileiro se recusa a legitimar as instituições científicas – ao contrário, coloca em dúvida suas descobertas e sua própria razão de existir. O discurso de produtividade e empregabilidade foi acionado pelo governo Bolsonaro para criticar as UFs, enquanto enaltecia esses mesmos pontos das instituições de ensino privadas, colocando estas como modelo a ser seguido. A pesquisa comprova, assim, que o atual governo brasileiro tenta passar aos seus seguidores a imagem de que as Universidades Federais não geram retorno para a sociedade – no caso brasileiro, uma sociedade já cansada com o excesso de impostos que paga.

Campo que também se encontra tensionado pelo governo Bolsonaro, o jornalismo recorre ao campo científico para tentar se legitimar. No caso analisado, resta a Zero Hora acionar os pesquisadores das Universidades Federais para explicar o inexplicável, o surpreendente e o inesperado, como é o caso da pandemia de covid-19. Conforme nossa pesquisa, é só neste momento que as UFs se tornam necessárias para Zero Hora.

O segundo objetivo da pesquisa foi **identificar quais são os enquadramentos centrais na cobertura sobre Universidades Federais no jornal Zero Hora, a partir da articulação com a função social dessas instituições**. Observamos que o principal enquadramento refere-se às UFs como lugar em que estão os principais agentes capazes de explicar, analisar e comentar o mundo. Esses agentes são os professores, que personificam toda a complexidade do saber e do conhecimento. A tríade ensino, pesquisa e extensão e os tensionamentos envol-

vendo as universidades e o governo são os enquadramentos que vêm em seguida. Neste ponto, é preciso considerar que o discurso jornalístico salienta o imprevisível, o inesperado. Levando em consideração esta ótica, as provocações do governo Bolsonaro com as UFs chamam mais atenção do que as ações da tríade – estas, borradas pelas polêmicas construídas pelo campo político.

A baixa recorrência de ações de ensino, pesquisa e extensão nas páginas de Zero Hora, principalmente em 2019, reflete que o veículo não se interessa tanto pelas Universidades Federais - a menos que elas sejam problematizadas pelo campo político e sejam protagonistas de polêmicas com o governo, como no caso dos cortes orçamentários. Zero Hora, enquanto veículo jornalístico, parece não se enxergar no mesmo contexto dos demais jornais brasileiros, que se uniram em campanhas para fortalecer a credibilidade do jornalismo profissional. Colocamos isto pois tanto o jornalismo quanto as UFs estão no mesmo patamar para o governo Bolsonaro: são campos descredibilizados, deslegitimados. Compreendemos que ZH não é um veículo de comunicação institucional, logo, não é sua a tarefa de legitimar instituições. Porém, se o veículo coloca-se como defensor da cientificidade no combate ao coronavírus, e se condena aqueles que negam as orientações das autoridades sanitárias, deveria perguntar-se o motivo de tal onda negacionista que impera atualmente. Se ensino, pesquisa e extensão não são visibilizados pelo jornal na pauta diária (como comprovamos a partir da tabulação de 2019), e se o próprio campo jornalístico assume para si o papel de mediação, como cobrar da sociedade que esta siga ou compreenda a importância da ciência e de suas instituições?

O terceiro objetivo específico foi **mapear as fontes que o jornal aciona para compor os enquadramentos identificados**. Observamos a predominância dos professores das UFs, que personificam o campo científico ao comentarem os acontecimentos do mundo. Mas os professores não são as principais fontes a falarem *sobre* as UFs. A este enfoque coube aos agentes do campo político da esfera federal, como o presidente da República e o ministro da Educação, sempre em posição crítica às instituições. O contraponto ficou por conta dos reitores, que foram acionados para defender as universidades diante dos ataques do governo federal.

Assim, a pesquisa mostra que só depois de as universidades serem problematizadas é que o veículo chama seus representantes para falar o que são as instituições e qual sua importância. Logo, se não há polêmica, não há motivos para dizer o que fazem as UFs. Por que Zero Hora não aborda o trabalho das Universidades Federais e a importância dela em momen-

tos anteriores? Ao que parece, o veículo prefere abrir brechas para que questionamentos sobre as UFs surjam.

O quarto e último objetivo específico foi **fazer uma relação entre os principais enquadramentos identificados e a política para a área educacional brasileira**. Durante todo o monitoramento que fizemos do veículo analisado, não observamos uma política de fortalecimento da Educação brasileira. Muito pelo contrário: faltaram proposições e sobraram ataques à área. Ao assumir a presidência, Bolsonaro colocou como primordial, para a área da educação, o ensino básico. Ainda que esta modalidade não tenha sido contemplada com nossa investigação, a leitura dos textos de ZH não mostrou uma atitude de fomento para o setor. Os enquadramentos mostraram as universidades como instituições carentes de recursos e pouco importantes para o governo Bolsonaro. Mesmo auxiliando nas ações de enfrentamento diante da pandemia de covid-19, as tentativas de problematizar as instituições persistiram.

Bolsonaro persegue as UFs como se estas fossem inimigas de seu governo. A comunidade do saber é um território a ser diminuído, descredibilizado e atacado. E isto se dá sob diversas estratégias: cortando verbas, desconstruindo o discurso científico, indo em direção contrária ao que evidenciam os pesquisadores, nomeando gestores que sejam seus simpatizantes, entre outros modos.

Em 2020, a população mundial demandou do campo científico uma resposta para a crise causada pelo novo coronavírus. De um ano para o outro, Zero Hora acionou com mais ênfase o trabalho de pesquisadores e das UFs para entender, sob diversos prismas, como enfrentar um dos momentos mais delicados da história mundial. A *emergência* fez as UFs *emergirem* nas páginas do jornal. Ensino, pesquisa e extensão já eram pautados em 2019, ainda que esporadicamente. A falta de visibilidade do trabalho e da missão das UFs possibilitou o ataque do novo governo a essas instituições, ou, pelo menos, deixou este caminho mais fácil.

Este último apontamento nos faz questionar sobre as práticas comunicacionais existentes nas Universidades Federais, principalmente nas instituições criadas a partir de 2010. Universidades mais antigas, como UFRGS e UFSM, são lembradas por ZH com muito mais recorrência que Unipampa e UFFS, por exemplo. Quais são as dificuldades enfrentadas por essas instituições no trabalho de visibilizar o ensino, a pesquisa e a extensão? Como estão estruturados os setores de comunicação institucional das UFs? Como a complexidade das relações no ambiente acadêmico impacta a divulgação do que produz a comunidade do saber? Este olhar para dentro das instituições é uma possibilidade de continuidade de nossa pesquisa, des-

sa vez, observando a estrutura institucional das UFs. Os enquadramentos construídos pelo campo jornalístico, inegavelmente, também são resultados desta complexidade, e auxiliam no entendimento das estratégias de legitimação e de deslegitimação das universidades, sejam as evidenciadas pelo campo político ou pelos veículos de imprensa.

REFERÊNCIAS

- ANCHIETA, Isabelle. O paradoxal estatuto do conhecimento jornalístico: entre a desconsideração e o protagonismo do saber produzido pelas notícias nas sociedades modernas. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 34, n. 2, p. 157-174, 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442011000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 17 out. 2020.
- BARICHELO, E. M. M. R. **Comunicação e comunidade do saber**. Santa Maria: Palloti, 2001.
- BARICHELO, E. M. M. R. Legitimação. In: SCHEID, Daiane; MACHADO, Jones; PÉRSIGO, Patrícia Milano (orgs). **Estrato de verbetes: dicionário de comunicação organizacional**. Santa Maria: Facos-UFSM, 2018.
- BARICHELO, E. M. M. R. Relações comunicacionais entre a universidade e a sociedade. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 33, n.5, p. 1-15, 2004.
- BARTHES, R. A mensagem fotográfica. In: ADORNO, et al. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BENETTI, Marcia; JACKS, Nilda Aparecida. O discurso jornalístico. In: X Compós - Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2001, Brasília. **Anais do X Encontro Anual da Compós**, v. 1. p. 280-290, 2001
- BENETTI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. In: BENETTI, Márcia; FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira (org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamento críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.
- BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia**, n. 15, p. 13-28, 2008.
- BERGER, C.; TAVARES, F. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETTI, Márcia; FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira (org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamento críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.
- BERGER, P. L; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 36. ed. Petrópolis, Vozes, 2014.
- BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 193-216, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 19 out. 2019.

CARVALHO, L. M. **Legitimação institucional do jornalismo informativo nas mídias sociais digitais**: estratégias emergentes no conteúdo de Zero Hora no Twitter. Dissertação (Mestrado em Comunicação)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2010.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2015.

COOK, Timothy E. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 203-247, 2011.

CORRÊA BATISTA, Jandré. **O lugar da notícia nos processos regionais de integração**: os enquadramentos dos jornais de referência sobre as cúpulas de chefes de estado do Mercosul. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017.

ENTMAN, R. M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, vol. 43, n. 4, Dec. 1993. Disponível em https://is.muni.cz/el/1423/podzim2018/POL256/um/Entman_1993_FramingTowardclarificationOfAfracturedParadigm.pdf. Acesso em 03 ago. 2019.

ETCHICHURY, Carlos. Zero Hora renovada. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 55, n. 19.444, 06 jul. 2019. Carta do editor, p. 4.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, AM, maio 2012. p. 15

GAGLIARDI, Juliana. La elección de 2018 y la gran prensa brasileña. **Revista Política Latinoamericana**, n. 7, 2018. Disponível em <http://politicalatinoamericana.org/revista/index.php/RPL/article/view/117/129>. Acesso em 03 ago. 2019.

GAMSON, William A.; LASCH, Kathryn E. The political Culture of Social Welfare Policy. **Pinhas Sapir International Conference on Development – Social Policy Evaluation: Health, Education and Welfare**. Israel, 1981.

GAMSON, William A.; MODIGLIANI, Andre. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. **American journal of sociology**, v. 95, n. 1, p. 1-37, 1989.

GAÚCHAZH vira case mundial de estratégia de assinaturas digitais. **Zero Hora**, Porto Alegre, 23 mar. 2019. Notícias, p. 16.

GLEICH, Marta. Fake news x jornalismo profissional. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 55, n. 19.360, 30 mar. 2019. p. 4

GOMIS, Lorenzo. Os interessados produzem e fornecem os fatos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 102-117, jan. 2004. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1901>. Acesso em 05 jul. 2020.

HANG diz que não colocaria filho em universidade pública: ‘Volta comunista’. **UOL**, São Paulo, 13 nov. 2019. Cotidiano. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/hang-diz-que-nao-colocaria-filho-em-faculdade-publica-volta-um-comunista.htm>. Acesso em 30 set. 2020.

IRION, Adriana. Pesquisa da UFPel em todo o país. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 56, n. 19.671, 30 mar. 2020. Coronavírus, p. 9.

JUSTINO, Guilherme. Ciência deveria ser prioridade agora, dizem pesquisadores. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 57, n. 19.709, 13 mai. 2020. Coronavírus, p. 21.

JUSTINO, Guilherme. Universidades federais do RS reagem a cortes. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 56, n. 19.637, 19 fev. 2020. Ensino superior, p. 41.

KALIL, I. & SANTINI, R. M. **Coronavírus, pandemia, infodemia e política**. Relatório de pesquisa. Divulgado em 01 de abril de 2020. 21p. São Paulo / Rio de Janeiro: FESPSP / UFRJ. Disponível em https://www.fespsp.org.br/store/file_source/FESPSP/Documentos/Coronavirus-e-infodemia.pdf.

KOSACHENCO, C.; MELO, I. Federais gaúchas temem ficar insustentáveis. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 55, n. 19.388, 02 mai. 2019. Sua Vida, p. 26.

KOSACHENCO, Camila. Reitores criticam MP que mexe com a autonomia das federais. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 56, n. 19.597, 03 jan. 2020. Ensino superior, p. 26.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Ed. José Olympio. Rio de Janeiro: 1988.

MARQUES, F. E. S. Estruturas do discurso jornalístico. **Anais do X Congresso de Ciências da Comunicação da Região Nordeste**. 12 a 14 de jun. São Luís, Maranhão. Disponível em http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/listaresumos_INOVCOM.htm. Acesso em 25 nov. 2020.

MARTINS, Lígia Márcia. Ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade. **VIII ENPEX - Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão**. 2008.

MATOS, Eduardo. Universidades contra a covid-19. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 56, n. 19.673, 01 abr. 2020. Coronavírus, p. 25.

MATTHES, Jörg; KOHRING, Matthias. The content analysis of media frames: Toward improving reliability and validity. **Journal of communication**, v. 58, n. 2, p. 258-279, 2008. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Joerg_Matthes3/publication/263232822_The_Content_Analysis_of_Media_Frames_Toward_Improving_Reliability_and_Validity/links/

[5b5ee27e0f7e9bc79a6ea086/The-Content-Analysis-of-Media-Frames-Toward-Improving-Reliability-and-Validity.pdf](https://doi.org/10.5b5ee27e0f7e9bc79a6ea086/The-Content-Analysis-of-Media-Frames-Toward-Improving-Reliability-and-Validity.pdf). Acesso em 03 ago. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Reuni – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Expansão**. Brasília, 2010. Disponível em <http://reuni.mec.gov.br/expansao>. Acesso em 03 nov. 2019.

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. Universidade hoje - Ensino, pesquisa, extensão. **Educação & Sociedade**, v. 19, n. 63, p. 19-37, 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000200003. Acesso em 15 nov. 2019.

MORIN, Edgard. Imaginários da educação: por uma reforma da universidade e do pensamento. **Rev. FAMECOS**, n.º 6, jun. 1997. Porto Alegre. pp. 17-20. Tradução de Juremir Machado da Silva.

MOSQUERA, Juan José M. A universidade e a produção de conhecimento. **Revista FAMECOS**, v. 4, n. 7, p. 29-33, 1997.

NOVOS colunistas no fim de semana. **Zero Hora**, Porto Alegre, 11 jul. 2019. p. 8

NUNES, João Arriscado. Erving Goffman, a análise de quadros e a sociologia da vida cotidiana. **Revista de Ciências Sociais**, n.º 37, jun. 1993. p. 33-49

O INTERESSE nas estatais. **Zero Hora**, Porto Alegre, 16 abr. 2019. Opinião da RBS, p. 18.

OLIVEIRA, Rosane de. Só elite intelectual deve ter acesso à universidade. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 55, n. 19.308, 29 jan. 2019. Política+, p. 7.

ORSATTO, Franciele Luzia de Oliveira. O jornal impresso ainda resiste(?): uma análise sobre gêneros jornalísticos e suas transformações. **Trama**, v. 16, n. 37, 2020. p. 18-33

ORTEGA, João. 5 tendências para a educação no Brasil em 2020. **StartSe**, São Paulo, 07 jan. 2020. Disponível em: <https://www.startse.com/noticia/nova-economia/5-tendencias-educacao-brasil-2020>. Acesso em 9 jan. 2021.

PARA Bolsonaro, Vélaz “não tem tato político”. **Zero Hora**, Porto Alegre, 29 mar. 2019. Sua Vida, p. 27.

PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira. **Revista Linhas**, v. 16, n. 32, p. 337-356, 2015.

PÉREZ, Rafael Alberto. ¿Es su estrategia la misma que la mía? De cómo la NTE convierte a la estrategia en una disciplina para la articulación social. **Razón y Palabra**, v. 18, n. 83, 2013.

PESQUISA mostra a atuação das universidades no combate à Covid-19. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 11 mai. 2020. Reportagens. Disponível em <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/pesquisa-apresenta-a-atuacao-das-universidades-no-combate-a-covid-19/>. Acesso em 02 nov. 2020.

PODER 360. **Tiragem impressa dos maiores jornais perde 520 mil exemplares em 3 anos.** Brasília, 20 fev., 2018. Disponível em <https://www.poder360.com.br/midia/tiragem-impressa-dos-maiores-jornais-perde-520-mil-exemplares-em-3-anos/>. Acesso em 3 nov. 2019.

PONTE, Cristina. Media e acontecimentos (com) sentidos. **Trajectos: Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, Lisboa, n. 6, 2005.

PONTELLI, G. E. **Gerenciamento da impressão da legitimidade nas Universidades Federais.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2019.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. **XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.** Caxambu, 2002.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos: revista de comunicação, cultura e educação**, Lisboa, n. 6, 2005.

RAJOBAC, Raimundo; ROMANI, Simone. Jean-François Lyotard e a condição pós-moderna: perspectivas para os fundamentos da educação. **Revista Signos**, [S.l.], v. 32, n. 1, set. 2011. Disponível em <http://univates.br/revistas/index.php/signos/article/view/702>. Acesso em 19 out. 2020.

RAYS, Oswaldo Alonso. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, mar. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034>. Acesso em 15 nov. 2019.

REZENDE, Rafael. Jair Bolsonaro, populismo de derecha y fin de ciclo político. **Revista Política Latinoamericana**, n. 7, 2018. Disponível em <http://politicalatinoamericana.org/revista/index.php/RPL/article/view/118/130>. Acesso em 03 ago. 2019.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da comunicação:** questão comunicacional e formas de sociabilidade. Editorial Presença: Lisboa, 1990.

RODRIGUES, M. M. A instabilidade da universidade vista a partir das contradições de suas crises: crise da hegemonia, crise de legitimidade e crise institucional. **Educação e filosofia**, v. 15, n. 29, p. 129-140, 2001.

SANTOS, M. S. G. **Grande mídia e a construção de uma legitimidade discursiva sobre a universidade brasileira durante a greve de 2015.** Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2018.

SCHAFFNER, Fábio. Quatro federais no RS podem ter reitor nomeado sem eleição. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 57, n. 19.734, 11 jun. 2020. Universidades, p. 11.

SCHEUFELE, Dietram A. Framing as a theory of media effects. **Journal of communication**, v. 49, n. 1, p. 103-122, 1999. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Dietram_Scheufele/publication/209409815_Framing_As_a_Theory_of_Media_Effects/links/5c5f1880a6fdccb608b4017d/Framing-As-a-Theory-of-Media-Effects.pdf. Acesso em 03 ago. 2019.

SENA, P. R. C. **Jornalismo online e política**: mapeando uma relação entre a pretensão da legitimidade do discurso e o patrimonialismo. Tese (Doutorado em Comunicação)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2017.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A mídia e o ensino superior: é possível a criação de um consenso?. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 151-182, jan./jun., 2002. Disponível em <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25942/15205>. Acesso em 3 nov. 2019.

SILVA, M. C. **A educação superior no discurso midiático**: imagens de excelência e democratização nos editoriais da Folha de S. Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação)-Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

TAVARES, Leonardo Pereira; DE OLIVEIRA JÚNIOR, Francisco Lima; MAGALHÃES, Marina. Análise dos discursos do Presidente Jair Bolsonaro em meio à pandemia: o coronavírus é só uma “gripezinha”? **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, 2020.

THOMÉ, T. M. M. **A educação e o Zero Hora**: reflexos e refrações do discurso neoliberal nas páginas de um jornal. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, 2018.

TREVIZAN, E. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)**: contextos, condicionantes e resultados de sua implementação. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2019.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2004.

VIMIEIRO, Ana Carolina; DANTAS, Marcela. **Entre o explícito e o implícito**: proposta para a análise de enquadramentos da mídia. *Lumina*, v. 3, n. 2, 2009.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade**. São Paulo: Brasiliense, 2003. 9ª edição.

WEBER, M. H. Balizas do campo comunicação e política. **Tríade**: Revista de Comunicação, Cultura e Mídia, v. 8, n. 18, p. 6-48, 18 set. 2020.

